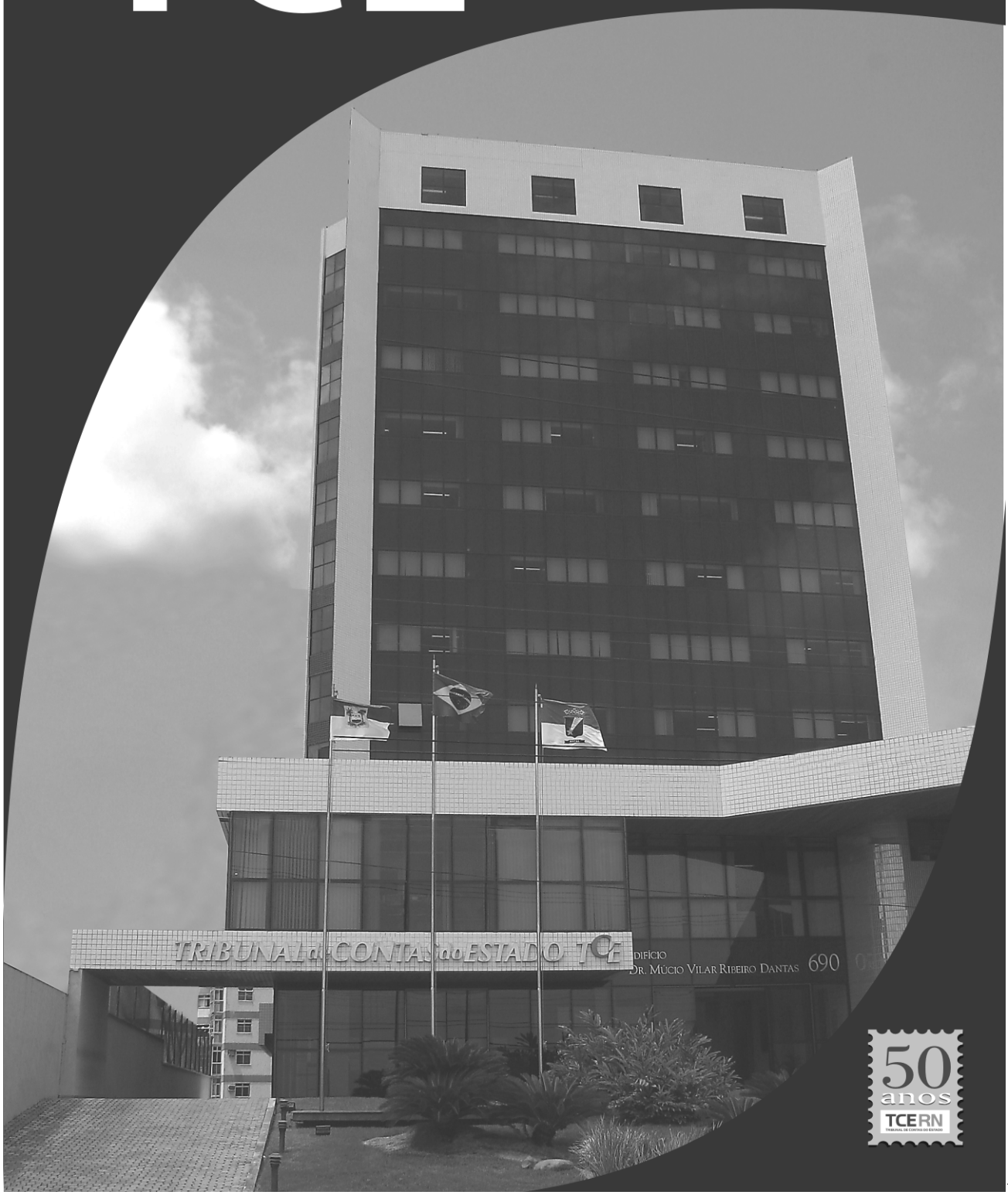
TCE conta sua história

50 anos TCE RN

TCE50.indd 1 6/9/2011 12:13:12 PM

TCE conta sua história



50 anos TCERN

TCE50.indd 3 6/9/2011 12:13:20 PM

Catalogação Biblioteca Pública Câmara Cascudo

L732t Lima, Auricéia Antunes de
TCE conta sua história/Auricéia Antunes de Lima. - Natal (RN): Tribunal de Contas do Estado, 2007
272p.: il.

1. Tribunal de Contas do Estado (RN) - História. 2. Tribunal de Contas do Estado (RN) - Presidente - Biografia. 3. Tribunal de Contas do Estado (RN) - Depoimentos. I. Título.

RN/TCE/BIBLIOTECA PÚBLICA CDD 343.04
CDU 34:336.2

TCE50.indd 4 6/9/2011 12:13:20 PM

TCE RN
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIROS:

Presidente:
Paulo Roberto Chaves Alves

Vice-presidente:
Renato Costa Dias

Presidente da 1ª Câmara:
Tarcísio Costa

Presidente da 2ª Câmara:
Getúlio Alves da Nóbrega

Corregedor Geral:
Valério Alfredo Mesquita

Alcimar Torquato de Almeida
Maria Adélia de Arruda Sales Souza

Auditores:
Marco Antônio de M. R. Montenegro
Cláudio José F. Emerenciano

Secretário Geral:
Gustavo Dias da Silva Neto

Consultor Geral:
José Arno Galvão

Chefe de Gabinete da Presidência:
Fernando de Araújo Jales Costa

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE (MPJTCE)

Procurador Geral Junto ao TCE:
Carlos Roberto Galvão Barros

Procuradores:
Carlos Thompson da Costa Fernandes
Othon Moreno de Medeiros Alves
Luciana Ribeiro Campos
Luciano Silva Costa Ramos
Thiago Martins Guterres

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN
CEP.: 59.012-360 - Telefone: (84) 3215-1961 / Fax: 3215-1922
Site: www.tce.rn.gov.br **E-mail:** tce-ccs@rn.gov.br

TCE50.indd 5 6/9/2011 12:13:21 PM

Ficha Técnica

Coordenação, Pesquisa,
Organização e Entrevista
Auricéia Antunes de Lima
Capa
Terceirize Projetos Gráficos e Editoriais
Fotografias
Arquivo do TCE/RN
Cedidas por familiares
Jorge Filho
Digitação
Isaac Luiz Antunes Felipe
Revisão
Laércio Segundode Oliveira/Tarcísio Gurgel
Pesquisadores
Alderi Dantas
Auricéia Antunes de Lima
Gelzelena Pereira Bezerra Gurgel
Isaac Luiz Antunes Felipe
Luciana Celestino
Lúcia Maria Marinho
Diagramação
Terceirize Projetos Gráficos e Editoriais
(84)3211-5075
Catalogação na fonte
Maria Ilma Santos de Santana
Impressão
Solução Gráfica
(84) 3613-0616

TCE50.indd 6 6/9/2011 12:13:21 PM

Sumário

Apresentação 11

Prefácio 13

Para controle dos gastos públicos 15
A origem das Cortes de Contas 17
O TCE-RN 25

Etapas de uma história 24
Dificuldades iniciais 31
Mudança de endereço 32
A concretização do sonho 34
Um embate de titãs 39
Dinarte Mariz 41
Aluízio Alves 45

Os Fundadores da Corte 49
Vicente da Mota Neto 51
Romildo Fernandes Gurgel 55
Aldo Medeiros 63
José Borges Montenegro 67
Oscar Nogueira Fernandes 73
Morton Mariz de Faria 79
Lindalva Torquato Fernandes 83
O Ministro-Procurador Múcio Vilar Ribeiro Dantas 87

De Ministro a Conselheiro 93
Manoel de Medeiros Brito 95
José Petronilo Fernandes 99
Ulisses Bezerra Potiguar 107
Genibaldo Barros 111
Alcimar Torquato de Almeida 117
Haroldo de Sá Bezerra 121
Nélio Silveira Dias 125
Antônio Severiano da Câmara Filho 129

TCE50.indd 7 6/9/2011 12:13:21 PM

José Fernandes de Queiroz 135
Getúlio Alves da Nóbrega 141
Tarcísio Costa 145
O Tribunal Pleno no biênio 2007/2008
Paulo Roberto Chaves Alves 149
Renato Costa Dias 155
Valério Alfredo Mesquita 159
Maria Adélia de Arruda Sales Souza 163
O Ministério Público junto ao TCE (Artigo) 167
Cláudio José Freire Emerenciano 173
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro 177

Tempo de afirmação 181
Uma administração moderna e ágil 183
O SIAI como avanço na informação 187
Arquivo e memória 189
Atendimento médico 191
Uma questão de segurança 193
Acervo bibliográfico 195
Comunicação Social 197
Servidores de ontem e de hoje 199
Cultura nas contas do TCE 215
Associação dos Servidores do TCE 221

O TCE-RN e sua Escola de Contas 227
Galeria de Diretores da Escola 229
Depoimento 239

Anexo 245
Colegiados de Conselheiros e Diretorias
do TCE-RN (de 1962 a 2008) 247

"... a criação de um Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à administração e à legislatura que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional, sem risco de converter-se em instituição de ornato aparatoso e inútil (...). Não basta julgar a administração, denunciar o excesso cometido, colher a exorbitância ou prevaricação para os punir. Circunscrita a esses limites, essa função tutelar dos dinheiros públicos será muitas vezes inútil, por omissa, tardia ou imponente. Convém levantar entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que quotidianamente a executa um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com a legislatura e intervindo na administração, seja não só o vigia como a mão forte da primeira sobre a segunda, obstando a perpetuação das infrações orçamentárias por um veto oportuno aos atos do executivo, que direta ou indireta, próxima ou remotamente, discrepem da linha rigorosa das leis de finanças ".

Rui Barbosa

(na *Exposição de Motivos do Decreto n° 966 - A,* de 07 de novembro de 1890)

TCE50.indd 9 6/9/2011 12:13:21 PM

TCE50.indd 10 6/9/2011 12:13:21 PM

Apresentação

A generosidade dos meus pares conferiu-me a oportunidade de presidir o Tribunal de Contas do Estado no biênio 2007/2008, quando se comemora, neste primeiro ano de gestão, a data do cinqüentenário da instituição que se consolidou no tempo, pela maturidade das muitas decisões criteriosas proferidas por seus conselheiros.

Criada pela Lei Estadual nº. 2.152, de 20 de novembro de 1957, no governo Dinarte Mariz, a Corte de Contas cumpre a sua missão institucional mediante o controle das contas públicas, pressuposto da convivência harmônica entre os poderes constituídos. Cumpre, assim, de acordo com a lei, o que determina a Carta Magna do país.

Instalou-se em 12 de janeiro de 1961, numa época de efervescência política sob o domínio de paixões exacerbadas, fortalecendo-se ao longo do tempo pelo respeito adquirido, perante a sociedade civil, com atuação isenta na defesa intransigente do erário, mediante a fiscalização aos gestores públicos.

No curso de sua história cinqüentenária, o TCE conquistou o con-

TCE50.indd 11 6/9/2011 12:13:21 PM

ceito de todos os norte-rio-grandenses por suas decisões abalizadas, sem a marca do autoritarismo despótico, embora severo no cumprimento da missão institucional. Sua história nesses 50 anos foi marcada pela obstinação dos fundadores, continuada pelos sucessores que assumiram o compromisso de honrar a tradição de zeloso guardião das contas públicas, exercitando a cidadania em sua plenitude.

Com o objetivo de registrar, perante a História, a trajetória do TCE desde a criação, incentivou-se a publicação deste livro, que resgata todos os pormenores da sua implantação na década de 60 até os dias atuas.

Nele, estão ressaltados os bastidores da batalha jurídica, travada em torno da sua legitimidade, até a decisão definitiva da Suprema Corte que pôs fIm à controvérsia, reconhecendo a constitucionalidade da lei estadual que o criou. Após o resultado do julgamento, o governador Aluízio Alves deu o apoio indispensável ao seu funcionamento.

A partir deste fato histórico, o TCE pôde instalar-se e cumprir o desiderato constitucional para o qual fora criado, fIel ao ideário de Rui Barbosa, o criador do Tribunal de Contas da União. Posteriormente, a iniciativa do conceituado jurista chegava aos estados e municípios.

O livro ressalta ainda a relação inamistosa entre quem paga e recolhe impostos, desde a Grécia antiga onde ocorreu a primeira preocupação com o equilíbrio entre despesa e receita, ou seja, o equilíbrio das contas públicas, em face dos gastos excessivos com material bélico.

Ao modelo grego assemelha-se o dos atuais Tribunais Contas, apesar de terem sido adotados outros sistemas de controle no Egito, Índia, Império Romano e na Carta Magna Inglesa. Esta publicação agora se incorpora à História do Rio Grande do Norte, ressaltando a importância do cinqüentenário desta respeitável instituição chamada Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Paulo Roberto Chaves Alves
Presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

TCE50.indd 12 6/9/2011 12:13:21 PM

Prefácio

Este é mais um trabalho de pesquisa de Auricéia Antunes de Lima, que, agora, envereda pelos caminhos do Tribunal de Contas do Estado, realizando um serviço de grande valia e amplitude. Decerto, através do sumário inserido no livro, bem se conclui ser uma pesquisa importante no que diz respeito ao órgão fiscalizador do estado do Rio Grande do Norte, pois, não apenas evidenciando a sua instalação em 12 de janeiro de 1961 (governo de Dinarte de Medeiros Mariz), faz constar a galeria de seus presidentes (capítulo I).

Sem dúvida, vale a pena ler o que escreveu o atual presidente Dr. Paulo Roberto Chaves Alves. Ainda a autora registra dados biográficos dos demais conselheiros e dos auditores Cláudio José Freire Emerenciano e Marco Antônio de M. R. Montenegro, e um valioso depoimento do ex-governador Aluízio Alves.

Aliás, é oportuno ressaltar, neste ensejo, que o saudoso estadista foi "o primeiro governador a ter suas contas apreciadas pelo TCE, e ainda no seu governo o Tribunal de Contas ganhou novas instalações físicas e sua

TCE50.indd 13 6/9/2011 12:13:21 PM

segunda sede, localizada à Rua Seridó, em frente ao então Colégio 7 de Setembro, ganhando também uma nova formação, isto é, de sete para nove conselheiros, sendo nomeados dois novos membros: o ex-governador José Varela e José Petronilo Fernandes. Alguns anos depois, o TCE retomou a sua composição original, com sete membros".

Além do mais, reafirmamos: "A conquista por uma sede própria foi outra batalha histórica vencida pelo Tribunal, instalando-se definitivamente em um prédio pertencente à Assembléia Legislativa, na Avenida Getúlio Vargas, nesta cidade do Natal. O crescimento de suas atribuições e do próprio estado revelaram a necessidade de construção de novas instalações para o Tribunal".

Já constante no capítulo II, estão incluídos o Ministério Público, integrando-o o procurador-geral, Dr. Carlos Roberto Galvão Barros, a Sede da Corte e os Patronos da Entidade.

Por sua vez, destacou-se a Associação dos Servidores e a Escola de Contas Prof. Severino Lopes. Idem, o Setor de Informática, Promoex, Tribunal das Artes e Serviço Médico.

Há, igualmente, os capítulos III, IV e V, nos quais constam vários artigos, iconografia, anexos.

Com efeito, a abordagem em torno do Tribunal de Contas proporciona maiores conhecimentos acerca do órgão, e, dessa forma, valoriza e destaca as atividades ali executadas.

Mas tudo isso não nos surpreende, porquanto a autora desta publicação soube enfocar a trajetória da Corte, oferecendo-nos um estudo amplo e detalhado.

Daí, estabelecendo uma retrospectiva sobre a atuação e as finalidades do órgão fiscalizador, óbvio que Auricéia Antunes de Lima muito bem ventilou os diversos segmentos que traz à tona em uma publicação oportuna.

Que o leitor, ávido em inteirar-se melhor da temática aqui evidenciada, reconheça sobremaneira válido este trabalho, divulgando-o sempre, para ciência de todos nós.

Enfim, sem delongas, que a leitura seja de real e eficaz validade.

Enélio Lima Petrovich
(Presidente do IHGRN)

TCE50.indd 14 6/9/2011 12:13:21 PM

Para controle dos
gastos públicos

TCE50.indd 15 6/9/2011 12:13:21 PM

A Origem das Cortes de Contas

A relação entre quem paga e quem recolhe impostos nunca foi das mais amistosas. Em situações extremas, a tensão entre os dois lados serviu até de estopim - ou pelo menos de um motivador a mais - para revoluções e movimentos que resultaram em mortes e mudanças na história mundial. Na França, por exemplo, em 1789, a insatisfação com os altos tributos pagos à monarquia e, em maior grau, a busca por poder político levaram os burgueses e suas guilhotinas à Revolução. Mais tarde, nos primeiros anos do século passado, o descontentamento com a alta carga de impostos estava também entre os motivos que levaram os russos, liderados pelos bolcheviques, a se revoltarem contra o Czar Nicolau II.

No Brasil, a revolta contra os impostos nunca gerou movimentos tão extremados, mas também já serviu de pretexto para batalhas e mortes. A Inconfidência Mineira teve como um dos ingredientes a revolta com a derrama, cobrança forçada de impostos atrasados, determinada pelo governo. Já os fazendeiros gaúchos, descontentes com a tributação sobre o charque, insuflaram a Revolta Farroupilha.

Na verdade, ainda hoje não é possível acreditar-se que haja cidadão que comemore o momento de recolher impostos e tributos - que são transferências compulsórias de dinheiro ao governo. Principalmente porque, ao longo da história, nem todos os administradores cumprem com eficiência a execução orçamentária e a correta aplicação do dinheiro pú-

TCE50.indd 17 6/9/2011 12:13:21 PM

blico. Sem falar dos que dele se utilizam para enriquecer.

É nesse ponto que entram os órgãos responsáveis pela fiscalização das contas governamentais.

Os primeiros indícios de experiências de prestação de contas surgiram em regimes que tinham perfil eminentemente teológico: constam dos papiros do Faraó Menés I, no Egito, passando pelo Código Indiano de Manu, pelo Eclesiastes do Rei Salomão, nos escritos romanos de Plínio e Cícero, como também nas institutas Justinianas, nas Pandectas e na Carta Magna Inglesa.

Apesar do pioneirismo desses povos, o sistema de controle de gastos públicos que mais se assemelha ao atual surgiu na Grécia. Lá, dois fatores contribuíram para o aparecimento dos mecanismos de fiscalização. De um lado, o militarismo que fez crescer os gastos bélicos e o número de funcionários públicos, influenciando o orçamento estatal. Por outro lado, diz Marianna Montebello, no estudo Os Tribunais de Contas e o Controle das Finanças, "como as preocupações de ordem moral e política eram supervalorizadas em Atenas, os legisladores trataram de elaborar mecanismos de vigilância financeira que acabaram culminando com a institucionalização de duas comissões de auditores - os chamados logistas -, às quais competia o exame das contas dos magistrados incumbidos da administração financeira, exame este realizado após o término de seu mandato".

Em dois de seus livros - *A Política* e *A Constituição de Atenas* -, Aristóteles destaca a necessidade de prestação de contas dos gastos feitos com recursos públicos. No segundo, prevê até punições para pessoas culpadas por prática de fraude ou desvio de dinheiro arrecadado com impostos. Na prática, porém, dificilmente seriam aplicadas punições em governantes de cidades-estado como as que formavam a Grécia Antiga.

Na mesma época, os romanos tinham seu próprio sistema de controle de contas. Em vez dos logistas, quem fiscalizava o orçamento romano eram os senadores. No entanto, o fato de eles também serem os responsáveis pela ordenação dos gastos tornava o sistema um tanto ineficiente. Além do mais, todos os casos citados tinham uma característica em comum: os administradores agiam como deuses e, portanto, sentiam-se desobrigados de prestar contas e eram imunes a qualquer punição.

A Inglaterra criou uma Corte de Contas em 1215. Aliás, por vários anos coube aos ingleses o pioneirismo dos avanços na área. Em outros países, como a França, existiam órgãos responsáveis pela fiscalização dos gastos públicos, mas a avaliação das despesas era problemática. Batizada

TCE50.indd 18 6/9/2011 12:13:21 PM

de Chambre de Comptes, a instituição francesa foi criada em 1319, mas fiscalizava em favor da Coroa e não do povo. Na prática, eram punidas as pessoas que não recolhiam tributos e não aquelas que administravam de forma irresponsável o dinheiro recolhido. Não é de estranhar, portanto, que o sistema tenha sido extinto, logo após a revolução de 1789, e recriado dezoito anos depois, com o nome de Cour de Comptes, por Napoleão Bonaparte.

No Brasil, os primórdios do Tribunal de Contas datam do ano de 1680, quando foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitanias e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionada a Portugal. Depois, no início do século XVIII, por meio de um alvará expedido por Dom João VI, datado de 28 de junho de 1808, instituiu-se o Erário Régio ou Tesouro Real Público, cuja finalidade era administrar, arrecadar, distribuir e assentar o dinheiro público. Devido ao descalabro financeiro da época e à falta de força das normas contidas no alvará, para fazer esse controle, foi outorgada a Constituição Política do Império do Brasil, em 25 de março de 1824, por Dom Pedro I, na qual constava a obrigatoriedade de votação anual do orçamento e a tomada de contas pelo Tesouro Nacional. Para que isto ocorresse corretamente, foram criados os Conselhos da Fazenda, por Marquês de Pombal, cuja finalidade era acompanhar a execução de receitas e despesas, embora atuando sem maior preocupação com o destino e a legalidade da aplicação do dinheiro.

Ainda no decorrer do Império, notáveis estadistas e jurisconsultos defenderam a necessidade da criação de um órgão fiscalizador de contas do erário. A principal das propostas nessa direção surgiu em 23 de junho de 1826, quando Felisberto Caldeira Brandt, o Visconde de Barbacena e José Inácio Borges apresentaram ao Senado um projeto de lei visando criar um Tribunal de Revisão de Contas, mas que encontrou resistências por parte do ministro Tavares Lima, o qual propunha um Tribunal de Fiscalização da despesa pública, também combatido, uma vez que sua função era apenas fiscalizar, e isto, alegava-se, já vinha sendo feito pelos Conselhos da Fazenda.

Depois de muitas discussões e adiamentos, surgiu uma lei, de 4 de outubro de 1831, que propôs nova organização ao Tesouro Público Nacional e às Tesourarias das Províncias. Em 1837, foi proposta novamente a criação de um Tribunal de Contas, por parte de Manoel Nascimento Castro, que encaminhou à Mesa da Câmara dos Deputados, projeto de criação do Tesouro Público Nacional. Em 1840, o ministro da Fazenda, Manoel Alves

TCE50.indd 19 6/9/2011 12:13:22 PM

Branco, defendeu a criação de um Tribunal de Contas, "composto por homens independentes"; em 1845, tal proposta foi reforçada e, em 1875, o jurista José Antônio Pimenta revitalizou a idéia do Tribunal de Contas.

A partir daí, surgiram novos adeptos, como o Ministro da Fazenda, Gaspar da Silveira Martins, em 1878, e Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, que, em 1879, proclamou urgentíssima a instituição de um Tribunal de Contas. A monarquia chegava ao fim, e a necessidade de um Tribunal de Contas era apenas uma idéia, ainda que já presente em várias nações. Em 1889, o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, ministro da Fazenda, apresentou um relatório à Assembléia Geral, defendendo a instituição de um Tribunal de Contas, pois seria ele o único órgão que, conhecendo toda a contabilidade do estado, possuía meios para assegurar que os balanços demonstrassem fiel e perfeitamente o movimento dos dinheiros públicos.

Passos concretos para criação dos tribunais só seriam dados no regime republicano, em 7 de novembro de 1890. Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, redigiu o texto final com a célebre exposição de motivos que fundamentou o ato do governo provisório que instituiu o Tribunal de Contas, por meio do Decreto nº 966 - A, de 07 de novembro de 1890, com a definição seguinte que serve de epígrafe ao presente volume.

A simples existência do Decreto, porém, não foi suficiente para garantir a instalação imediata do Tribunal. À época, a medida ainda despertava resistências importantes. Tanto que, apesar de criado em 1890 e previsto na Constituição Republicana de 1891, só foi instalado em 17 de janeiro de 1893 como resultado dos esforços de Inocêncio Serzedello Corrêa, ministro da Fazenda de Floriano Peixoto.

Ao criar a instituição, Rui Barbosa optou pelo modelo belga de controle e, assim, introduziu-se no Brasil a fiscalização prévia não absoluta, já que a despesa poderia ser executada mesmo não examinada pelo Tribunal, por determinação do Executivo, *ad referendum* do Legislativo, sistema de controle que prevaleceu até a Constituição Federal de 1967. O ministro Serzedello Corrêa, a quem coube instalar o Tribunal de Contas da União, escolheu para o cargo de presidente Manoel Francisco Correia. O Tribunal de Contas da União foi sediado na Capital Federal e os seus membros, nomeados pelo presidente da República, com aprovação do Senado, só por sentença judicial perderiam os seus cargos.

Pouco tempo depois, no entanto, a nova instituição sofreria o primeiro revés. A investida viria do então presidente da República, Floriano

TCE50.indd 20 6/9/2011 12:13:22 PM

Peixoto, não por acaso conhecido como Marechal de Ferro. Contrariado com uma decisão que julgou ilegal a nomeação de um parente do ex-presidente Deodoro da Fonseca para um cargo público, Floriano Peixoto retirou do Tribunal o poder de impedir a realização de despesas consideradas ilegais. Serzedello reagiu com uma carta de demissão, entregue em 23 de abril de 1893. No texto, o ministro dizia que os decretos tiravam a independência e deturpavam os fins do Tribunal. Além disso, continuava, as medidas permitiriam "ao governo a prática de todos os abusos".

Apesar do contratempo inicial, os anos seguintes foram de consolidação para o Tribunal de Contas da União - TCU. Paralelamente, surgiram os primeiros Tribunais nos estados. O primeiro foi o do Piauí, instalado no dia 1º de agosto de 1899. Seriam necessárias quase duas décadas para o surgimento do segundo: o Tribunal de Contas da Bahia, criado em 1915. Nos anos seguintes, surgiram os Tribunais de São Paulo (1924), Rio Grande do Sul e Ceará (1935) e do Rio de Janeiro (1936).

Novo revés ocorreria ainda na década de 30. Estabelecido o Estado Novo e sua Constituição (1937), a liberdade dos Tribunais de Contas ficou ameaçada. Na Bahia, o interventor nomeado pelo governo Getúlio Vargas, Renato Onofre Pinto Aleixo, extinguiu o órgão, que só voltou a funcionar em 1949, já sob a Constituição de 1946.

As novas regras que entraram em vigor sob o manto dessa Constituição buscavam restabelecer o caráter democrático do governo e, entre suas disposições, previam que todos os estados poderiam ter tribunais. Conforme previsto no artigo 22: "A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada na União, pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e nos estados e municípios pela forma que for estabelecida nas Constituições estaduais".

Apesar de o texto não prever a obrigatoriedade de criação de Tribunais, nos estados surgiram nesse período várias novas cortes. As do Paraná e Minas Gerais, por exemplo, foram criadas ainda em 1947. Depois surgiram outras: no Amazonas (1950), em Goiás (1952), no Mato Grosso (1953) e em Santa Catarina (1955).

A competência do Tribunal, desde então, era examinar, revisar e julgar as atividades relacionadas com a receita e a despesa da União. Era uma espécie de câmara que conferia a legalidade das operações financeiras, antes que essas passassem pelo crivo do Congresso Nacional.

Com o passar do tempo, novas funções foram concedidas ao TCU

TCE50.indd 21 6/9/2011 12:13:22 PM

nas Constituições. Na de 1934, ele deveria acompanhar a execução orçamentária, o registro prévio das despesas e dos contratos, o julgamento das contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como a apresentação de parecer prévio sobre as contas do presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados. Na de 1937, essas funções foram mantidas, à exceção da exigência de seu parecer prévio sobre as contas presidenciais. A sua competência para julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões advém da Constituição de 1946.

Na Carta de 1967, ratificada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, retirou-se do TCU o exame e julgamento prévios dos atos e contratos geradores de despesas e eliminou-se o julgamento da legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ficando a cargo do Tribunal somente a apreciação da legalidade para fins de registro. Na Constituição de 1988, que consolidou no Brasil o Estado Democrático de Direito, o TCU teve sua jurisdição e competência grandemente ampliadas, recebendo poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalizações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, fiscalização da aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Em 1996, tramitou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, emenda constitucional objetivando extinguir os Tribunais de Contas estaduais. Em maio de 1997, dos 31 presidentes dos Tribunais de Contas estaduais e municipais do Brasil, 25 estiveram presentes na reunião com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, deputado Henrique Eduardo Alves. Coordenou o encontro o então presidente do TCE-RN, Antônio Severiano da Câmara Filho, no propósito de discutir as propostas de emendas constitucionais n°s 212/95 e 236/95, dos deputados Milton Temer (PT-RJ) e Roberto Valadão (PMDB-PT-RJ), que previam a extinção dos Tribunais de Contas.

A idéia da reunião ocorreu na XXXV Reunião do Conselho Dirigente do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil-CCTCB e 1ª. Reunião da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul, realizadas em março de 1997 na cidade de Aracaju (SE). No entendimento do presidente do Tribunal de Contas da União

TCE50.indd 22 6/9/2011 12:13:22 PM

(TCU), Homero Santos, a proposta de extinção das Cortes de Contas foi um "ato de quem teve seu interesse contrariado por algum motivo... a opinião pública sabe que os Tribunais têm prestado serviços relevantes para a sociedade. A sociedade foi vitoriosa porque os Tribunais de Contas do Brasil têm o importante papel social de inibir a prática do mau uso dos recursos públicos. São os guardiões da coisa pública".

TCE50.indd 23 6/9/2011 12:13:22 PM

TCE50.indd 24 6/9/2011 12:13:22 PM

O TCE-RN

Apesar do surgimento de Tribunais por vários estados brasileiros, alguns anos se passariam até que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE-RN se tornasse realidade. Por iniciativa do governador Dinarte de Medeiros Mariz, fora encaminhado Projeto-de-lei em 20 de novembro de 1957 à Assembléia Legislativa, que teve como relator o deputado estadual Pereira de Macedo. Aprovado, transformou-se na Lei de nº 2.152 criando o Tribunal de Contas. O objetivo, no entanto, acabou protelado uma vez que sua instalação só veio a ocorrer oficialmente em 12 de janeiro de 1961, em uma casa situada na Av. Campos Sales, n. 764, em Natal.

No início de fevereiro desse último, ano as atividades do Tribunal foram interrompidas por conta de uma liminar concedida pelo ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, em ação popular promovida contra sua criação. A questão tramitava no Supremo Tribunal. Romildo Gurgel e Múcio Vilar Ribeiro Dantas convocados por Vicente da Mota Neto, primeiro presidente do Tribunal, enfrentaram a batalha judiciária e conseguiram pareceres favoráveis de grandes juristas como Milton Campos e Pontes de Miranda. O julgamento final só veio a acontecer cerca de sete meses após seu fechamento. Em 1962, o Tribunal retoma suas atividades, uma vez que o Supremo Tribunal Federal considerou legal a sua criação.

Um dia antes da sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, Ro-

TCE50.indd 25 6/9/2011 12:13:22 PM

mildo Gurgel encontrou o governador Aluízio Alves no elevador do Hotel Nacional em Brasília, oportunidade em que este lhe dirigiu a palavra: "Olhe, a sessão vai ser amanhã, a do julgamento do caso do Tribunal. Eu sei que você vai ganhar, meus parabéns!". Romildo, por ocasião de discurso proferido na mudança da sede do Tribunal em dezembro de 1994, recordou que isso nunca lhe saiu da lembrança, acrescentando: "Ele fez isso sem nenhum rancor, sem nenhuma mágoa, aceitando plenamente aquilo que refutara".

Na época da reabertura, Romildo Gurgel foi quem assumiu a presidência. Era um adversário político do governador da época, mas destacou-se como o grande articulador da consolidação deste órgão.

"Entendi que o Tribunal não devia ser um órgão de perseguição ao governo, de combate ao governo, de política partidária. Entendi que devíamos, sim, ter uma política do Tribunal, que era a política de cumprir a lei, de se fazer respeitar, de trabalhar e de colaborar com o próprio governo no tempo que fosse necessário", declarou Romildo.

O fato é que o Tribunal ganhou poderes no governo de Aluízio Alves. Ele passou a confiar no Tribunal e um dia chegou a declarar: "Romildo Gurgel, eu nunca acreditei que você, que era tão radical na campanha, fosse um homem capaz de fazer uma obra de equilíbrio, como é esta que está fazendo no Tribunal".

Na administração de Aluízio Alves, o TCE criou condições para o seu pleno funcionamento, restaurarando as instalações físicas do prédio na rua Seridó, em frente ao Colégio 7 de Setembro e, posteriormente, um novo espaço pertencente à Assembléia Legislativa, na Avenida Getúlio Vargas, 690, garantindo uma melhor infra-estrutura para o seu funcionamento. Pela Lei n. 2.748, de 8-5-1962, a composição foi aumentada de sete para nove ministros, sendo nomeados dois novos membros, o ex-governador José Varela e José Petronilo Fernandes. A Constituição de 1969 estabelece o número de sete membros e muda a denominação dos integrantes do colegiado, de ministro para conselheiro.

A primeira composição do Tribunal: Vicente da Mota Neto (presidente), Oscar Nogueira Fernandes, José Borges Montenegro, Aldo Medeiros, Morton Mariz de Faria , Romildo Fernandes Gurgel, Lindalva Torquato Fernandes e, como procurador-geral, Múcio Vilar Ribeiro Dantas. Aluízio Alves foi o primeiro governador do Rio Grande do Norte a ter suas contas apreciadas pelo TCE.

Em meio século, o Tribunal de Contas aperfeiçoa a atuação na busca

TCE50.indd 26 6/9/2011 12:13:22 PM

da eficiência e do aprimoramento do papel de fiscal das contas públicas do estado e dos 167 municípios norte-rio-grandenses. Dentre suas competências constitucionais estão, ainda, as de apreciar a legalidade dos atos de pessoal, responder a consultas e realizar auditorias decorrentes de denúncias e representações.

Dinarte Mariz despachando sob as vistas dos auxiliares Antônio Soares e Romildo Gurgel. Este, que se encontra no centro da foto, sucedeu a Mota Neto que teve breve passagem pela Presidência do TCE-RN

Etapas de uma história

Poucos órgãos estaduais terão tido uma história repleta de lances, tensões e dificuldades, até a sua implantação definitiva, como o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. O impasse inicial quanto a sua criação e funcionamento e um inquietante mudar de endereços até a sede definitiva são aspectos que serão considerados a partir de agora.

TCE50.indd 29 6/9/2011 12:13:23 PM

Dificuldades Iniciais

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, instalado no dia 12 de janeiro de 1961, teve suas atividades interrompidas no início do mês de fevereiro do mesmo ano, devido a uma liminar concedida pelo ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, em ação popular contra a sua criação. Cerca de oito meses depois, essa Corte considerou legal a sua criação. E em 1962 o TCE retoma suas atividades normalmente.

Um dos primeiros ministros nomeados pelo governador Dinarte Mariz, José Borges Montenegro, declara: "A primeira reunião plenária do TCE foi com a presença de Mota Neto, Aldo Medeiros, José Borges, Oscar Nogueira, Lindalva Torquato e Romildo Gurgel. O ministro procurador era Múcio Vilar Ribeiro Dantas e o secretário, Josué Maranhão Filho. A reunião ocorreu em sua sede na Av. Campos Sales, n° 764, Tirol, Natal/RN. As primeiras nomeações dos ministros do Tribunal de Contas foram publicadas no Diário Oficial do Estado n° 184, de 5 de janeiro de 1961. Morton Mariz foi nomeado e empossado alguns dias depois".

O conselheiro José Borges prossegue considerando sobre a interrupção do funcionamento do TCE: "Reunimo-nos com Mota Neto, que fora eleito presidente, na casa de Aldo Medeiros, na Rua Assu, para discutir a questão e ver o que poderia ser feito. Decidimos (os sete), devido à capacidade de ação e ao conhecimento, passar uma procuração para o Dr.

TCE50.indd 31 6/9/2011 12:13:23 PM

Romildo Fernandes Gurgel, reconhecendo nele um grande poder de luta. Então, ele e Mota Neto foram ao Rio de Janeiro onde contataram o ex-governador da Paraíba, ex-senador e ex-ministro, Oswaldo Trigueiro, para defender nossa causa. Já estávamos com pareceres favoráveis dos juristas Milton Campos e Pontes de Miranda, juntamente com o Dr. Múcio Ribeiro Dantas, que já vinha atuando desde os primeiros instantes. Fizemos uma cota em que cada um deu uma certa importância para pagar as custas do processo, viagens etc. De fevereiro a outubro de 1961, foi luta".

Finalmente, diz José Borges, "veio a decisão do Supremo Tribunal Federal favorável à reabertura e ao funcionamento do TCE, garantindo aos ministros todos os direitos e garantias inerentes ao cargo que vinham exercendo. Dr. Aluízio Alves cumpriu integralmente. O governador Aluízio Alves ajudou muito, instalando, na época, máquinas de escrever que eram um equipamento moderno no serviço público. O primeiro Secretário foi Josué Maranhão Filho e o primeiro diretor geral, Severino Lopes". Pela Lei n° 2.748, de 8 de maio de 1962, a composição do Tribunal passou para nove membros. Em 1963, o governador Aluízio Alves nomeou José Augusto Varela e Manoel de Medeiros Brito. Em 1966, o número de ministros passou para onze, sendo nomeados ministros Aluízio Gonçalves Bezerra e José Gobat Alves. Em 1969, uma Emenda Constitucional do então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, limitou em sete membros a composição das Cortes nos Tribunais de Contas dos Estados. A denominação passou de ministro para conselheiro. "Aqui já eram onze conselheiros, ficando quatro em disponibilidade".

Mudança de endereço ❖❖❖

Inicialmente, o TCE foi instalado em uma casa na Avenida Campos Sales, n° 764, Natal/RN. Em 1962 deixou esse endereço, passando a funcionar em outra casa na Rua Seridó, n° 425, no bairro do Tirol. Eram imóveis alugados. Em 1965 foi instalado na sede da Avenida Getúlio Vargas, n° 690, Petrópolis, num imóvel que abrigara em anos distintos as atividades da Assembléia Legislativa do Estado e da Câmara Municipal de Natal. Foram feitas adaptações para o melhor funcionamento da Corte de Contas. Ainda no governo de Aluízio Alves, aconteceram muitas reuniões entre o Mons. Walfredo Gurgel - que era constitucionalmente o presidente da Assembléia - e o presidente do TCE, Romildo Gurgel, para que ocorresse a legalização do imóvel. E a casa, que pertencia à Assembléia Legislativa do Estado, pas-

TCE50.indd 32 6/9/2011 12:13:23 PM

sou definitivamente ao Tribunal de Contas. "O TCE deve ao ex-governador Aluízio Alves esta providência que o favoreceu", disse o conselheiro Manoel de Brito.

A partir de 1986, começou-se a pensar na construção de um edifício-sede que atendesse às necessidades funcionais do órgão. Em setembro de 1987, na gestão do conselheiro Alcimar Torquato de Almeida, foi elaborado o projeto de um edifício com nove pavimentos. A idéia foi trabalhada por ele próprio em conjunto com o conselheiro Haroldo Bezerra. O arquiteto Carlos Ribeiro Dantas foi o autor do projeto arquitetônico, posteriormente modificado para quatorze pavimentos. A licitação viria a ocorrer na administração do último conselheiro.

No dia 24 de março de 1995, à época do governo de Garibaldi Alves Filho e na gestão do presidente Nélio Silveira Dias, a estrutura do TCE foi transferida, para a antiga sede da CDM (Companhia de Desenvolvimento Mineral), na Avenida Interventor Mário Câmara, no bairro da Cidade da Esperança, enquanto o edifício-sede era construído. A propósito disse Nélio Dias: "No dia 4 de janeiro de 1995, tive uma audiência com o governador Garibaldi Filho. Discutimos a construção do edifício-sede. Fiz ver ao chefe do executivo potiguar a necessidade da obra, pois há 34 anos que o TCE carecia de um espaço à altura de sua atuação". Na penúltima sessão plená-

Após uma tensa disputa jurídica, o TCE-RN começa a funcionar de fato. Em sentido horário, na foto, José Varela, Oscar Nogueira, Lindalva Torquato Fernandes, Vicente da Mota Neto, Múcio Vilar Ribeiro Dantas (ministro-procurador), Romildo Gurgel (presidente), Josué Maranhão (secretário), Aldo Medeiros, José Borges Montenegro, Morton Mariz e Manoel de Medeiros Brito.

TCE50.indd 33 6/9/2011 12:13:24 PM

ria, na antiga sede do Tribunal, ocorreu uma sessão solene, sob sua presidência, denominada "Sessão do Processo Saudade". Muitos conselheiros se pronunciaram, inclusive, o ex-presidente Romildo Gurgel, que fez primoroso discurso sobre a trajetória do TCE.

A concretização do sonho ❖❖❖

A obra da nova sede foi executada em duas etapas. Inicialmente, foi realizada uma licitação para a primeira etapa, em 17 de novembro de 1994, sendo vencedora a firma Certas - Construções Civis e Industriais Ltda. Nesse primeiro momento, a obra ficou orçada em R$ 802.440,75 e seria concluída no prazo de 420 dias corridos. Para a segunda etapa houve nova licitação, em 14 de fevereiro de 1998, que teve como vencedora a firma EC - Engenharia e Consultoria Ltda, pelo valor de R$ 2.246.000,00 e com prazo para conclusão de 300 dias corridos, prazo este posteriormente ampliado para 880 dias.

A sede definitiva foi, portanto, projetada e executada durante as gestões dos conselheiros presidentes Alcimar Torquato de Almeida, Haroldo de Sá Bezerra, Nélio Silveira Dias, Antônio Severiano da Câmara Filho, José Fernandes de Queiroz e Getúlio Alves da Nóbrega.

O passo seguinte à construção do prédio onde passaria a funcionar a Corte de Contas do RN foi a sua arrumação. As dificuldades surgidas estão bem documentadas na edição de junho de 2001 do jornal TCE Em Pauta. Fazer a mudança de uma casa comum já é uma tarefa trabalhosa e complicada. Imagine-se a de um prédio de 14 pavimentos, cada um com seus setores e peculiaridades. Foi esse o trabalho previsto para o TCE a partir de setembro de 2001. Para que este processo de mudança fosse o mais tranqüilo e eficiente possível. Foi criada uma comissão formada pelos servidores Mayse Ramalho Dantas Varella, Antônio Emídio de Souza Neto e Diana Andrade Monte, responsável pelo levantamento de todas as situações possíveis e imaginárias que pudessem ocorrer durante a mudança da antiga CDM para o prédio novo, localizado na Avenida Getúlio Vargas, no 690, em Petrópolis.

A nova sede, erguida no local em que funcionou aquela outra em 1965, tem 5.693 m² de área construída e é composta de subsolo, térreo e 12 pavimentos onde funcionam todos os setores, gabinetes dos conselheiros e da presidência, e a Procuradoria Geral do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas. Foram investidos na obra R$ 4.548.924,40, recursos oriundos do governo do estado. Nesse valor, estão

TCE50.indd 34 6/9/2011 12:13:24 PM

incluídos os serviços complementares: subestação, grupo gerador, tratamento acústico e sonorização do auditório, decoração, iluminação do hall principal e do plenário etc.

O fato é que a sede - um sonho dos conselheiros e dos servidores do TCE - tornou-se realidade depois de cinco anos de construção. A inauguração, no dia 11 de janeiro de 2002, contou com a presença do governador Garibaldi Alves Filho, da Prefeita de Natal, Wilma Maria de Faria e da Prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini. Estiveram presentes igualmente senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, representantes de Tribunais de Contas do país, além de outras autoridades civis, militares e eclesiásticas. Presidida pelo conselheiro presidente Getúlio Alves da Nóbrega, a importância da sede para o funcionamento do TCE foi por ele ressaltada.

Segundo suas palavras, com as novas instalações foram adquiridas melhores condições de trabalho, permitindo ao Tribunal realizar suas obrigações constitucionais e promovendo com maior eficácia o controle externo dos órgãos públicos. "Esta nova sede - disse ele - nos oferece, sem dúvida, condições físicas como nunca tivemos e que são as ideais para o funcionamento de um Tribunal de Contas. Mas sua significação não se exaure nesses aspectos, por mais relevantes que sejam. As novas instalações em que nos encontramos abrem perspectivas de organizarmos melhor o nosso serviço e, portanto, de podermos cumprir de forma mais adequada as nossas funções institucionais".

Getúlio Nóbrega falou ainda da importância de se investir na qualificação de funcionários e ressaltou o papel do governador Garibaldi Alves na realização dos sonhos dos conselheiros, dos auditores e dos técnicos do Tribunal de Contas do RN.

"É preciso, a partir de agora - ressaltou o presidente - investir prioritariamente na qualificação de pessoal para que possamos fazer com que se justifique, aos olhos da opinião pública, o investimento - parcimonioso e criterioso, mas, ainda assim, ponderável - realizado para a construção deste belo e funcional edifício, aberto à luminosa transparência do mar infinito que nos contempla. Esta obra concretizou-se graças à decisão do governador Garibaldi Alves Filho de transformá-la em realidade, não deixando que faltassem os recursos para sua realização e assegurando todo o apoio técnico e gerencial indispensável à reconstrução projetada. Esta atitude do governador revela o seu respeito à instituição e o apreço por uma iniciativa que atende ao interesse público e se destina a servir à Administração Esta-

TCE50.indd 35 6/9/2011 12:13:24 PM

dual. O reconhecimento, que ora fazemos, vale como verdadeira e justa homenagem à sua figura de governante".

Por sua vez, o governador Garibaldi Alves Filho falou da inauguração da sede do TCE como um marco na história comparável à construção de Brasília, em termos de bem público que sobrevive - acima das intempéries do tempo - na alma, nos ideais e no coração dos homens. "Homenageio os excelentíssimos senhores conselheiros, auditores, procurador geral de contas e funcionários desta Casa. Agradeço às palavras do excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Getúlio Alves da Nóbrega. Parabenizo àqueles que conceberam esta obra e executaram-na como notável expressão da arquitetura e da construção civil neste estado. Àqueles que integraram esta Casa no passado, manifesto o reconhecimento por sua contribuição à vida pública do Rio Grande do Norte".

Na ocasião, o governador Garibaldi Alves foi homenageado pelo presidente da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Carlos Pinna de Assis, que lhe entregou a medalha "Ministro Miguel Seabra Fagundes", outorgada aos amigos dos Tribunais de Contas. A sede recebeu a bênção do Arcebispo Emérito de Natal, Dom Nivaldo Monte, tendo em seguida Célia Ribeiro Dantas - filha de Múcio Vilar Ribeiro Dantas, primeiro procurador geral do Tribunal de Contas do Estado e cujo nome denomina o edifício-sede desta Corte de Contas - proferido emocionado discurso. Por sugestão do conselheiro José Borges Montenegro, o plenário do TCE recebeu o nome do governador Dinarte de Medeiros Mariz. À entrada do novo prédio também se encontra o busto do seu criador, por proposição do mesmo José Borges. Um busto do primeiro procurador geral do TCE, Múcio Vilar Ribeiro Dantas, também se encontra na entrada da sede definitiva do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.

No edifício funciona um posto de atendimento do Banco do Brasil, que já atende o TCE-RN desde 1997, época em que foi instalado na antiga sede. Já o serviço de segurança da Corte de Contas está sob a responsabilidade da Polícia Militar do Estado.

As atividades sempre crescentes da Corte de Contas do estado exigem soluções criativas e também a ampliação de espaços. Por isto, ao completar os seus 50 anos, o TCE-RN se prepara para a implantação de novos serviços, em anexo que será erguido num terreno já adquirido à CAERN, onde até pouco tempo havia uma caixa d'água, na mesma Av. Getúlio Vargas. O novo prédio ocupará uma área de 1.741 m². Nele serão instalados os seguintes se-

TCE50.indd 36 6/9/2011 12:13:24 PM

tores: subsolo - estacionamento para 15 vagas, pavimento térreo - direção do DAG com seis salas de trabalho para o corpo técnico, primeiro andar - cinco salas de trabalho para o corpo técnico do DAG e Biblioteca.

No segundo andar, funcionarão duas salas de trabalho para a coordenadoria de Comunicação Social, cinco salas de trabalho para o Setor Médico, três salas de trabalho para a Coordenadoria Técnica de Manutenção e uma sala de reserva técnica. Quanto ao terceiro andar, compreenderá três salas de trabalho para a Escola de Contas, uma sala de reuniões, e uma sala Múltipla que também poderá ser utilizada para aulas.

Informa o coordenador da CTM/TC, arquiteto Jorge Vargas Soliz, que não há ainda previsão para início da construção, dependendo da alocação de recursos financeiros. O valor previsto para sua execução da obra é da ordem de R$ 1.838.000,00.

TCE50.indd 37 6/9/2011 12:13:24 PM

TCE50.indd 38 6/9/2011 12:13:24 PM

Um Embate de Titãs

Dois potiguares especialmente ilustres estiveram no nascedouro do processo de criação e funcionamento pleno do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. Mas as dissensões políticas que, num grave momento da vida do estado, determinaram o afastamento, um do outro, acabaram ensejando momentos de tensão e forte disputa jurídica até que a idéia da Corte de Contas estadual se consolidasse.

A seguir, a síntese biográfica dessas personalidades: os ex-governadores Dinarte Mariz e Aluízio Alves.

TCE50.indd 39 6/9/2011 12:13:25 PM

Dinarte Mariz

TCE50.indd 40 6/9/2011 12:13:25 PM

Dinarte de Medeiros Mariz
Dos primeiros passos ao impasse jurídico

O fundador do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, governador Dinarte Mariz, é norte-rio-grandense, de Serra Negra do Norte. Nasceu no dia 23 de agosto de 1903, filho de uma tradicional família do Seridó. Sua mãe foi Maria Cândida de Medeiros Mariz e seu pai Manoel Mariz Filho.

Quando criança ajudou o pai nas tarefas do campo e cursou o primário em Serra Negra do Norte com o professor Artéfio Bezerra, mas nunca deixou de estudar por conta própria. Era um autodidata. Ainda jovem ingressou no comércio, comprando e vendendo algodão, peles e couro. Em 1929, durante o governo de Washington Luís (1923-1930), comercializava algodão em Caicó, no Rio Grande do Norte, e ingressou na Aliança Liberal - grupo político de oposição formado basicamente pelos partidos republicanos mineiro e gaúcho, pelo Partido Democrático (PD) paulista e pelo situacionismo paraibano, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e Vice-Presidência da República nas eleições de março de 1930.

Juvenal Lamartine de Faria, o então governador do estado, e José Augusto Bezerra de Medeiros, deputado federal, primos de Dinarte Mariz, apoiavam o governo de Washington Luís, cujo candidato Júlio Prestes foi eleito para a presidência. A derrota de Getúlio Vargas, agravada pelo assassinato de João Pessoa no mês de julho do mesmo ano, na cidade de Recife, foi o estopim para o movimento revolucionário de outubro de 1930. Ao final dessa revolta, no dia 24 de julho, o presidente Washington Luís foi destituído e, em três de novembro do mesmo ano, o líder civil do movimento, Getúlio Vargas, foi conduzido ao poder. Dinarte Mariz participou ativamente desta revolução no Rio Grande do Norte, colaborando, após sua vitória, com a junta governativa que administrou o estado entre os dias 6 e 12 de outubro de 1930.

Nomeado prefeito de Caicó, permaneceu no cargo até 1932, sendo o primeiro dirigente municipal indicado pelos revolucionários em seu estado. Nesse período, tornou-se um dos maiores comerciantes de algodão do nordeste. Em 1932, envolveu-se na Revolução Constitucionalista deflagrada no mês de julho em São Paulo. Foi preso por três vezes e recolhido à

TCE50.indd 41 6/9/2011 12:13:25 PM

Casa de Detenção, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal do Brasil.

Retornando ao Rio Grande do Norte em 1934, fixou-se com uma firma de comércio e beneficiamento de algodão e fundou o jornal A Razão, o qual também dirigiu. Em 1933, organizou, junto com José Augusto Bezerra de Medeiros, o Partido Popular (PP), iniciando uma longa campanha contra o governo de Getúlio Vargas e o interventor Mário Câmara.

Em novembro de 1935, foi deflagrada no Rio de Janeiro, Natal e Recife uma insurreição comunista. Em Natal, no dia 23 daquele mês, os revoltosos instalaram um governo popular revolucionário que chegou a durar quatro dias. O movimento foi abafado com a decisiva participação de Dinarte Mariz, que reuniu uma coluna de aproximadamente 150 homens, além de tropas do Exército e efetivos das polícias dos estados vizinhos. No dia 27, com derrota dos revoltosos, o poder voltou às mãos do governador Rafael Fernandes, que atuou até o ano de 1943.

Vargas implanta o Estado Novo, em 1937, e passa a dirigir o país com poderes ditatoriais. O líder seridoense absolutamente contrário à postura do ditador afastou-se das lides políticas, voltando-se exclusivamente para seus negócios particulares. Em 28 de fevereiro de 1945, pela Lei Constitucional n° 9, foi estabelecido por Getúlio Vargas um prazo para convocação de eleições gerais no país, marcando oficialmente a aproximação do final do Estado Novo. A partir daí, vários partidos políticos se organizaram, entre eles a União Democrática (UDN) que, no Rio Grande do Norte, teve Dinarte Mariz como um de seus fundadores.

Getúlio Vargas foi, finalmente, deposto pelos chefes militares em 29 de outubro de 1945. Dinarte Mariz candidatou-se então a senador por seu estado à Assembléia Nacional Constituinte. No pleito de dois de dezembro desse ano não conseguiu ser eleito e, além disso, seu candidato à presidência da República foi derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD).

No ano de 1950, mediante um acordo com o governador José Augusto Varela, Mariz, que havia se candidatado ao governo do RN, concorda em retirar sua candidatura e decide concorrer novamente ao Senado Federal, pela legenda da UDN. Outra vez foi derrotado, nas eleições de três de outubro, por Kerginaldo Cavalcanti, do Partido Social Progressista (PSP). Também seu candidato à presidência da República, Eduardo Gomes, foi vencido desta vez pelo candidato da coligação PSP com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Getúlio Vargas. Mas a obs-

TCE50.indd 42 6/9/2011 12:13:25 PM

tinação do líder seridoense não lhe permitiria desistir da vida pública. Em 24 de agosto de 1954, Vargas se suicida e, toma posse o seu vice, o norte-rio-grandense João Café Filho, líder do PSP do RN. Nas eleições de outubro do mesmo ano, Dinarte Mariz, favorecido por um acordo firmado com seu adversário, Georgino Avelino, elege-se senador como candidato da coligação UDN - PSP - PSD.

No ano seguinte lançou sua candidatura ao governo, pouco depois de haver assumido a cadeira no Senado Federal. Foi apoiado pelo então presidente Café Filho e no pleito de outubro desse ano foi eleito, derrotando Jocelyn Villar de Melo, do PSD, com expressiva margem de votos. Após assumir o governo do RN, em janeiro de 1956, Dinarte tornou-se alvo de grandes restrições no Congresso onde se instalou uma comissão visando à cassação da licença que havia tirado no Senado Federal ou a opção por um dos cargos que acumulava. Assim, em 12 de maio de 1956, Dinarte Mariz renunciou à cadeira de senador, optando por permanecer como governador do Rio Grande do Norte no período 1956-1961.

Dinarte Mariz foi o responsável pela criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (depois federalizada) e do Tribunal de Contas do Estado. Sobre este último diria o advogado e ex-deputado o Paulo de Tarso, em discurso por ocasião do recebimento da Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, honraria atribuída pela Corte: "Este Tribunal nasceu marcado por paixões, e foi ungido por batismo de fogo"!

A sucessão do governador nas eleições seria marcada por lances de radicalismo explícito. O deputado Federal Aluízio Alves, antigo aliado político e companheiro de partido, pedira o apoio de Dinarte Mariz para concorrer. Recusando-se a apoiá-lo, o governador indicou o deputado federal Djalma Marinho como seu candidato. Os ânimos ficaram acirrados. Houve o rompimento formal entre os dois. E um sentimento de evidente animosidade pautou a campanha dominada por denúncias de irregularidades ocorridas no governo do estado. E Alves acabou derrotando Djalma, tomando posse em janeiro de 1961.

Dinarte Mariz e Aluízio Alves foram dois líderes carismáticos e que marcaram época pelas campanhas políticas, em que ocorriam mobilizações de massas jamais registradas. Um entusiasmo que beirava o fanatismo, com os eleitores fazendo questão de exibir de algum modo o "verde" ou o "vermelho", as cores que caracterizavam os concorrentes.

Em 1962, no governo do presidente João Goulart, Dinarte Mariz

TCE50.indd 43 6/9/2011 12:13:25 PM

voltou ao Senado eleito pelo voto popular. Foi reeleito outras duas vezes, em 1970 e 1978, totalizando quatro mandatos pelo Rio Grande do Norte. Faleceu ainda no exercício do mandato no dia 9 de julho de 1984, em Brasília-DF, deixando a imagem de um homem elegante e afável que, por mais de 50 anos, preocupou-se, sobretudo, com a sua terra. Seu corpo foi recebido em Natal com honras de estado sendo velado no Palácio Potengi. O governador José Agripino Maia decretou luto oficial e milhares de pessoas lhe prestaram as últimas homenagens. Dinarte Mariz foi sepultado no cemitério público de Caicó, após Missa solene concelebrada na Matriz de Santana. O Arcebispo Emérito de Natal, Dom Heitor de Araújo Sales era o Bispo de Caicó.

No TCE-RN, como um gesto de gratidão e respeito dos que integram a Corte de Contas, o seu busto foi colocado na entrada do edifício. Outra homenagem do próprio Tribunal potiguar foi a criação da Medalha do Mérito que, com o seu nome, é atribuída pela Corte de Contas a personalidades do estado.

TCE50.indd 44 6/9/2011 12:13:25 PM

Aluízio Alves

Do antagonismo ao relacionamento cordial

Após uma vitória eleitoral retumbante em 3 de outubro de 1960, Alves teve de governar o Rio Grande do Norte com o orçamento para aquele mesmo ano, que havia sido votado em 1959. A Assembléia Legislativa, de maioria oposicionista, não tinha aprovado o orçamento para o ano de 1961. "O governo que me antecedeu, derrotado nas urnas, empenhou todas as verbas do orçamento e só não pagou todos esses empenhos porque estava atrasado em sete meses com os funcionários e onze com os fornecedores. Pagou o que pôde".

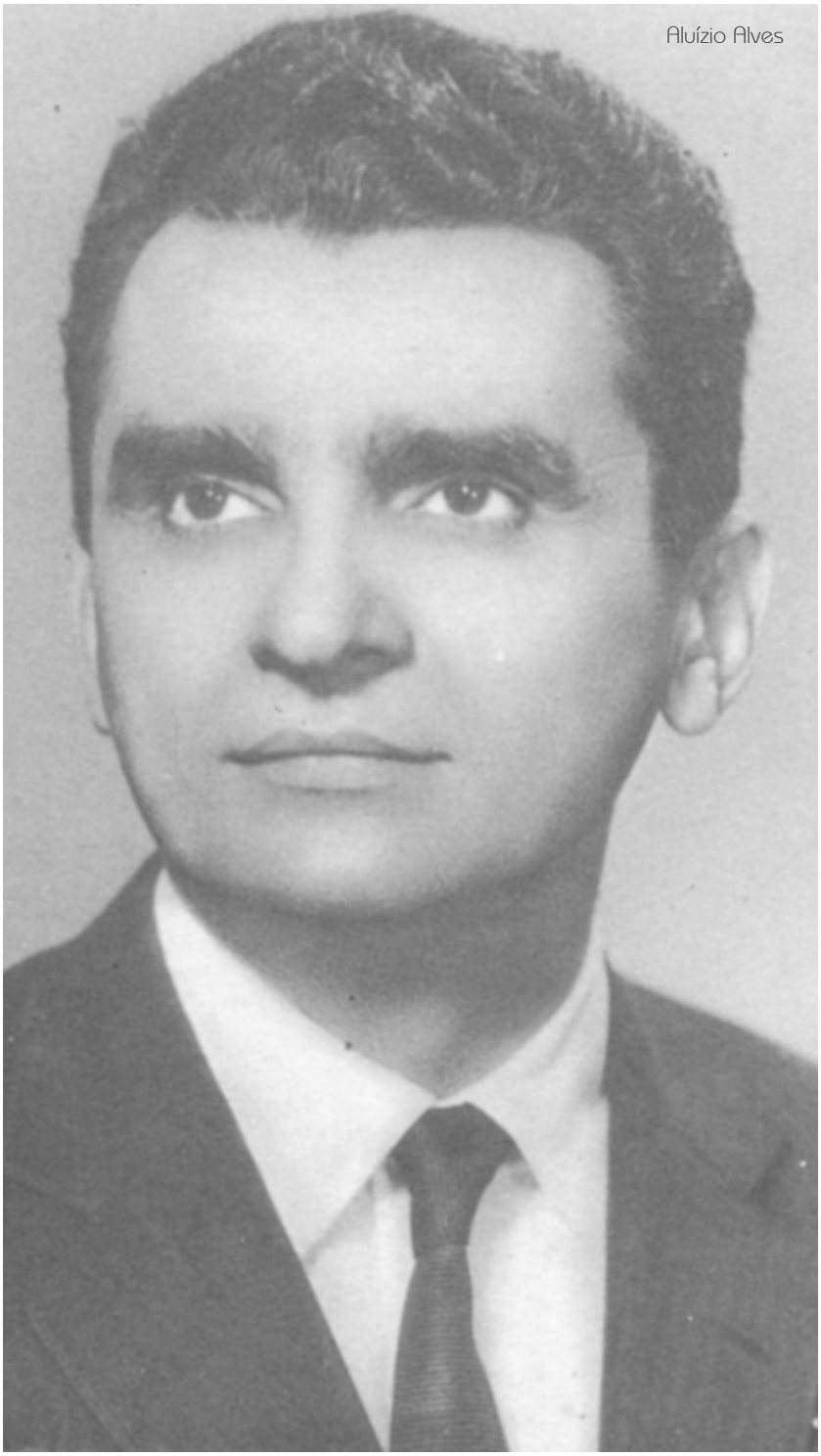
O ex-governador disse que, além dos atraso, encontrou o cofre do estado com 48 cruzeiros. Sem o dinheiro do Tesouro, resolveu fazer uma coisa de legalidade discutível. Mas teve o cuidado de buscar assessoramento de dois jurisconsultos de renome nacional: Carlos Medeiros e Caio Tácito, a quem constituiu advogado do estado para anular os atos praticados pelo governo anterior acusado de haver criado 3 mil e 400 cargos, efetivado sete consultorias, aposentando 14 desses nomeados. "Alguns tinham dois ou três dias de serviço sem apresentação de nenhum parecer", lembra.

O novo governante baixou um decreto criando a Conta Especial. Toda a arrecadação do governo era recolhida ao Banco do Estado do Rio Grande do Norte. Para as despesas com a máquina administrativa necessitavam de um projeto, enviado à Secretaria de Finanças e aprovado, pessoalmente, por Aluízio. Tudo tinha que passar por ele para que os recursos fossem retirados para obras e gastos com pessoal.

Lidando com a nova realidade ❖❖❖

Aluízio Alves seria o primeiro governador do estado a ter suas contas apreciadas pelo TCE. E fazia questão de reconhecer que o momento inicial do órgão foi marcado por uma conotação política extremamente radical. Mas ponderava que sempre foi a favor de um Tribunal que apreciasse as contas governamentais, porém desejava vê-lo fora das contingências partidárias: "Perdi a primeira batalha, pois tive de enfrentar a atuação do conselheiro Romildo Gurgel, que tinha boas relações na Justiça estadual e nacional e inegável competência no trato com esses poderes".

TCE50.indd 45 6/9/2011 12:13:25 PM



Aluízio Alves

TCE50.indd 46 6/9/2011 12:13:26 PM

As dificuldades que enfrentara no começo da sua administração deixavam-no bastante preocupado: "Ao que se dizia na época, o plano dos meus opositores era por intermédio do TCE pedir a intervenção do estado, pois eu estava gastando fora do orçamento", comenta. O assunto tinha a cobertura de Medeiros e Tácito, advogados e professores de Direito, que militavam na capital federal da época, o Rio de Janeiro. Segundo Aluízio Alves, o presidente do Tribunal de Contas, Romildo Gurgel, percebeu que era melhor conseguir um entendimento com o governador, que fazia questão de destacar também a competência e talento do procurador geral do TCE, Múcio Ribeiro Dantas. "Grande parte do êxito de Romildo à frente do Tribunal deve-se a este homem".

Buscou-se, então, uma convivência entre o Executivo e a Corte de Contas orientada pelo bom senso: "Acertavam-se duas coisas - relembra o governador - o Tribunal não tomaria providências contra a conta especial, simplesmente ignorava. (O fato de existir uma Conta Especial fazia do governador uma espécie de ditador financeiro, praticamente deixando o TCE sem função). O outro acerto era que a Assembléia Legislativa, onde Gurgel tinha prestígio, aprovaria o orçamento de 1962 e as minhas contas de 61. A análise da Conta Especial ficaria sobrestada até que fossem eleitos os novos ocupantes da Assembléia e pudessem aprovar esse crédito especial".

O Tribunal tinha sete ministros (que equivaliam aos conselheiros de hoje). Combinou-se que seriam criadas mais duas vagas. Isso desequilibraria um pouco a vantagem da oposição. Tentaria, assim, contrabalançar a força dos sete componentes do colegiado indicados pelo então governador Dinarte Mariz. "Essa maioria deles era radical". A iniciativa, segundo Aluízio Alves, evitaria que o Tribunal agisse como um partido político.

O governador convidou Aldo Fernandes, ex-interventor, e o ex-governador José Varela. O primeiro não aceitou o cargo e sugeriu que convidasse José Petronilo Fernandes, "pessoa de minha confiança e dele". Com essas indicações foi possível equilibrar os julgamentos do colegiado, diz o ex-governador. Para que o Tribunal não ficasse ocioso, Aluízio passou a remeter ao TCE apenas os contratos para a apreciação.

Na campanha de 1962, onde seriam renovadas as cadeiras na Assembléia Legislativa, Alves fez o primeiro comício em frente à sede do Tribunal. "Eu devo ao Tribunal todas as minhas contas do ano passado, sem autorização. Preciso fazer maioria senão não aprovarei minhas contas", discursou. E passada a campanha o governo dispunha de dois terços da bancada estadual e da federal.

TCE50.indd 47 6/9/2011 12:13:26 PM

Com a maioria conquistada, pediu a abertura de todos os créditos à Assembléia. O TCE registrou todas as contas e a partir daí ele e o colegiado tiveram um ótimo relacionamento. "Concordei em modificar as instalações do Tribunal. Trouxe o presidente do TCE-SP na época, Carvalho Pinto, para a inauguração. Apesar de ter em seu corpo alguns adversários tive todas as minhas contas aprovadas em meus cinco anos de governo", salienta.

Posteriormente, o ex-governador Aluízio Alves foi deputado federal em 1966 e 1990, além de ter ocupado o cargo de ministro de estado da Administração durante o governo José Sarney (1985 a 1989) e de ministro de estado da Integração Regional no governo Itamar Franco (1994 a 1995).

TCE50.indd 48 6/9/2011 12:13:26 PM

Os Fundadores da Corte

Um grupo de homens talentosos, experientes e admirados pela sociedade potiguar é nomeado para compor o primeiro colegiado de ministros do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. A distinção representava também o compromisso de enfrentar momentos de tensão e de incerteza que só seriam superados com a decisão final do STF definindo a implantação da Corte. A seguir, perfis biográficos dos primeiros componentes do TCE-RN.

TCE50.indd 49 6/9/2011 12:13:26 PM

Vicente da Mota Neto

TCE50.indd 50 6/9/2011 12:13:26 PM

Ministro Vicente da Mota Neto
Presidente em 1961

Vicente da Mota Neto foi o primeiro presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Integravam também a Corte os ministros Oscar Nogueira Fernandes, José Borges Montenegro, Lindalva Torquato Fernandes, Aldo Medeiros, Morton Mariz de Faria, Romildo Fernandes Gurgel e, como procurador geral, Múcio Vilar Ribeiro Dantas.

Mota Neto era filho do casal Francisco Vicente da Mota e Maria Marcília de Miranda Mota, tendo nascido em Mossoró no dia 06 de novembro de 1914. Fez os seus estudos primários e secundários em Mossoró, formando-se depois em Direito, no ano de 1937, pela Faculdade de Direito de Fortaleza. Exerceu a advocacia em sua cidade natal, até que foi nomeado Promotor Público.

Além de suas atividades na área do Direito, dedicou-se ao segmento salineiro - uma das atividades econômicas de sua família -, sendo um dos fundadores e presidente da Cooperativa dos Salineiros Norte-Riograndenses Ltda. Ainda nesse setor, foi Superintendente do Instituto Brasileiro do Sal, com sede na cidade do Rio de Janeiro, quando esta cidade ainda era a Capital da República.

Seguindo a tradição familiar, Mota Neto também se dedicou à política partidária. O avô, Vicente Ferreira da Mota, que era coronel da Guarda Nacional, tinha sido Intendente na cidade de Mossoró; o filho deste, o seu pai Francisco Vicente Cunha da Mota, havia governado o Município no

TCE50.indd 51 6/9/2011 12:13:27 PM

período de 1914 a 1916; seu tio, o monsenhor Luiz Ferreira Cunha da Mota (Padre Mota, como era mais conhecido), foi deputado estadual e, por 12 anos, prefeito de Mossoró.

O primeiro cargo público assumido por Vicente da Mota Neto foi o de Secretário do Padre Mota, quando este era prefeito da cidade. Posteriormente, quando a Cúria Romana restringiu as atividades políticas dos sacerdotes católicos, o tio renunciou ao cargo de prefeito e Mota Neto foi por ele indicado para terminar o mandato.

Com expressiva votação, elege-se depois deputado federal Constituinte em 1946, pelo PSD, voltando a ocupar o cargo de representante potiguar na Câmara Federal na legislatura seguinte. Em 1958 elegeu-se deputado estadual e presidiu a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte de 1960 a 1961.

Embora empresário do setor salineiro mossoroense, Mota Neto voltou sua atuação à defesa dos trabalhadores das salinas, ante a ameaça de desemprego provocada pela mecanização e pelo surgimento de novas tecnologias aplicáveis ao parque produtor de sal. Teve, ainda, expressiva atuação junto à classe ferroviária, sendo um dos seus líderes, lutando por seus direitos e conquistas.

A grande experiência política foi a credencial que justificou a sua nomeação, pelo governador Dinarte de Medeiros Mariz, para o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado, em 1961. Com as atividades da Corte interrompidas, em decorrência das circunstâncias políticas vividas naquela época, Mota Neto atuou incansavelmente para restabelecer o seu funcionamento. Sem vaidade, percebeu que o mais importante era a união de todos em prol de uma grande causa, a qual foi vitoriosa.

Vicente da Mota Neto faleceu no dia 13 de janeiro de 1981, aos 66 anos, como ministro aposentado do TCE. Em 1987, verificou-se o translado de seus restos mortais para o Cemitério da Saudade, em Natal.

Opiniões ❖❖❖

"Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à política regional de seu estado e na defesa explícita e veemente dos interesses dos pequenos e médios produtores de sal do Rio Grande do Norte, tendo realizado diversos pronunciamentos e enviado à Mesa da Assembléia vários requerimentos e indicações 'solicitando ao Executivo' medidas de amparo aos produtores de sal. Assim, ocupou a tribu-

TCE50.indd 52 6/9/2011 12:13:27 PM

na para proferir discursos analisando a política do INS - Instituto Nacional do Sal (VII, 369-373; XIV, 539-540), nos quais, embora endereçasse críticas à 'administração gestapiana do Instituto do Sal' (VII, 371) por não comportar em sua comissão executiva número suficiente de representantes dos pequenos e médios produtores do interior, posicionou-se veementemente contrário à extinção da autarquia, a seu ver, um órgão indispensável para proteger os pequenos e médios produtores do domínio dos grandes comerciantes citadinos que controlavam a comercialização do sal (XIV, 539). Também tomou a palavra para focalizar a política do Rio Grande do Norte (XIX, 47-49), onde defendeu sua gestão à frente da Prefeitura de Mossoró, tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia diversos requerimentos e indicações 'solicitando ao Executivo a feitura de obras e serviços no interior de seu estado. Além disso, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes e declarou voto a favor do requerimento de Bernardes Filho (PR/MG), exigindo do Poder Executivo maior publicidade e divulgação prévia da expedição de decretos-lei".

Sérgio Soares Braga

(In: Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946)

"O PSD era a reunião daqueles que dominavam a cidade há muitos anos. Era, sobretudo, a mágica aparição de Mota Neto - cujo prestígio, cuja força carismática, só vi igual anos depois, no plano nacional com Jânio Quadros e, no provinciano, com Aluízio Alves. Mota Neto era uma coisa. O estouro de todas as boiadas.O indescritível. O fenômeno. Eu tinha a impressão de que ele vivia voando do Rio para Mossoró e viceversa, tantas vezes chegava e tantas vezes partia. E só chegava triunfalmente, entre ramos e hosanas de Jerusalém liberada. Embiocava por Doze Anos, aparecia na Paraíba. A multidão corria a vê-lo, abraçá-lo, rasgá-lo. Havia gente que rasgara seus ternos de tropical, moças que só sossegavam depois de beijá-lo, meninos que se escondiam nos bolsos de suas calças. Mota Neto era o carnaval, o trovão o rompe ferro, aquilo que, depois, Romildo Gurgel definiria como 'força da natureza'. Em torno dele, duzentos cidadãos (....)".

Dorian Jorge Freire

(Em Artigo publicado no jornal *O Mossoroense*)

TCE50.indd 53 6/9/2011 12:13:27 PM

"Papai foi uma pessoa obstinada, de espírito caridoso, fraterno e solidário. Um legado que nos deixou. Não fazia distinção entre as classes sociais. Exemplo que procuro seguir. Não desistia jamais, tinha espírito de liderança. Estava sempre de bem com a vida. Na sua residência no Rio de Janeiro acolhia a todos que o procuravam, inclusive, hospedando os mais humildes. Foi um aglutinador, um líder de muitas classes, de sua família e dos amigos. Dele tenho boas lembranças que são lições de vida, pelo bom exemplo que deixou para todos nós: alegria, fortaleza, trabalho, solidariedade, amizade. Tudo que fosse possível para propiciar a felicidade das pessoas".

Eve Mota Gurgel
(filha)

TCE50.indd 54 6/9/2011 12:13:27 PM

Ministro Romildo Fernandes Gurgel
Presidente de 1962 a 1971

Romildo Fernandes Gurgel nasceu em Natal (RN) no dia cinco de maio de 1927. Filho de Nisário Gurgel e Umbelina Fernandes Gurgel. Cursou o Primário, Ginasial e Científico no Colégio Marista da Capital potiguar. Fez faculdade de Direito em Maceió, Alagoas.

Desde cedo, revelou grande pendor intelectual, pois, aos catorze anos, já falava bem a língua inglesa, além de produzir versos e demonstrar o seu talento para a atividade jornalística. Comunicar-se em outro idioma foi uma capacidade que desenvolveu em contato com os americanos, na Rampa, no bairro de Santos Reis, em plena Segunda Guerra Mundial. E logo estaria trabalhando, primeiro como tradutor, depois como chefe do escritório que os americanos mantinham no local.

Em 1947, com apenas 19 anos, já era delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários - IAPC. Foi nesse período de sua vida que Romildo Gurgel enveredou pelo jornalismo e passou a trabalhar como redator e diretor dos jornais O Democrata e Jornal do Comércio, que existiram por pouco tempo em Natal. Tamanho entusiasmo revelou por esta profissão que logo estaria trabalhando em A República, órgão oficial do estado, que viria a dirigir nos anos de 1944 a 1945.

Anos depois, foi para o Rio de Janeiro onde atuou com destaque, como repórter, nos jornais Diário da Noite e na revista O Cruzeiro. Ganhou notoriedade - sobretudo nesse último órgão, o mais importante da

TCE50.indd 55 6/9/2011 12:13:27 PM

TCE50.indd 56 6/9/2011 12:13:27 PM

cadeia Associada - por sua reportagem sobre uma índia chamada Diacuí cujo casamento com o sertanista Aires da Cunha seria patrocinado com estardalhaço pela revista em que trabalhava.

Romildo Gurgel deixa o Rio de Janeiro em 1956 e regressa a Natal para dirigir a Delegacia do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas - IAPTEC. Candidatou-se a deputado estadual não conseguindo eleger-se. Foi secretário de educação no governo de Dinarte Mariz, que o nomeou ministro do Tribunal de Contas do Estado. Logo se tornaria presidente dessa Corte substituindo ao ministro Mota Neto. Nesse cargo permaneceu durante 10 anos, com atuação decisiva na defesa do seu funcionamento através da luta judicial no STF.

Antes de chegar ao Tribunal de Contas do Estado, Romildo Gurgel participara também de importantes atividades no âmbito do ensino superior. Teve importante participação na criação da Faculdade de Jornalismo do estado (início da década de 1960) e foi professor de Direito Financeiro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em 22 de março de 1957, casara-se com a senhora Dulce Camboim Leitão, nascida em Caicó. Sobre o marido, diz ela: "Romildo lutou muito pelo Tribunal de Contas do Estado porque tinha desenvoltura e inteligência. Quando ele chegou a Natal, o governador Aluízio Alves disse: 'você ganhou, e eu vou lhe dar todo o apoio'. É verdade: ele disponibilizou o que foi necessário para o funcionamento do Tribunal de Contas. Outra luta de Romildo foi conseguir o antigo prédio da Assembléia Legislativa para instalar o TCE".

Homem de grande coragem pessoal, seus amigos o descrevem como alguém fiel tanto às amizades como às inimizades. O fato é que Romildo Gurgel, dotado de um temperamento forte, teve vários desentendimentos com adversários políticos. Por outro lado, era um homem capaz de gestos de altruísmo e generosidade, como o que teve por um amigo seu, vítima de grave acidente e incapacitado para o trabalho durante vários meses. Ajudou-o nas despesas médico-hospitalares e com uma pensão mensal, até que o amigo pudesse retornar à atividade, conforme se pode ler no verbete a ele, Romildo Gurgel, no livro *400 Anos de Natal*, (p. 669).

O escritor e conselheiro do TCE, Valério Mesquita, que o conheceu de perto assim se refere à figura do ministro: "Dele sempre se poderá dizer a penúltima palavra, mas nunca a última. Temperamento explosivo, Romildo era um verdadeiro vulcão. Lutou contra gregos e troianos para consolidar o Tribunal de Contas do Estado, nascido nos anos turbulentos das batalhas

TCE50.indd 57 6/9/2011 12:13:28 PM

políticas do 'verde' contra o 'vermelho'. E como isso não bastasse, Romildo efetuou, com talento e gênio e sem naufrágio, a perigosa travessia da Revolução de 1964, sob a mira dos canhões cuspidores de chumbo do General Meira Matos". E Valério Mesquita completa a descrição: "Como uma sentinela de resistência, passava o dia e a noite no QG do TCE preparando dossiês e relatórios, defendendo-se contra tudo e contra todos. Ao seu lado, o advogado Varela Barca emprestava o brilho de sua inteligência".

Um dos traços mais fortes do ser político Romildo Gurgel era a sua capacidade de expressar-se bem pelas palavras. Falava bem e com "voz de trovão". Jurandir Navarro, em seu livro *Oradores do Rio Grande do Norte* (2000, p. 655), refere-se a ele como sendo um orador que ficou na história do estado: "O tempo passou, mas o nome do jovem orador atravessou gerações. E firmou-se nas lides jornalísticas e nos embates de política. Na imprensa, exibiu-se no gênero polêmico... contra desafetos e adversários políticos. Granjeou admiração a sua inteligência. Ora usava diplomacia, ora intimidava opositores pelo temperamento rebelde".

Romildo Gurgel foi uma das figuras mais relevantes da história do Rio Grande do Norte e do TCE. Possuía uma inteligência incomum, pois encontrava soluções para todo tipo de problema que surgisse. Mergulhava nas contas e textos em busca das soluções seja qual fosse a dificuldade a ser superada. E a despeito de constantemente às voltas com problemas de peso, parecia estar sempre em movimento, como o descreveu Valério Mesquita, que volta e meia encontrava-se com ele, "no corredor do prédio do Tribunal, Romildo, sobrecarregado de papéis...".

Em discurso proferido por ocasião da solenidade da mudança provisória da sede do Tribunal de Contas, em dezembro de 1994, o já ex-presidente afirmou: "(...) este Tribunal foi uma concepção do saudoso senador Dinarte Mariz, no final do seu governo, após uma campanha extremamente radical, a mais radical da história do Rio Grande do Norte. Os partidos se digladiaram de uma maneira nunca vista e, no fogo dessas paixões, surgiu a idéia do Tribunal de Contas. Nem bem o então governador Dinarte Mariz se propusera criá-lo, a oposição começou imediatamente a exercer um combate à tal idéia. O Tribunal granjeou o conceito de competência e equilíbrio. Se aqui não existiam grandes juristas, existiam pessoas de bom senso, de equilíbrio, que não comprometiam a instituição, e com muita vontade de trabalhar e produzir. Aqui nesta sede do Tribunal, foram vividos momentos dramáticos, de muita tensão, perigo e emoção. O Tribunal muito deve a Aluízio Alves. Por aqui pas-

TCE50.indd 58 6/9/2011 12:13:28 PM

saram os sonhos daqueles que já se foram e os vultos dos que ainda estão vivos e que aqui viverão durante muito tempo".

Romildo Gurgel morreu no dia 31 de maio de 1995, São Paulo e foi sepultado no cemitério do Alecrim, em Natal.

Depoimento ❖❖❖

Do espadachim das palavras

"A inteligência é, em última análise,
a capacidade de adaptação".
(Luís da Câmara Cascudo)

Do currículo

Vamos recordar aluno marista, bacharel em Direito, jornalista, (diretor do jornal O Democrata, do PSD, periódico da época de Elói de Souza, depois Teodorico Bezerra; fundador do Jornal do Comércio de Natal; diretor do Correio do Povo, redator do Diário de Notícias do Rio de Janeiro e da revista O Cruzeiro, dentre muitos) orador memorável, professor, empresário, homem realmente múltiplo.

Romildo Fernandes Gurgel. Difícil de ser enquadrado, não apenas

Com a decisão do STF a paz chegou e o relacionamento entre os Poderes marcou-se, desde então, pela cordialidade. Na foto, o presidente do TCE-RN, Romildo Gurgel, e o governador Aluízio Alves (os últimos à direita) recepcionam o presidente do TCE-SP, Carvalho Pinto, (no centro da foto) na companhia de outras autoridades.

TCE50.indd 59 6/9/2011 12:13:28 PM

pelos limites corpóreos. Criativo, competente, eficiente, brilhante, discutido, eis alguns adjetivos que o qualificariam.

Tinha habilidade, aptidão especial para descobrir talentos e foco para incentivá-los a permanecer no pódio.

De Opiniões ❖❖❖

Seus alunos não o esquecem. "Nunca finalizou aula sem aplausos" - assevera o professor e escritor Lívio Oliveira, da União Brasileira dos Escritores.

Aécio Emereciano, artista e seu amigo, possui outra ótica: "Era homem de soluções rápidas e respostas prontas diante de qualquer problema surgido; poderia redigir manuais de auto-ajuda, pois tinha uma veia de praticidade diferenciada inexplicável."

Laços afetivos e políticos o uniram ao senador Georgino Avelino, e foi um dos fundadores das Rádios Cabugi e Brejuí de Currais Novos (de Tomás Salustino), além de diretor de ambas.

Quando o conheci - após encontrá-lo constantemente na nossa residência, amigo do meu pai - era diretor do jornal A República. Na qualidade de revisor, sendo eu menor, ganhava meio salário. Selecionou-me para redigir coluna diária sobre música popular brasileira. Apreciava minha maneira de escrever; animava-me com elogios, impulsionava meu desejo de ser alguém, mas não deixava de apontar deslize gramatical ou lapso na forma.

Foi um dos melhores mestres da língua portuguesa e de literatura comparada que já encontrei. Espadachim de frases, garimpeiro de palavras.

Detalhista extremado, suas descrições eram vivas, coloridas. Marcaram época - modelos de redação - sua reportagem sobre romance do sertanista Ayres da Cunha com a índia Diacuí, e artigo acerca do show de Frank Sinatra no Maracanã. Jóias de observação e estilo!...

Dificilmente alguém o suplantava na narrativa de uma viagem, nacional ou internacional.

A paisagem e os fatos eram transmitidos com tintas de tragicomédia, encantando o auditório.

(Na minha opinião, rivalizava com o imortal prof. Alvamar Furtado, ambos deliciosos contadores de "causos"...)

De Qualidades & Discussões (I) ❖❖❖

Detestava o óbvio, admirava o inédito, informal. Tinha gestos de

TCE50.indd 60 6/9/2011 12:13:29 PM

muita coragem.

Sua trajetória existencial foi difícil, mas ponteada - após batalhas renhidas - por vitórias merecidas.

Uma luta constante foi a busca do peso ideal. Como apreciava boa cozinha, temperos exóticos, pratos bem apresentados, o prazer de se alimentar, experimentou e criou dietas novas, repetidas atualmente nas revistas, desconhecendo o inventor.

Sendo conhecida, assisti sua união com a jovem e bonita Dulce Camboim Leitão, em março de 1957, a mulher de sua vida, mãe dos filhos Georgino, Romildo e Patrícia.

No casamento de Patrícia - dinâmica e elegante - o convite aceito para, com meu marido Camilo Barreto, ter a honra de paraninfá-la.

Hoje, testemunho o encanto e beleza de suas netas, Alessandra, gêmeas Isabela e Gabriela, Rebeca e Andréia, que seguem pela vida trilhando caminho luminoso da bondade da avó e inteligência do avô.

De Qualidades & Discussões (II) ❖❖❖

Um educador nato, foi secretário de educação no governo Dinarte Mariz, (época da fundação da Faculdade de Jornalismo); Delegado das Autarquias IAPC e IAPETEC; ministro/conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e seu fundador; presidente por dez anos, instalando-o e logrando a égide de credibilidade existente desde décadas e que permanece até hoje.

Secretário em Brasília, no governo José Agripino, Escritório de Representação do Estado do Rio Grande do Norte no Distrito Federal.

Empresário, foi fundador, com o irmão, Hemetério Gurgel, de Indústria de Confecções em Aracaju, Sergipe.

Diz o sócio e mano Hemetério, igualmente brilhante advogado e jornalista, sobre o biografado: "Homem muito à frente do seu tempo, pela vocação política e genialidade nata. O Tribunal de Contas do RN deve sua existência a ele, pois foi fundado no governo Dinarte Mariz e fechado no governo Aluísio Alves. Reaberto após luta no Supremo. Romildo, após reinstalá-lo, demonstrou ser um conciliador e pacificista, pois entendeu as razões de Aluízio e foi dele um auxiliar incansável, trazendo para o Tribunal nomes hoje consagrados como Múcio Vilar Ribeiro Dantas, Joanilo de Paula Rego, Mota Neto e Ticiano Duarte, que engrandeceram com suas vidas e obras aquela instituição jurídica". Desabafa ainda Hemetério: "Causa espécie a ingratidão do Tribunal de Contas, que não deu nome de Romildo a nenhu-

TCE50.indd 61 6/9/2011 12:13:29 PM

ma sala. Ele que tanto guerreou pela sua fundação e manutenção!..."

Verdades & Lendas ❖❖❖

Existem estórias bizarras envolvendo sua imagem; narrativas extravagantes; epopéias grotescas, que o teriam como personagem ou intérprete principal.

Lendas que demonstram quão forte foi o impacto de sua figura original, no mundo político/social da época.

Quem o conheceu jamais poderá esquecer sua presença ruidosa e bonachona e a atmosfera hipnótica que a cercava.

À luz da psicanálise, a explicação lógica vem das características demonstradas por Romildo em seu papel típico na terra, enquanto viveu. Algumas pessoas o relembram, comentando: "Parecia um ser de outro planeta!..."

Freud já dizia: "qualquer um que parece diferente dos demais, paga um preço muito alto..."

Finalizando... ❖❖❖

Vamos citar Josh Billings: "A vida não consiste em ter boas cartas na mão, e sim em jogar bem as que se tem".

E São Francisco de Assis acrescentava: "Inicie por fazer o necessário, em seguida o que é possível e, de repente, você estará conseguindo o impossível..."

Analisando Romildo, entendo que ele nem sempre tinha azes, mas suas jogadas eram tão audaciosas, que lograva resultados impensáveis em termos de conquistas.

E, sem se vangloriar, mas seguindo seu destino, suas ações beiravam o infinito, porque pensava grande, sua mente privilegiada buscando a perfeição, lá no horizonte mágico das sentenças que escrevem a história do nosso estado com a benção do amor...

Anna Maria Cascudo Barreto

(Acadêmica, escritora)

Natal, 4 de outubro de 2006

TCE50.indd 62 6/9/2011 12:13:29 PM

Ministro Aldo Medeiros
Presidente em 1972 e também em 1977

Aldo Medeiros é um dos primeiros ministros nomeados pelo governador Dinarte de Medeiros Mariz para o Tribunal de Contas do Estado. Norte-rio-grandense de Acari, nasceu aos três de junho de 1915. Esperidião Elói de Medeiros e Maria Eudóxia Dantas de Medeiros, seus pais, mudaram-se para a cidade de Caicó quando ele tinha três meses de idade. Estudou as primeiras letras na cidade seridoense e depois na capital do estado.

Não possuía graduação universitária. No entanto, foi laureado em diversas ocasiões por seus conhecimentos e conquistas obtidos na universidade da vida. "Era um homem simples, culto, inteligente e apaixonado por cinema", assim o definem os que com ele conviveram.

Na juventude fundou um jornal literário em Caicó. Entusiasmado por cinema, tornou-se referência no estudo da chamada Sétima Arte. Comprava revistas especializadas sobre o assunto e as encomendava aos amigos viajantes. "Estudou inglês para ler as revistas escritas nesse idioma". Colecionava filmes e publicações especializadas. Ao longo do tempo, construiu um dos mais expressivos acervos.

Em 1943, casou-se, em Caicó, com a prima Maria Augusta Mariz de Medeiros, filha de Dinarte Mariz, do líder político da região, e Diva Wanderley Mariz. A cerimônia foi realizada na Matriz de Santana e concelebrada pelo Bispo de Caicó, Dom José Delgado, e pelo então Pe. Walfredo Gurgel. O casal não teve filhos.

TCE50.indd 63 6/9/2011 12:13:29 PM

Aldo Medeiros

TCE50.indd 64 6/9/2011 12:13:29 PM

De tradicional família política, não poderia fugir à regra. Foi prefeito de Caicó em dois períodos: 1943 a 1945 e 1948 a 1953. Presidiu o Diretório Municipal da UDN, na mesma cidade, de 1948 a 1950. Suas administrações foram marcadas pela preocupação que revelava para com a educação e a saúde, sem, contudo, se descuidar das questões do homem do campo.

Deu início ao saneamento básico, à pavimentação das primeiras ruas e do acesso às comunidades circunvizinhas do município que administrava. Reformou e ampliou a praça da Liberdade (atualmente praça Dinarte Mariz). Impulsionou a economia, subsidiando a indústria e o comércio. Conscientizou a população sobre a importância da preservação dos valores históricos, incentivando a cultura da região.

Empreendedor, não recusava as atividades executivas. Exerceu destacados cargos em empresas privadas: diretor comercial e gerente da Exportadora Dinarte Mariz, produtora e exportadora de algodão e de minério, de 1943 a 1955. Presidiu a Sociedade Mantenedora do Hospital de Caicó, em 1946. Em Natal, dirigiu (1954 a 1960) a Rádio Nordeste, à época uma das mais importantes emissoras do estado. Em 1960, Aldo Medeiros é nomeado, pelo então governador Dinarte de Medeiros Mariz, ministro do Tribunal de Contas. Teve expressiva atuação junto aos conselheiros e servidores na luta para a reestruturação do órgão. Eleito por seus pares, presidiu o TCE em 1972 e, posteriomente, em 1977.

Ao se aposentar do TCE, Aldo Medeiros que já havia promovido três festivais estaduais de cinema mudo americano e o Festival Charles Chaplin, passou a se dedicar exclusivamente à mais prazerosa de suas atividades. Foi o idealizador e primeiro diretor da Cinemateca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo, inclusive, doado a ela parte do seu acervo. Após o seu falecimento, a esposa Maria Augusta Mariz de Medeiros completou a doação, cumprindo assim a sua vontade de disponibilizar, aos interessados, conhecimentos sobre uma das mais belas artes, o cinema.

A Câmara Municipal de Caicó concedeu-lhe, em 1964, o título de Cidadão Caicoense.

No governo de José Cortez Pereira de Araújo (1971-1975), foram prestadas homenagens ao ex-governador Alberto Maranhão, no seu centenário de nascimento. Criou-se, então, a Medalha do Mérito Alberto Maranhão a ser concedida a personalidades que se destacaram no segmento cultural. Receberam a honraria no ano da sua criação: Dalton Melo de Andrade, Paulo Pinheiro de Viveiros, Aldo Medeiros, Newton

TCE50.indd 65 6/9/2011 12:13:30 PM

Navarro, Augusto Severo Neto e Jayme Guimarães Wanderley.

Aldo Medeiros faleceu em Natal no dia 9 de dezembro de 1984. Foi sepultado no cemitério da Saudade, no bairro de Lagoa Nova, Natal. Os caicoenses o homenagearam, denominando com o seu nome uma de suas principais ruas da cidade que, um dia, o teve como prefeito.

TCE50.indd 66 6/9/2011 12:13:30 PM

Ministro José Borges Montenegro
Presidente em 1973

A cidade do Açu foi o berço do conselheiro José Borges Montenegro que nascera no seio de uma família em que vários dos componentes lograram destacar-se na vida pública: o pai, Manoel de Melo Montenegro, foi prefeito de Santana do Matos e deputado estadual na época dos governos de José Augusto e Juvenal Lamartine. Três dos irmãos - Edgard Borges Montenegro, Nelson Borges Montenegro e João Batista Borges Montenegro - foram deputados estaduais e prefeitos na região do Vale do Açu. A mãe, dona Cândida Borges Montenegro, uma santa mulher. Foi batizado por Monsenhor Júlio Alves Bezerra, Pároco do Açu, por 50 anos, figura admirável de grande sacerdote que deixaria marcas indeléveis na cidade, com o seu comportamento exemplar.

Os estudos do menino nascido a 28 de maio de 1925, após as primeiras letras em Açu, foram no Colégio Diocesano Santa Luzia, em Mossoró, e nos Colégios Americano Batista, Oswaldo Cruz, em Recife.

A vinda para o TCE

A opção pelo estudo do Direito ocorreria porquanto o menino se sentia atraído por assuntos como filosofia e liberdade do homem. E o destino natural seria a tradicional Faculdade de Direito no Recife. Mas a conclusão do curso dá-se em Maceió (AL), onde recebeu diploma em 8 de dezembro de 1956. Já em janeiro de 1957, seria nomeado Juiz Municipal de Ipanguaçu, pelo governador da época, Dinarte Mariz. Mas Recife novamente entraria em seu roteiro existencial - e agora profissional - e é para lá que

TCE50.indd 67 6/9/2011 12:13:30 PM

José Borges Montenegro

TCE50.indd 68 6/9/2011 12:13:30 PM

retorna, sendo nomeado promotor. Foram cerca de dois anos em cinco ou seis comarcas. Um dia estava em audiência com o governador Cid Sampaio, quando entra na sala o mesmo Dinarte Mariz. Surpreso, indaga ao governador olhando para o conterrâneo: "o que ele está fazendo aqui? Ele vai servir ao Rio Grande do Norte sua terra".

E veio. Durante muito tempo testemunha e partícipa de toda a intensa movimentação que resultou na impossibilidade de a Corte funcionar regularmente, não pôde pensar em férias. Era um tempo, segundo ele próprio admitia, em que a atividade do Tribunal tinha um quê de romântico. José Borges Montenegro, que estava no seu nascedouro, lembra bem daqueles tempos, e a evocação chega a emocioná-lo.

A primeira reunião, em que o assunto dominante foi a própria situação confusa de instalação, acabaria acontecendo numa casa localizada na Rua Campos Sales, no Tirol. E contou com apenas cinco ministros. Uma semana depois é que foram nomeados Romildo Gurgel e Morton Mariz. Em meio ao clima tenso que, ultrapassando os limites da nova Corte, repercutia na imprensa, Mota Neto - presidente eleito na primeira sessão - passa a Presidência a Gurgel, que todos reconheciam estar mais habilitado. E ocorreu então o fechamento do Tribunal pelo governador que sucedera a Dinarte Mariz.

A evocação chega a emocionar Montenegro que, convocado por Mariz deixara Recife para retornar ao seu estado. As alegações que ensejaram o ato todos sabem: a inconstitucionalidade do ato de criação que precisava ser aprovado pela Assembléia.

Para surpresa de todos autorizou-se o policiamento em frente à sede do Tribunal. Montenegro lembra que Oscar Nogueira tentou entrar e não consentiram. Que ele mesmo, ao tentar apanhar uns processos, foi impedido. A polícia que se postara ostensivamente em frente à casa, armada de fuzil, não deixava ninguém entrar. Os móveis do Tribunal foram retirados. E não restando nada a fazer, ficaram todos aguardando.

O Tribunal fechado, ele deslocou-se com a família para Ipanguaçu. A luta seria árdua até a reabertura da Corte de Contas do estado. Passado algum tempo, um emissário amigo levou a notícia da vitória no Supremo, e José Borges Montenegro voltou da fazenda às pressas para a posse no TCE-RN.

O recomeço com o aval do STF ❖❖❖

Antes de ser normalizado o funcionamento do Tribunal, suas reuniões se davam na casa do ministro Aldo Medeiros, onde se discutia a situação,

TCE50.indd 69 6/9/2011 12:13:30 PM

como deviam os membros da Corte se comportar diante daquela realidade. A expectativa era de que tudo se resolvesse na justiça, na paz. Tendo o Supremo decidido não havia mais como recorrer. E o TCE-RN passa a funcionar na Rua Seridó. Era uma casa com poucos cômodos e um pavimento superior. As sessões ocorriam aí, e os funcionários da administração trabalhavam na parte térrea. O imóvel nem chegou a ser reformado. Arrumou-se um gabinete para o presidente no primeiro andar, mas os demais ministros não dispunham dos seus próprios. Acabavam se reunindo informalmente num quartinho na dependência da casa.

A escolha de Romildo Gurgel para ocupar a Presidência, substituindo Mota Neto fora providencial: era um homem que tinha mais conhecimento, inclusive no Rio de Janeiro, que era o centro político e financeiro do país. Na seqüência foi o TCE reaberto em novo endereço, na Av. Getúlio Vargas, onde era a antiga sede da Assembléia Legislativa.

José Borges Montenegro, que fora ministro, já se aposentara, agora na condição de conselheiro, quando o Tribunal passou a funcionar provisoriamente na Cidade da Esperança, na Av. Interventor Mário Câmara. As visitas, agora mais sentimentais - para rever velhos e novos amigos - davam-se esporadicamente. Mas, funcionário exemplar, acompanhou com emoção e até uma ponta de orgulho o retorno da Corte à Av. Getúlio Vargas, com a inauguração da nova sede. Na solenidade de inauguração reviu os conselheiros antigos, aposentados e ativos que prestigiaram o ato do governador da época, Garibaldi Alves Filho, descerrando a placa ante uma platéia exultante.

Fazendo escola ❖❖❖

Hoje, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte conta com a Escola Prof. Severino Lopes, a desenvolver um trabalho educativo de grande importância. No tempo do conselheiro José Borges Montenegro, a ação pedagógica tinha até lances pitorescos.

Segundo José Borges, naquele tempo dois conselheiros, um procurador e três ou quatro funcionários visitavam aproximadamente sete municípios, pólos de região, em determinados períodos do ano. E se demoravam de três a quatro dias em cada município-pólo, em contato com o prefeito, vereadores e os servidores da área contábil e administrativa, ensinando - literalmente - como fazer a contabilidade, como melhor aplicar os recursos. Não raro, ocorriam erros nas prestações de contas devido à falta de conhecimento técnico. No seu período como presidente do TCE-RN (depois presidindo sua Primeira

TCE50.indd 70 6/9/2011 12:13:31 PM

Câmara), desenvolveu-se um trabalho importante de muita conscientização, uma excelente experiência que o Tribunal aprimoraria até implantar a Escola de Contas que presta um grande serviço à sociedade. O professor Carlos Gomes ministrava aulas para os vereadores e prefeitos. E também o professor Severino Lopes; o procurador Múcio Vilar Ribeiro Dantas, o conselheiro Oscar Nogueira, dentre outros.

Dessas figuras uma é evocada com muito carinho por Montenegro: a de Severino Lopes. Um grande estudioso cujo trabalho foi de extrema utilidade aos conselheiros. Todos trocavam idéias com ele. E não eram poucos os que a ele recorriam. Por isto reconhece como das mais justas a homenagem que recebeu do Tribunal, tendo o nome aposto à Escola de Contas do TCU.

Hoje, com os rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal, o conselheiro Borges Montenegro considera que as obrigações contábeis se cumprem mais facilmente. Na minha época, diz ele, pedimos intervenção em sete municípios. Agimos com rigor e zelo. O Tribunal orientava, mas não admitia erros. A inspeção era feita de quatro em quatro meses, "in loco". O objetivo não era punir, mas orientar. Ensinar a prestar contas, salvo àqueles que cometiam desvio de dinheiro público.

Com serenidade José Borges Montenegro define o amor ao Tribunal numa frase: "Eu gosto muito do Tribunal. Tenho muito amor pelo Tribunal. Lá era como se fosse a extensão da minha própria casa. Lá vivi os melhores tempos da minha vida profissional".

O conselheiro faleceu em Natal, no Hospital São Lucas, no dia 13/01/08. O corpo foi velado no Plenário da Corte de Contas e foi sepultado no Cemitário Morada da Paz

TCE50.indd 71 6/9/2011 12:13:31 PM

Oscar Nogueira

TCE50.indd 72 6/9/2011 12:13:31 PM

Ministro Oscar Nogueira Fernandes
Presidente em 1974

A decisão da família de que, à medida que crescessem, os irmãos deveriam se deslocar da pequenina cidade de Pereiro, no Ceará (ali, bem na fronteira com o Rio Grande do Norte) para Natal ou Rio de Janeiro, a fim de viver com outros familiares residentes nessas duas cidades, foi fundamental na vida de Oscar Nogueira. Décimo filho de um total de onze, nascidos do casal Tercina Nogueira Fernandes e Christalino Fernandes de Queiroz, ele estava no grupo de remanescentes quando, falecido o pai, vieram todos morar na primeira das duas cidades, em novembro de 1937.

Na capital potiguar fixaram residência seguidamente nos bairros do Tirol, Barro Vermelho e no centro da cidade. E o menino logo estaria familiarizado com a vida da capital, convivendo com os colegas do Colégio Marista e, depois, do Ateneu, do Sete de Setembro e, novamente, do Ateneu, onde realizou os seus estudos. Neste último, espécie de universidade da época, por contar no seu quadro docente com os mais expressivos intelectuais potiguares, ele terminou o colegial.

Um lance de coragem do primo Hemetério Fernandes de Queiroz, chefe da família e advogado, cuidaria de facilitar as coisas. Ao comprar o Ginásio Sete de Setembro, solicitou a colaboração do irmão mais velho de Oscar, Francisco Nogueira Fernandes, e a sua própria, para conduzir a administração da escola recém-adquirida. Foi o seu primeiro emprego. Nessa escola trabalhou nada menos que quinze anos: de 1943 a 1968. Tendo conhecido a futura advogada Hebe Marinho, no Colégio Sete de Setembro, começou em 1947 um namoro de que resultou o casamento após quase dez anos.

No Colégio adquirido por seu primo, exerceria variadas funções. Foi

TCE50.indd 73 6/9/2011 12:13:31 PM

secretário, tesoureiro, professor e desportista. E até ensinava desenho. Naquela época, como em Natal só existiam dois cursos superiores, Farmácia e Odontologia, Oscar, porque optou por Direito, teve de se deslocar para Maceió/AL, onde se formou.

Após terminar o curso de Direito em 1955, exerceu os cargos de procurador jurídico do DER-RN e depois de Juiz Municipal (hoje Juiz de Pequenas Causas) de Natal.

Em 1961, foi nomeado pelo governador Dinarte Mariz para o cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Foi também professor de Direito Municipal e de Direito Constitucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A aposentadoria, já na condição de conselheiro, ocorrereu em 1988. Em 1990, a de professor. E Oscar Nogueira passou às singelas funções de marceneiro, pescador e cultivador de plantas.

TCE: lance a lance ❖❖❖

Do grupo de ministros do Tribunal de Contas nomeados pelo governador Dinarte Mariz, Oscar Nogueira, advogado, professor universitário e ex-presidente do TCE, é um que pode falar, lance a lance, de praticamente metade dos quase 50 anos da instituição.

Ele tem muito vivos na memória os lances de criação e a tumultuária fase inicial do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte que, criado e instalado no governo de Dinarte Mariz, funcionou por um curto período naquele endereço da Av. Campos Sales. Recorda a interrupção ocorrida no início do governo de Aluízio Alves. A Corte de Contas teve suas atividades interrompidas por conta de uma liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Vitor Nunes Leal, que suspendia suas atividades até o julgamento final de uma ação ordinária movida por um "zeloso" funcionário, que considerava o órgão desnecessário, dispendioso e inconstitucional.

A despeito do caráter da liminar, estabelecendo a sua aplicação apenas quanto à interrupção das atividades, por determinação governamental, toda a mobília e documentos foram retirados e o prédio foi fechado. O mobiliário foi exposto no *hall* do Palácio do Governo. Os ministros ficaram impossibilitados de trabalhar. A batalha para provar a constitucionalidade do Tribunal de Contas perante o STF iniciou-se imediatamente e, ao final de seis meses, o STF entendeu que sua criação era constitucional e

TCE50.indd 74 6/9/2011 12:13:31 PM

autorizou seu imediato funcionamento. As atividades começaram sem que a casa dispusesse sequer de orçamento.

As marcas do radicalismo político haveriam de permanecer durante um tempo ainda, com fechamento da Assembléia Legislativa e outras atitudes do Executivo que contrariavam o bom senso, consagrando aquela atitude. Por algum tempo, os trabalhos de análise das contas do governo foram ostensivamente ignorados.

Superada a fase de grande tensão, o sistema de análise de contas tomou o seu curso natural cumprindo uma rotina que, em muitos aspectos, se mantém. Os processos encaminhados ao Tribunal de Contas eram primeiramente analisados pelo pessoal técnico e, em seguida, submetidos à apreciação da Procuradoria de Contas, após o que eram encaminhados aos ministros, por distribuição, para voto e deliberação em plenário.

No início, o Tribunal de Contas trabalhava com duas Câmaras, a Câmara de Administração Indireta e a Câmara de Recursos Fiscais. Esta última logo foi extinta, sendo substituída pela Câmara de Fiscalização Municipal. O número de servidores era pequeno. Contavam-se nos dedos os prefeitos que tinham curso superior.

O trabalho era muito difícil ❖❖❖

Mas gradativamente foram introduzidas formas de aprimorá-lo, facilitando a sua execução. Era preciso orientar os prefeitos e vereadores de como deveriam ser conduzidas as contas do município. Foi instituído, por exemplo, o recurso da verificação "in loco", nomeadamente, da administração municipal. Para otimizar a utilização desse recurso, o Tribunal de Contas instituiu o programa auditagem-escola. O estado foi dividido em várias regiões e, por determinado período, uma equipe de inspetores, orientadores e palestrantes visitava os municípios de uma região.

Assim, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte passou a exercer também uma função pedagógica, além de sua função fiscalizadora. Fazia-se a fiscalização e, ao mesmo tempo, ensinava-se a maneira correta de administrar. Com isso, o sistema melhorou muito. O projeto, como lembra, foi modelo para outros Tribunais.

O tempo da colheita ❖❖❖

Espectador privilegiado e co-participante da dura fase inicial, Oscar Nogueira olha a trajetória do TCU com a tranqüilidade de quem sabia que, a

TCE50.indd 75 6/9/2011 12:13:32 PM

despeito de toda a dura batalha inicial, a Corte não apenas sobreviveria, como haveria de se tornar referência na fiscalização das contas públicas no estado.

Para quem vivenciou as dificuldades iniciais, é grande o contentamento de poder presenciar as conquistas hoje verificadas. Por isto, Oscar Nogueira faz questão de assinalar o seu contentamento por ver o Tribunal tão bem instalado nos dias de hoje. Não esquece, ainda assim, as antigas instalações e, com grande nostalgia, evoca os colegas em cuja companhia dividiu apreensões, expectativas e muito, muito trabalho.

Tendo o cuidado de relembrar aquela equipe inicial, dos sete nomeados pelo governador Mariz e da qual fazia parte, menciona com carinho os nomes de José Varela, Ulisses Potiguar, Manoel de Brito, Genibaldo Barros, Haroldo Bezerra, José Fernandes, Vauban Farias, Hélio Nelson, Manoel Benício, José Vinício, José Petronilo, Paulo Gonçalves, José Gobat, Antônio Câmara, Nélio Dias, Getúlio Nóbrega e Alcimar Torquato. E os procuradores Múcio Ribeiro Dantas, Edgar Schmidt, Assis Fernandes, Maria Bandeira e Rômulo Wanderley; os auditores Aécio Emerenciano, Adélia Arruda e Sanderson Negreiros, e os funcionários Severino Lopes, Arnaldo, Branquinha, Tareja, Luzardo, Iara, Domicina, Ivanize, Tereza e Zé Maria, assinalando que manteve com todos excelentes relações e fazendo questão de se penitenciar pelas possíveis omissões.

A crença na fiscalização ❖❖❖

Para Oscar Nogueira, a despeito do notável trabalho de divulgação das ações do TCE, ele deveria ser melhor conhecido pela população. E lamenta haver ainda tantas pessoas que desconhecem seu importante papel. O Tribunal de Contas - lembra - é um potente inibidor de intenções escusas por parte de administradores do erário. Integrado por servidores da maior competência e idoneidade, zela pelo patrimônio público.

Crê, igualmente, na oportunidade de se proceder a algumas mudanças no funcionamento do Tribunal, visando a otimizar as suas ações. Que a escolha do seu corpo deliberativo - atendidos aqueles requisitos tradicionais de reputação ilibada, curso superior em Direito, Administração Pública, Ciências Contábeis e Economia - possa se dar, quem sabe, mediante concurso público.

Tratando-se especificamente da sua gestão, Oscar Nogueira lembra que, no ano de 1974, foram criados alguns órgãos auxiliares para facilitar o trabalho do Tribunal, tais como o Centro de Estudos e

TCE50.indd 76 6/9/2011 12:13:32 PM

Aperfeiçoamento do Pessoal do TCE-RN e a Comissão Técnico-Jurídica, constituída por advogados, engenheiros e economistas. Foi também instituído o programa de auditagem-escola, a Revista do Tribunal, com feição mais doutrinária e pedagógica, e o Boletim do Tribunal, de cunho mais informativo. Além disso, lembra com entusiasmo que foi reorganizada a biblioteca, que estava fechada, e criada a Associação dos Servidores.

TCE50.indd 77 6/9/2011 12:13:32 PM

Morton Mariz

TCE50.indd 78 6/9/2011 12:13:32 PM

Ministro Morton Mariz de Faria
Presidente em 1975

Um sertanejo manso e firme. Um seridoense solidário cujos gestos eram reconhecidos até pelos adversários políticos. Assim foi Morton Mariz de Faria, que nasceu a 02 de junho de 1917 na Fazenda Solidão, município de Serra Negra do Norte. Era primogênito do casal Nelson Newton de Faria e Paulina Engrácia Mariz de Faria.

Começou a estudar na própria fazenda em que nasceu, propriedade de seu pai Nelson Newton de Faria (posteriormente pertencente ao líder Dinarte Mariz), e depois freqüentou escola em Serra Negra. Vindo para Natal, estudou no Educandário Pedro II, prosseguindo no curso secundário e preparatório no Marista e Atheneu Norte-rio-grandense, em Natal, e, em seguida, no Americano Batista de Recife. Nesta cidade, iniciou o curso jurídico em 1935, mas, por conta da instabilidade política do país e por falta de estímulo, suspendeu o curso e iniciou o estudo de odontologia na Faculdade de Fortaleza (CE), concluindo-o em 1938.

Retornando para seu estado, fixou-se inicialmente em Angicos, começando ali sua vida profissional, enamorando-se e logo se casando com Lucy Pereira, filha de Baltazar Pereira, chefe político local. Desse matrimônio tiveram uma só filha: Paulina Maria Pereira Mariz. Viúvo de Lucy, Morton Mariz casou-se com a mossoroense Francisca Sali Paraguai de Faria, filha de Pedro Paraguai e Cecília Souto Paraguai. Desse casamento são os filhos: Wilma Maria de Faria (atual governadora do estado), Newton Nelson de Faria e Nelson Newton de Faria (gêmeos), Rui Alberto de Faria, Fátima

TCE50.indd 79 6/9/2011 12:13:32 PM

Maria de Faria, Carlos Alberto de Faria e Fernando Antônio de Faria.

Como cirurgião-dentista, Morton Mariz exerceu sua profissão em várias cidades do interior do estado, além de Angicos: Caicó, Serra Negra, Jardim de Piranhas, Jucurutu, Mossoró, Areia Branca, Pau dos Ferros, Patu e Portalegre, gozando conceito e respeitabilidade entre seus colegas e clientes, deixando, nesses lugares, um grande número de amigos.

Na década de 50, já residindo em Caicó, enfrentando grandes dificuldades, sobretudo pela distância - além, é claro, pela família já numerosa - conseguiu voltar à Faculdade de Direito de Recife, cursando o restante das disciplinas, com grandes intervalos, até bacharelar-se em 1962. Como acadêmico, pôde exercer o cargo de Promotor Substituto nas Comarcas de Jucurutu, Serra Negra e Caicó, no período de 1958 a 1960.

No ínicio dos anos 60, fixou residência em Natal, onde manteve consultório odontológico no Grande Ponto, centro da cidade. Aqui, como em outras cidades, cultivou amizades duradouras.

Em 1961, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, tendo ali exercido a Presidência das Câmaras de Recursos Financeiros e de Contas Municipais. Foi vice-presidente e presidente do Tribunal além de ter representado a Instituição em vários congressos realizados em diversos estados do país.

Morreu em 13 de novembro de 1976, com 59 anos de idade, vítima de câncer, deixando um exemplo de pai extremoso, homem dedicado ao que fazia, paciente e solidário. Segundo Adjuto Dias: "pagava para fazer favor". Calmo e paciente não abrigava ódio em seu coração. Era, como dizia Oswaldo Lamartine em seu texo numa homenagem à família Mariz-Faria: manso, desasombrado, de pouca fala, tímido, distraído, mas extremamente inteligente. Sua memória é, por isto, permanentemente reverenciada pelos filhos:

"Guardo do meu pai a lembrança de um homem que amou a todos nós, que sobreviveu a inúmeras dificuldades de um tempo radical na política para educar a sua família, deixando um exemplo de profunda dignidade que levamos a todos os nossos filhos, netos de Morton Mariz."

Wilma de Faria

"O meu pai era um homem de extrema paciência, de grande sabedoria. Não precisava alterar a voz para demonstrar sua autoridade. Era um solidário,

TCE50.indd 80 6/9/2011 12:13:32 PM

capaz de gestos simples como simples ele era por essência. Guardo dele os melhores exemplos que, ao longo da vida, procuro conservar e repetir".

Carlos Faria

"Nós, os filhos mais velhos, sentimos um pouco mais do que meu pai sofreu no auge do radicalismo político no Rio Grande do Norte. Mas nada lhe tirou a sensibilidade, o temperamento afável, cordial, e o grande exemplo de pai e amigo que nos deixou."

Newton Nelson

"O meu pai, Morton Mariz, foi um homem dedicado à sua família e amigo dos seus amigos. Era um autêntico seridoense. Generoso e altivo. Trabalhador e honesto. Sua vida nos orgulha, e o seu exemplo move a cada um de nós que tivemos a alegria de com ele conviver".

Rui Faria

TCE50.indd 81 6/9/2011 12:13:33 PM

Lindalva Torquato Fernandes

TCE50.indd 82 6/9/2011 12:13:33 PM

Ministra Lindalva Torquato Fernandes
Presidente em 1978

Lindalva Torquato Fernandes nasceu em 25 de maio de 1923, em Luiz Gomes, no Alto Oeste potiguar, na divisa entre os estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará. Sua história de vida levou-a a ser a primeira mulher do Rio Grande do Norte a ocupar o cargo de Ministra do Tribunal de Contas do Estado, no ano de 1960. Lindalva é a segunda dos onze filhos que nasceram do primeiro matrimônio de Gaudêncio Torquato do Rego com D. Maria Alves de Figueiredo, ocorrido no ano de 1919, naquele município.

Aos vinte anos de idade, casou-se com José Fernandes de Melo, o "médico dos pobres mais pobres de Pau dos Ferros". Ela dividiu sua vida entre a família e a política. No ano de 1955, foi eleita deputada estadual, aos trinta anos de idade, sendo a segunda mulher a ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa do RN. Em 1960, foi nomeada Ministra do Tribunal de Contas do Estado. Foi a primeira mulher a integrar a Corte de Contas, tendo-a presidido por duas vezes.

Sônia Maria Fernandes Ferreira, escritora e filha de Lindalva Torquato Fernandes, em seu livro *Rose La France*, descreve a trajetória de vida desta ilustre mulher nordestina, mãe de seis filhos. A vida pessoal e política de Lindalva têm como pano de fundo os costumes da época, a cultura política, a vida rural, a culinária nordestina, as singularidades provincianas das estórias de Trancoso, dos jogos de peteca e pião, das pipas, do medo dos

TCE50.indd 83 6/9/2011 12:13:33 PM

cangaceiros, a Igreja Matriz, a banda de música nas ruas.

A rica biografia escrita pela filha se desenrola numa constante e calorosa referência à família, aos irmãos e aos amigos, parâmetro para a identidade da personalidade de Lindalva. Seus atos, guiados sempre pelo equilíbrio entre a razão e o coração. Mulher que lutou pela causa feminina, que foi "feminista sem ter carteirinha", pela amplitude de suas ações como representante do povo.

As questões do povo nordestino, como não podia deixar de ser, norteiam a história da mãe e política Lindalva. "Ao escrever sobre essa mulher singular, três objetivos ficam evidenciados", diz a filha biógrafa: "descrever a trajetória humana de Lindalva como uma vida de grande significado para o seu grupo familiar; contextualizar o mundo da vida cotidiana de uma parte do Brasil que sempre foi apresentada pelo seu lado folclórico ou pelo seu lado trágico estigmatizado, até hoje, pela seca, a fome e a miséria dela decorrentes; e, por fim, a indiferença preconceituosa que impera sobre regiões como o nordeste, onde as manifestações culturais não recebem o mesmo valor e olhar que as do resto do país".

Para escrever a biografia da mãe, Sônia buscou a lírica autenticidade do registro oral, tentando resgatar sua memória através de lembranças de pessoas ligadas a ela. Era ainda jovem quando sua mãe faleceu e ficou a seu cargo a criação dos irmãos e as tarefas da casa. "Procuramos resgatar a memória de Lindalva Torquato, colhendo, inicialmente, lembranças de pessoas ligadas a ela. Conta Luís, irmão da biogafada, que ela era moça bonita, e os seus pretendentes eram muitos. Apesar disso, ela tinha medo de casar com um fazendeiro inculto e, como sua mãe (dela, Lindalva), ter muitos filhos e morar para sempre no mesmo lugarejo. Como tinha morado no internato em Mossoró e ia sempre às cidades de Cajazeiras, Fortaleza e Recife, Lindalva já conhecia a cultura urbana.

Nada a atraía na cultura rural, por isso tantos sonhos e inquietações. Tinha "corpo arredondado, com curvas que agradavam aos seus admiradores e, ao mesmo tempo, que a deixavam aborrecida e inconformada", relata Sônia. Era vaidosa, inteligente e gentil, com fama de ser rica e bonita, a ponto de haver deixado em Mossoró um admirador com veia poética que lhe dedicou um poema, cujo mote era: "na rua Dionísio Filgueira, mora a deusa da beleza".

Em 1942, Lindalva conheceu o doutor José Fernandes, "montado a cavalo, vestindo farda de oficial do Exército (NPOR)", por ocasião da missa

TCE50.indd 84 6/9/2011 12:13:33 PM

de primeiro aniversário de sua mãe. Ocasião em que todos retirariam o luto de um ano por sua morte. Seis meses depois, Lindalva e José Fernandes ficaram noivos, casando-se em outubro de 1943. Sua vida de casada sempre oscilou entre o desejo de ser boa mãe e esposa e uma vida social e politicamente ativa.

Em 1960, foi nomeada ministra do Tribunal de Contas do Estado. "O Tribunal de Contas incorporou-se visceralmente na pele daquela jovem mulher. Os colegas eram como seus irmãos; os funcionários, seus amigos. Preocupava-se com todos, com a sorte do menor ao mais graduado. Era aquela mesma solidariedade antes exercida na querida e arcaica cidade de onde viera".

Nos anos finais de sua vida, Lindalva sofria do coração. Seu primeiro enfarte ocorreu por ocasião da visita do então presidente da República, José Sarney, a Pau dos Ferros. O segundo foi em Salvador (BA), fruto do descuido com a alimentação: "Mais uma vez, o não-cuidado com a alimentação, fundamental para um corpo e vida saudáveis...". O festivo mês de junho foi marcado pelo falecimento da ilustre mulher, que morreu vítima de um enfarto fulminante. "Assim foi a morte e a vida da minha mãe, como eu a vi, como eu a senti, como eu a vivi...". Lindalva faleceu no dia 27 de junho de 1996. Foi sepultada no cemitério Morada da Paz, Natal (RN).

Sobre ela, disse Aécio Augusto Emerenciano: "Foi uma mulher exemplar como filha, esposa, mãe e política. Foi deputada estadual (1954-1958), com dignidade, sem perder a peculiaridade de ser política habilidosa. Como magistrada, julgou, nesta Corte, com isenção, deixando um marco, um exemplo. Foi a primeira mulher alçada à presidência do Tribunal de Contas, confirmando-se como boa administradora. Todas as etapas de sua vida foram desempenhadas bem"; enquanto José Petronilo Fernandes: "Durante o tempo dela como conselheira do TCE, soube honrar com dignidade o cargo que foi investida de conselheira deste Pretório, acrescentando que era uma pessoa altamente educada, de um tratamento exemplar ao humilde e ao mais alto grau. Acho que em todos os sentidos foi uma grande perda".

TCE50.indd 85 6/9/2011 12:13:33 PM

Múcio Vilar Ribeiro Dantas

TCE50.indd 86 6/9/2011 12:13:33 PM

O Ministro-procurador Múcio Vilar Ribeiro Dantas

Múcio Vilar Ribeiro Dantas nasceu em 30.08.1925, em Mossoró, filho de José Ribeiro Dantas e Helena Vilar Ribeiro Dantas. O pai trabalhava numa empresa algodoeira e, por causa disso, viajava por várias das filiais, como a da cidade oestana, onde nasceu, ou a de Recife, Pernambuco, onde passou parte da infância.

Leitura e matemática não chegavam a ser tarefas monótonas para o menino Múcio que estudou no Colégio Santo Antônio, Marista de Natal, e no Atheneu Norte-rio-grandense, no qual depois seria professor. Falava algum inglês, tendo sido seu primeiro emprego em Parnamirim Field, com os americanos, na época da II Guerra.

Fez o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), sendo aprovado em primeiro lugar, em 1946, e concluiu como laureado de sua turma, recebendo a espada de 2.° Tenente (R/2).

Por essa época, o pendor para o cálculo levou-o a prestar vestibular para engenharia, em Recife, curso que chegou a fazer durante mais de um semestre, e depois deixou porque, apesar das excelentes notas que costumava obter, era péssimo em desenho. Uma cigana leu-lhe a mão e disse que seu futuro estava na advocacia. Prestou vestibular para a tradicional Faculdade de Direito do Recife, sendo aprovado num dos primeiros lugares. Encontrara sua vocação.

Ainda assim, esse estudante multitalentoso, que já tinha a marca de

TCE50.indd 87 6/9/2011 12:13:34 PM

quem gosta de fazer muitas coisas ao mesmo tempo, concluiu o curso de Ciências Contábeis em 1947.

A morte do pai interrompeu seus estudos na capital pernambucana, onde morava em pensões, como era comum aos estudantes pobres como ele. Teve de voltar para o Rio Grande do Norte, para tocar o Timbó, a fazenda da família em Ceará-Mirim, já que o irmão mais velho era um médico estabelecido, a irmã casada morava no Rio de Janeiro, e o irmão mais novo ainda não tinha idade para assumir tal responsabilidade.

Como o curso que havia iniciado permitia que fosse feito sem freqüência integral do estudante, bastando a esse tirar nas provas média igual ou superior a 8,5 (oito e meio), pôde graduar-se bacharel em Direito na turma de 1951, junto com outros norte-rio-grandenses como Djanirito Moura, Emmanuel Cavalcanti, Hélio Santiago, Pedro Januário e Wandecy Veras, colegas a quem prezou ao longo de toda a vida.

Família e profissão ❖❖❖

Antes de se formar, casara-se, a 06.01.1950 (data de aniversário da noiva), com Cleide Navarro Ribeiro Dantas, filha de Álvaro Torres Navarro, um dos mais conceituados farmacêuticos de Natal, da afamada Farmácia Navarro, e sua mulher Maria da Glória Fernandes Navarro.

Na vida profissional, Múcio Vilar Ribeiro Dantas, obteria destaque em quatro áreas distintas: o direito, a política, o magistério, e a atividade rural e agropecuária.

Na área jurídica, que foi a mais importante atividade profissional que abraçou, exerceu a advocacia desde que se bacharelou, tornando-se um dos mais importantes e requisitados causídicos do Rio Grande do Norte.

Inscreveu-se na Ordem dos Advogados do Brasil em 1952, tendo recebido o n.° 062 da Seccional do Rio Grande do Norte. Foi sócio do Instituto dos Advogados Brasileiros desde 1960. Tornou-se conselheiro da OAB-RN entre 1963 e 1965 e entre 1974 a 1978. E, indicado por essa instituição, Juiz da classe de Jurista, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, nomeado pelo presidente da República, em 13.10.1966.

Também revelou fortes pendores pelo Parquet. Submeteu-se a concurso público para Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, tendo sido aprovado em primeiro lugar e exercido a promotoria em Natal em 1952.

Na política, que sempre o atraiu, dadas as suas qualidades de orador

TCE50.indd 88 6/9/2011 12:13:34 PM

e polemista, sempre seguiu a linha da UDN - União Democrática Nacional. Mas foi, curiosamente, pelo PSP - Partido Social Progressista que se elegeu deputado estadual, para a legislatura 1955/1959 (a UDN negou-lhe legenda, uma vez que seu irmão Milton já era candidato por essa agremiação). No seu único mandato foi membro efetivo das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, havendo sido presidente da segunda. Mas não se candidatou à reeleição.

O mais provável é que a desistência pelas pugnas políticas tenha decorrido do fato de que em 1961 foi nomeado pelo governador Dinarte de Medeiros Mariz, para procurador-geral do Ministério Público junto ao então recém-criado Tribunal de Contas do Estado. O cargo se denominava, àquele tempo, ministro-procurador. Exerceu-o, em caráter vitalício, até 1979, e, depois, já aposentado, ainda voltou a exercê-lo, em comissão, no governo Geraldo Melo.

Antes, em 1970, fora consultor-geral do estado, durante o governo Cortez Pereira, seu amigo de juventude e colega de faculdade (embora não tenha se formado com a turma de 1951).

No magistério, ensinara desde muito cedo Português e Matemática nos colégios Sete de Setembro e Atheneu, ao tempo em que este último era, em Natal, uma verdadeira universidade. Já nos anos 60, ensinou Ética e Legislação de Imprensa e Política e Administração pública na Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, da Fundação José Augusto, que marcou época em nossa cidade. Chegou mesmo a ser vice-diretor dessa importante escola, depois agregada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como seu curso de Jornalismo.

Por essa mesma época ministrou Doutrinas Sociais na Escola de Serviço Social, depois também integrada à UFRN. Finalmente, em 02.06.64, prestou concurso para Professor Titular – que àquele tempo chamava-se catedrático – de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da UFRN, da qual só se aposentou em 1986. Nela formou gerações de bacharéis, advogados, promotores e juízes, ensinando, além de Direito Constitucional, Introdução à Ciência do Direito, Direito Financeiro e Finanças e diversas outras disciplinas.

Múcio Vilar Ribeiro Dantas exerceu, além da docência, diversas outras funções e cargos administrativos no seio da UFRN. Foi membro do seu Conselho Universitário no período de 1964 a 1968, do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão entre 1968 a 1972, e do seu Conselho de Curadores entre

TCE50.indd 89 6/9/2011 12:13:34 PM

1972 e 1979. A UFRN reconheceria sua brilhante contribuição concedendo-lhe o título de Professor Emérito em 1997.

Sua despedida das lides acadêmicas deu-se na Universidade Potiguar, na qual, desde 1995, foi o titular da cadeira de Introdução ao Estudo do Direito. Em sua homenagem, essa última universiadade fez realizar, em 1997, a Semana de Estudos Jurídicos Professor Múcio Vilar Ribeiro Dantas.

Na atividade rural e agropecuária, sempre foi fazendeiro e criador, principalmente plantador de cana, tendo chegado a possuir, nos anos 50, um engenho em que produzia mel e rapadura. Era um estudioso profundo de agricultura e também de veterinária e, não raro, discutia com profissionais da área, sobre os mais diversos assuntos, principalmente sobre a cana e a bananeira, temas a respeito dos quais tinha uma fartíssima bibliografia, inclusive estrangeira.

Fundou e foi presidente da ASPLAN - Associação dos Plantadores de Cana do Estado do Rio Grande do Norte entre 1951 e 1981. Igualmente instalou, fez funcionar e dirigiu a COOPLAN - Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana do Estado do Rio Grande do Norte. Era também um entusiasta do cooperativismo, chegando a ocupar o cargo de presidente da União das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte.

Foi vice-presidente da FEPLAN - Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, no período de 1970 a 1977, e membro da Comissão Especial para Assuntos da Cana de Açúcar da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, no período de 1984 a 1988. Foi ainda membro do Conselho Deliberativo do IAA - Instituto do Açúcar e do Álcool.

Um de seus maiores prazeres, por toda a vida, era ir semanalmente à fazenda e entrar em contato com a terra e o mundo rural. Amava a criação e as plantas e, até nas casas dos filhos, fazia questão de plantar fruteiras.

Obras publicadas ❖❖❖

Múcio Vilar Ribeiro Dantas era um leitor voraz não apenas de Direito e Ciência Política, mas de literatura em geral. Era um homem muito culto, tendo obtido destaque também em sua atuação como membro do Conselho Estadual de Cultura, no período de 1971 a 1974.

Sobre ele, falou Sanderson Negreiros, na apresentação de entrevista realizada em 1966: "tem uma das maiores bibliotecas da cidade; é um estudioso tanto do Direito como da Filosofia Pura, da Sociologia, da Ciência

TCE50.indd 90 6/9/2011 12:13:34 PM

Política e da Matemática (...). Conversamos mais de dez horas sobre todos os assuntos possíveis e imagináveis. Da filosofia de Husserl aos infinitos categóricos de Kant. No meio, a conversa se estendeu sobre galo de briga, passarinho, rios da infância, carros de boi, trovões e relâmpagos. Depois, enveredamos pelos caminhos da nova Constituição (...). Múcio Vilar Ribeiro Dantas (...), jeitão despreocupado e distraído, grande amigo dos amigos e, sobretudo, um dos homens mais inteligentes desta província. Para sempre". (*Na Direção do Relâmpago,* Natal, Edufrn, 2001, p. 60).

Deixou dezenas de contos inéditos e muitos discursos e textos de palestras. Publicou bem menos do que escreveu, até porque era muito perfeccionista.

Certa vez, com um trabalho de fôlego já a meio, que pretendia intitular Direito Constitucional e Instituições Políticas, foi surpreendido com o "pacote de abril de 1977", pelo qual o governo fechou o Congresso e baixou as Emendas Constitucionais n.°s 7 e 8 à Constituição de 1967, rasgou tudo o que havia escrito e jogou no lixo.

Dentre os trabalhos que trouxe a lume destacam-se: *Aspectos Jurídidos do Vale como Título de Crédito Inespecífico*, de 1962. *Formas de Governo e Formas de Estado - Regimes Políticos*, sua tese de concurso, Edição da UFRN, 1964. *Desenvolvimento e Segurança*, discurso de paraninfo para os bacharéis em Direito, Edição da UFRN, 1972. *O Novo Direito Constitucional*, Edição da UFRN, 1974. *O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas*, Edição da Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal - Separata, 1979. "Constituição do Estado - Organização do Estado - Presidencialismo, Parlamentarismo e Alternativas", na *Antologia Luso-Brasileira de Direito Constitucional*, coordenada pelo Professor Paulo Lopo Saraiva, Brasília Jurídica, Brasília, 1992.

Seu último livro foi *Introdução ao Direito - Aspectos e Reflexões sobre o Estudo do Direito*, Instituto Brasileiro de Tecnologia Jurídica - IBT/NossaEditora, 1996.

Seu grande orgulho era ter sido o autor do Projeto de Emenda Constitucional n.° 4 à Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, de 15.03.1974, com a respectiva Exposição de Motivos. Praticamente uma Constituição inteira que saiu de sua pena e tornou-se Direito Positivo. Meses antes de falecer, através de cessão de uso, disponibilizou ao público - numa sala que leva seu nome - na Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, sua famosa biblioteca jurídica e de ciências sociais.

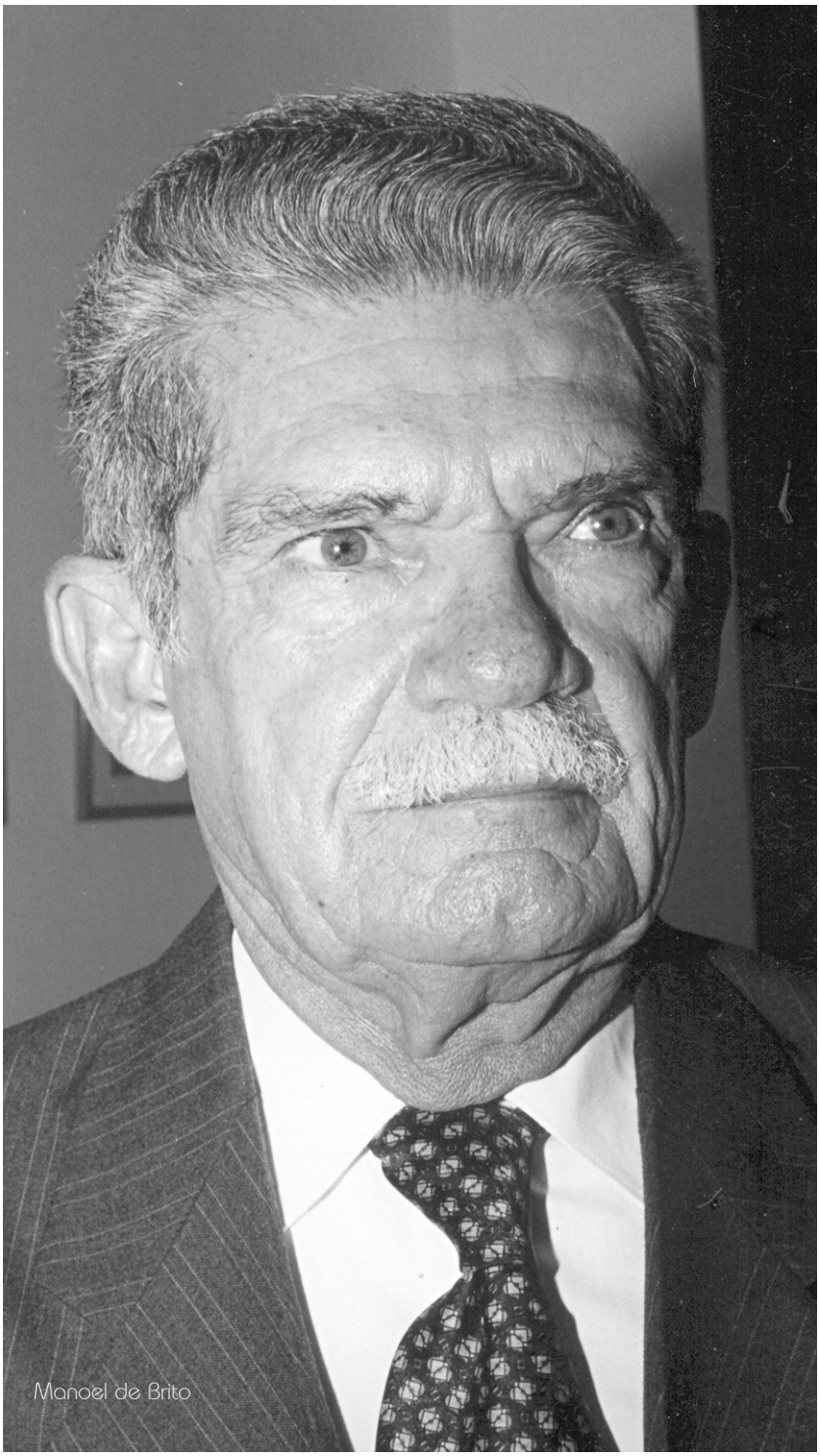
Foi a última contribuição que deu às novas gerações de sua terra.

TCE50.indd 91 6/9/2011 12:13:34 PM

Ministros (conselheiros a partir de 1969) preparando-se para uma sessão no TCE-RN. Da esquerda para a direita: Romildo Gurgel, Oscar Nogueira, Morton Mariz, Manoel de Brito, José Petronilo e José Varela.

De Ministro a Conselheiro

Superadas as turbulências provincianas, o Tribunal de Contas do Estado consolidou sua implantação perante a sociedade pelo acerto das suas decisões isentas e imparciais. A mudança de nomenclatura do cargo de ministro para conselheiro foi adotada em 30.10.1969, pela Junta Militar que sucedeu ao então presidente Costa e Silva, acometido de grave enfermidade, em plena vigência do Ato Institucional nº 5, durante o regime de exceção. Conservou-se a denominação de ministro, apenas para os Tribunais Superiores da União. A seguir, perfis biográficos de ministros e conselheiros que têm passado pelo exercício da Presidência, inclusive os que compõem o Tribunal Pleno atual.



Manoel de Brito

TCE50.indd 94 6/9/2011 12:13:35 PM

Ministro Manoel de Medeiros Brito
Presidente em 1976

Manoel de Medeiros Brito nasceu na cidade de Jardim do Seridó, estado do Rio Grande do Norte, no dia 06 de julho de 1928, sendo filho de José de Medeiros Brito e Francisca Paulina de Medeiros, ambos já falecidos. Fez o curso primário no Grupo Escolar "Antônio de Azevedo", em Jardim do Seridó, concluindo-o em 1942. No ano seguinte, submeteu-se ao exame de admissão ao curso ginasial no Ginásio Diocesano Seridoense então dirigido pelo Monsenhor Walfredo Gurgel, em Caicó, sendo aprovado; aí estudou entre 1943 e 1945, vindo a concluir o ginasial em 1946, no Ginásio "Sete de Setembro", em Natal. Em 1947 iniciou o curso clássico do Colégio Estadual do Ateneu Norte-rio-grandense, tendo concluído no ano de 1949.

Atendendo a convite do então diretor do Departamento de Educação do Estado, Professor Severino Bezerra de Melo, foi monitor dos Cursos de Alfabetização de Adultos, em Natal, em 1947 e 1949. Teve uma breve passagem pelo jornal A República, nomeado que foi pelo governador José Varela, para o cargo de Redator da Imprensa Oficial. Já no ano de 1950, tendo solicitado exoneração, deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde se submeteu a exame vestibular na Faculdade de Direito do então Distrito Federal.

Durante dois anos consecutivos exerceu, naquela cidade, o cargo de Oficial de Gabinete do Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, depu-

TCE50.indd 95 6/9/2011 12:13:36 PM

tado José Monteiro Soares Filho da UDN.

Em 1953, foi nomeado chefe da representação do governo do Rio Grande do Norte no Rio de Janeiro, então Capital da República, pelo governador Sylvio Pedroza. Nesta última função permaneceu até 1955.

Casou-se em 25 de março de 1954 com Yêda de Carvalho Brito.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais retorna ao estado de origem, elegendo-se deputado à Assembléia Legislativa Estadual pela legenda da União Democrática Nacional - UDN. Toma posse a 31 de janeiro de 1955.

Foi reeleito deputado estadual pela mesma legenda para a legislatura 1959/1962. Na Assembléia foi membro da Comissão de Constituição e Justiça e integrou a Comissão Parlamentar de Assistência às Vítimas da Seca, em 1958.

Foi nomeado procurador fiscal e Advogado dos Feitos do Estado do Rio Grande do Norte, em 24 de abril de 1962, pelo governador Aluízio Alves. Nessa condição, foi designado para Chefia do Escritório da Representação do governo do Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro, permanecendo no posto até o dia 10 de maio de 1963, quando assumiu o cargo de ministro do Tribunal de Contas do mesmo estado, nomeado que fora pelo mesmo governador.

Em junho de 1965, torna-se secretário de estado sem pasta, pelo governador Aluízio Alves. No ano seguinte, convidado pelo sucessor Monsenhor Walfredo Gurgel, assume o cargo de secretário chefe do Gabinete Civil, tendo nele permanecido até outubro de 1969, quando reassumiu seu cargo de ministro do Tribunal de Contas do Estado, por imperativo de ordem constitucional.

Do ano de 1970, exerceu funções de presidente de Câmara e, como substituto, as de corregedor geral de Contas. Em 1973, foi designado para fazer o Curso de Administração Municipal em nível de Pós-graduação, no Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, sediado no Rio de Janeiro; retornando ao Tribunal de Contas do Estado, foi eleito presidente da 1ª Câmara - Contas Municipais - em 1974, exercendo o cargo até 1975. Foi então eleito vice-presidente da mesma Corte e, em conseqüência, designado para dirigir o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Tribunal.

Durante o ano de 1976, exerceu a Presidência do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, para a qual fora eleito por unanimidade. No citado Tribunal, exerceu ainda o cargo de coordenador de

TCE50.indd 96 6/9/2011 12:13:36 PM

Auditagens e Inspeções em 1977.

Ocupava a Presidência da 1ª Câmara, em 1978/1979, quando requereu aposentadoria para poder aceitar o convite do governador Lavoisier Maia para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Norte. Tomando posse a 16 de março de 1979 nela permaneceu até 16 de março de 1987, mantido que foi no cargo pelos governadores José Agripino Maia e Radir Pereira de Araújo.

Desenvolvendo intensa atividade nessa Secretaria (em que presidiu a Comissão Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Norte - CODECIRN - com a responsabilidade de coordenar as ações de socorro e assistência às vítimas das secas de 1979-1983, das enchentes de 1981 e 1984 e dos abalos sísmicos em João Câmara em 1986), Manoel de Brito teve a oportunidade de representar o governo do estado em reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE, nos anos de 1981 e 1982 (governo Lavoisier Maia) e, no de Vivaldo Costa, em 1994.

Em 1987, teve uma breve passagem pela iniciativa privada, tendo ocupado o cargo de diretor Superintendente da Indústria de Confecções SPARTA Nordeste S/A. Aí permaneceu até o dia 08 de dezembro de 1988, quando solicitou afastamento por razões de ordem pessoal.

Voltando ao governo do estado, em 1991, José Agripino Maia convidou-o para, novamente, ocupar aquela mesma Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Norte, aí permanecendo até 02 de janeiro de 1995.

Aposentado, Manoel de Medeiros Brito não parou: dedica-se ao Assessoramento de Empresas, no escritório sito nesta Capital na Rua João Pessoa, nº 265, sala 301. E ainda multiplica o seu tempo em inúmeras outras atividades, tais como: a Vice-Presidência do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio Grande do Norte, mantenedor do Hospital Infantil "VARELA SANTIAGO", nesta Capital; a Presidência do Instituto "TANCREDO NEVES", órgão de Assessoramento do então Partido da Frente Liberal - PFL-RN, até outubro de 2004; a Presidência da Liga do Ensino do Rio Grande do Norte, mantenedora da Escola Doméstica de Natal, do Complexo Educacional "HENRIQUE CASTRICIANO" e da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN, sediados nesta Capital.

TCE50.indd 97 6/9/2011 12:13:36 PM

Conversador exímio, figura das mais afáveis da vida sociopolítica do estado, Manoel de Brito é o que, com segurança, se poderia considerar uma Memória Viva dessa quadra de nossa história. E é com prazer que recorda o episódio de sua chegada à Corte de Contas do estado.

Em 1962 - lembra - o governador Aluízio Alves sentiu a necessidade de aumentar o quadro de conselheiros do TCE. Havia sete conselheiros, então chamados de ministros. Todos nomeados pelo ex-governador Dinarte Mariz, inclusive o presidente, Romildo Gurgel. O governador tinha grande dificuldade de apoiar os projetos do seu governo. Todos eram contra. O ministro Romildo Gurgel sugeriu-lhe que ampliasse o quadro para facilitar a aprovação de matérias de interesse do governo. Foram criadas duas vagas. Aluízio Alves convidou, inicialmente, Dr. Aldo Fernandes que não aceitou. Depois convidou o professor Ulisses de Góis, que também não aceitou. Aí convidou Dr. José Varela, ex-governador do estado. Ele aceitou. Ficou uma vaga. É então que encontrando-se com o governador no Rio de Janeiro, Brito observa com bom humor: "Aluízio, esses medalhões que você convidou não aceitaram. Eu me disponho a ir para o TCE, se for da sua vontade". E o governador, de fato considerou a hipótese, na conversa tida no ano de 1962.

Aluízio o nomeou aos 34 anos.

Eleito para presidente em 1976 deu ênfase à fiscalização, sempre acompanhada da atividade pedagógica, já enfatizada na gestão do conselheiro Oscar Nogueira, quando foram criadas as Escolas de Auditagens. A experiência foi levada para o interior: Currais Novos, Goianinha, Caicó, Mossoró, Pau dos Ferros, Umarizal e Poço Branco. Essa foi uma iniciativa louvável que trouxe muitos benefícios.

Até 1979, o conselheiro Manoel de Brito exerceu várias funções dentro do tribunal. Participou de Congressos e Simpósios promovidos pelas Cortes de Contas do país. E neste mesmo ano aposentou-se. A marca de sua passagem pela Corte de Contas do estado é a de um homem comprometido com a coisa pública, mas que nunca abriu mão da urbanidade e do bom humor - traços marcantes de sua personalidade.

TCE50.indd 98 6/9/2011 12:13:36 PM

Ministro José Petronilo Fernandes
Presidente no biênio 1979/1980

José Petronilo Fernandes nasceu em 04/12/1916 na cidade de Pau dos Ferros/RN, filho de Antônio Petronilo de Oliveira e Sergina Fernandes de Oliveira. Aos dois anos de idade ficou órfão do pai que, vitimado por um infarto fulminante, deixou sua mãe grávida de seu único irmão, nascido poucos dias depois, e batizado com o nome de Raimundo Nonato Fernandes.

Passou a infância em sua cidade natal na companhia do irmão, tendo o valioso apoio financeiro e moral do avô Xildérico - de cujo convívio Petronilo se orgulhava, considerando fator importante na formação do seu caráter - e os mimos das tias Macrina e Joaninha. Costumava passar as férias colegiais na propriedade "Junco", do seu avô, situada entre os municípios Encanto - RN e Ereré - CE. O casarão tinha uma bela vista panorâmica com seu pátio gramado e os açudes que o rodeavam. Lá, curtia imensamente a vida de menino do sítio: tomar leite ao pé da vaca, banhar-se no açude, caçar e pescar, costumes esses que cultivou até praticamente os 75 anos, quando deixou de viajar para a fazenda.

Muito jovem, José Petronilo deparou-se com dificuldades que o impediam de atingir seus objetivos de trabalhar e prosseguir nos estudos, obrigando-o a migrar para Mossoró. Decidido, arrumou seus pertences numa pequena mala, tirou do cofre as moedas economizadas e algumas cédulas dos cruzeiros doados por familiares e partiu. Nesta última cidade, iniciou sua vida profissional na firma Tertuliano Fernandes & Cia, passando a se

TCE50.indd 99 6/9/2011 12:13:36 PM

José Petronilo

TCE50.indd 100 6/9/2011 12:13:36 PM

hospedar numa república da própria firma e fazendo as principais refeições onde estas eram servidas a preços mais acessíveis aos seus parcos recursos, pois os trocados que trouxera eram insuficientes para cobrir todas as suas despesas até que recebesse seu primeiro ordenado. Pouco tempo depois veio o convite para jantar, diariamente, na residência dos primos Alcides Fernandes e Maria Maia a quem ficaria eternamente grato.

Trabalhou naquela firma até os 19 anos, conquistando em pouco tempo o respeito e a amizade de todos, em razão do seu esmero e dedicação no desempenho das suas funções na empresa.

Após algum tempo, decidido a se deslocar para Natal, achou conveniente trazer sua mãe e o seu irmão para viverem em sua companhia, considerando a distância de Pau dos Ferros e as dificuldades que teria para visitá-los e dar-lhes a assistência da qual precisavam. Estimulava a sua decisão de trazer o irmão para a capital a oportunidade que ambos teriam de dar prosseguimento aos estudos, como era o desejo de toda família.

Entram em cena os tios Corina Fernandes Lins de Queiroz, casada com Dr. Guilherme Lins de Queiroz, renomado médico da capital, e de Adauto Fernandes Maia, convidando-os para que viessem morar na residência do casal. Convite feito, convite aceito. E vieram todos residir na Rua Juvino Barreto, na "Vila Idezith", que tinha este nome para homenagear a prima, filha única dos tios, a quem ele muito estimava.

Da convivência com o Dr. Guilherme nasceu nele o desejo de estudar medicina, enquanto Raimundo, seu irmão, optava por ser advogado. Na época, só existia possibilidade de fazer o curso na Faculdade de Direito de Recife. Como era praticamente impossível custearem as despesas com os dois, José abriu mão do sonho de se tornar médico, para que seu irmão pudesse estudar na capital Pernambucana. Tal renúncia, no entanto, não constituía nenhum sacrifício para ele, visto que muito se orgulhava da seriedade e da inteligência do irmão. Além disto, na condição de irmão mais velho, se achava no dever de protegê-lo e ajudá-lo, como um pai zeloso faria pelo filho. Era profunda a amizade que unia os dois irmãos e o respeito que nutriam um pelo outro. Raimundo Nonato Fernandes logo se tornaria um dos mais conceituados e renomados advogados do estado, chegando a exercer, por anos seguidos, o cargo de consultor jurídico em vários governos, ocupando também o de procurador geral no qual se aposentou.

Desfeito o sonho de estudar medicina, José Petronilo passou à Contabilidade, curso que passou a freqüentar na Escola Técnica de Co-

TCE50.indd 101 6/9/2011 12:13:37 PM

mércio do Colégio Santo Antônio.

Com a falência da firma em que trabalhava enfrentaria momentos muito difíceis. Para não ficar parado, conseguiu umas representações no ramo de tecidos e já com um grande fascínio pelos números, descobriu sua verdadeira vocação. E passou a se dedicar com afinco ao exercício da profissão de contador, desafiando de forma eficaz as mais complexas formulações contábeis de grandes empresas, nas quais passou a prestar seus serviços. Teve então a idéia de abrir uma agência para a venda de passagens aéreas em Natal. Deu entrada ao processo e, exatamente no dia 29 de Fevereiro de 1956, estava em pleno funcionamento a Agência Aerotur, instalada na Ribeira. Tornou-se, portanto, pioneiro no ramo de turismo no estado.

Alguns anos mais tarde, viu-se obrigado a vender a agência, para assumir um cargo que lhe fora oferecido pelo então governador Aluízio Alves. Este, sabedor da sua competência, responsabilidade, probidade e dedicação, convidou-o para integrar o corpo de auditores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Em 24/01/1962, foi empossado como auditor. Quatro anos depois, chegaria à função de ministro. No TCE-RN, ocupou vários cargos de direção: presidente da Primeira Câmara, setor responsável por toda fiscalização direta dos municípios do estado; presidente da Segunda Câmara, encarregada da fiscalização dos órgãos da Administração Indireta; corregedor geral de Contas e Inspetor de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Em seguida, exerceu o cargo de vice-presidente do Tribunal de Contas, coroando sua atuação com a brilhante administração na Presidência do Órgão maior, durante os anos de 1979 e 1980.

Atuação destacada ❖❖❖

De sua passagem pela Presidência da Corte de Contas potiguar, José Petronilo destaca, entre outras, coisas o reconhecimento ao direito de Progressão e Ascensão Funcionais aos novos cargos de Técnico de Controle e Auxiliar de Controle TC 01, 02,03 e 04, do Grupo Ocupacional Controle Externo (Lei nº. 4.769, de 14/08/1978 e Resolução TC 03/80). Com a implantação dessa Lei, o corpo funcional do Tribunal de Contas obteve sensível melhoria nos vencimentos, estimulando de forma decisiva a disposição dos envolvidos no sentido de aprimorar a qualidade dos trabalhos empreendidos pelos diversos segmentos do Órgão.

Auditagem-Escola: uma técnica eficiente disponibilizada em sua gestão e implantada pelas comissões técnicas de fiscalização da Primeira Câ-

TCE50.indd 102 6/9/2011 12:13:37 PM

mara junto aos municípios do estado. O processo operacional, a princípio, instalava-se nas cidades-pólo. Em seguida, eram realizadas auditorias na contabilidade de todos os municípios integrantes da região. Os erros detectados tornavam-se subsídios para as aulas teóricas e práticas que seriam ministradas, logo após, aos servidores municipais, habilitando-os, de forma decisiva, para a correta prática dos procedimentos relativos às prestações de contas.

Harmonia entre os Poderes: uma das características mais marcantes do conselheiro José Petronilo Fernandes, não resta dúvida, foi a de promover a constante harmonia entre os órgãos fiscalizados. Sem se afastar da austeridade que lhe era peculiar e sem abrir exceções, mantendo sempre ação constitucional acima de qualquer interesse, soube de forma diplomática manter excelente intercâmbio funcional com todos os poderes constituídos, destacando o órgão como instrumento probo, condutor dos princípios que norteavam a administração pública.

Homem simples ❖❖❖

Casado com Medina Carmem Collares Moreira Fernandes, José Petronilo era, a despeito do zelo que revelava pela elegância pessoal, um homem de hábitos simples. Comunicativo ao extremo e dotado de um humor constante e muito peculiar, adorava contar piadas, que costumava anotar para não esquecer. Não consumia bebida alcoólica, permitindo-se muito raramente um copinho de cerveja, somente para não desagradar a quem lhe oferecia. Mas era um fumante compulsivo, sem coragem para abandonar o cigarro, do qual só se libertou já no final de sua longa vida.

Com exceção do impacto sofrido com a perda de seus entes mais queridos: pais, avós, tios e amigos, nenhum outro acontecimento o abalou tanto, apesar de previsível, quanto o ocorrido em 04.12.97. Nesse dia deixou de fazer parte do Colegiado do Tribunal de Contas do Estado, aposentado compulsoriamente. Não desejava parar de trabalhar. Mesmo sabendo que este dia ia chegar, não se preparou para enfrentá-lo, ficando muito abalado, triste e visivelmente abatido, reagindo como se tivesse perdido uma pessoa muito querida. Com o incentivo da família e já conformado com o efeito causado pela aposentadoria, passou a freqüentar o Tribunal normalmente, nos dois expedientes, como se ainda fizesse parte daquele Colegiado, para encontrar com os amigos conselheiros e funcionários da Casa. Ali, sentia-se feliz, como se estivesse em sua segunda casa, no lugar onde passara boa parte de sua vida.

TCE50.indd 103 6/9/2011 12:13:37 PM

Com o passar dos anos, começou a dar sinais de que não estava bem de saúde, foi perdendo peso. Internado na Casa de Saúde São Lucas, da capital em 02.09.2001 aonde veio a falecer.

(O texto até aqui reproduzido é parte de uma síntese biográfica escrita por Eulália Fernandes Chaves Costa).

Depoimento ❖❖❖

"Não tenho certeza de que serei capaz de traçar o perfil nítido, exato e fiel de José Petronilo Fernandes, meu cunhado, uma das pessoas mais especiais, generosas e magnânimas que tive o privilégio de conhecer, ao longo da minha vida.

(...)

Não seria exagero evocar a generosidade e a magnanimidade como as marcas distintivas de José Petronilo Fernandes, visíveis, às vezes quase palpáveis, nos seus menores gestos, nas mais simples ações, nas atitudes perante as pessoas, a vida, os acontecimentos. Católico e temente a Deus, jamais se deu conta de que estivera tão próximo a alcançar o quinhão da santidade possível aos homens comuns, não do ponto de vista do catolicismo, mas a santidade dos que conseguem assumir na vida e perante seus semelhantes uma postura ética impecável, uma permanente atitude de incondicional solidariedade, de respeito sem limites, de fraternidade, de tolerância e de compreensão para com as fraquezas e imperfeições dos outros. O credo do amor era o que lhe norteava a vida e a conduta, na mesma medida que a probidade, a lealdade, a correção, a honestidade, a sinceridade presentes em todos os seus atos. Nada disso é novidade para os que privaram de um convívio mais íntimo com José Petronilo.

Gostaria muito de poder passar para as pessoas, que não o conheceram, a minha visão pessoal de sua personalidade, mesmo que me restringisse apenas a pequenos detalhes exteriores, mais das vezes, pouco percebidos, por não parecerem importantes numa biografia, ou porque demandam uma atenção mais especial, só possível ao observador atento à captação da beleza emanada do interior do ser com o qual convive estreitamente. Pequenos detalhes, como a singularidade da gesticulação, a especial modulação da voz, a franqueza do sorriso, a doçura do olhar, somados à sutileza dos ditos, o senso de humor, o gosto e a vocação para contar piadas hilárias, o riso fácil e a gargalhada sonora, destravada com um gosto que parecia vir da alma.

TCE50.indd 104 6/9/2011 12:13:37 PM

Entrou para a nossa família, seduzido pela beleza e meiguice da minha irmã mais velha, da qual foi o primeiro namorado, depois marido e companheiro devotado durante 60 anos de união feliz. Seu lar era uma espécie de "casa-sede", de porto seguro, no qual nossa família sempre encontrou agasalho e abrigo nos momentos de grandes dificuldades financeiras, principalmente quando meus pais se separaram. Não esqueço o desvelo com que tratava dos nossos interesses, da solidariedade e do carinho que o levou, juntamente com Carmen, a receber em seu lar o meu avô Alexandre, doente do mal que o levou a falecer em poucos dias. Em sua casa, realizaram-se os velórios de meu avô paterno e do meu irmão e o casamento de minha irmã Joaninha com Mário Leitão de Almeida. Lá eu me preparei e saí vestida de noiva para casar-me. Naquela casa abençoada vivemos dias inesquecíveis de convívio feliz, especialmente nas reuniões, no terraço da sua casa da Rua Mipibu, realizadas diariamente, após o almoço, da qual participavam Joaninha, Odete Maia, eu própria, minha mãe, Sergina, Carmen, para, em torno de José, passarmos uma boa meia hora escutando as suas sedutoras conversas, suas piadas e, às vezes, seus desabafos por alguma contrariedade. Éramos muito felizes, muito unidos, muito em paz com a vida!

Com a morte dele, encerrou-se um longa, venturosa e riquíssima fase da minha vida, da qual guardo as mais caras e preciosas lembranças e imensa saudade. Queridíssimo José!"

Zenóbia Collares

TCE50.indd 105 6/9/2011 12:13:37 PM

Ulisses Potiguar

TCE50.indd 106 6/9/2011 12:13:37 PM

Conselheiro Ulisses Bezerra Potiguar

Presidente no biênio 1981/1982

Ulisses Bezerra Potiguar nasceu em Parelhas, município do Rio Grande do Norte, no dia 16 de janeiro de 1926, filho de Nair Bezerra e Arnaldo Bezerra de Albuquerque. Este, nascido em Acari, viera com o pai, o Major Antônio Bezerra, morar naquela cidade.

"Meu pai - evoca Ulisses com bom humor e uma indisfarçável admiração - era um matuto enxerido, conhecia o presidente Getúlio Vargas, ia ao Palácio do Governo do Estado e participava dos movimentos políticos de então".

O maior sonho do seu genitor era, segundo Ulisses, ter sido um militar e, embora o avô não lhe permitisse seguir carreira, Arnaldo Bezerra era um militar por vocação, dispondo de uma biblioteca rica de livros sobre assuntos bélicos e revoluções. "Um dos que li primeiro foi *A retirada de Laguna*, de Taunay, que me serviu de orientação em algumas ocasiões na vida".

Quando menino, Ulisses adorava futebol e atirar com "baladeira". Em 1938, estudou no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e, nas folgas, assistia aos seriados no cinema mudo (Cine Ipiranga), "ficando rouco de tanto gritar pelos artistas".

Em 1931, devido a problemas de saúde de seu pai, toda a família mudou-se para o Rio de Janeiro para que ele pudesse fazer um tratamento. "Com meu pai doente tínhamos muitas dificuldades financeiras". Por isso, Ulisses guarda

TCE50.indd 107 6/9/2011 12:13:38 PM

imagens não muito boas do Rio de Janeiro. Ele e seu irmão Antônio foram matriculados num colégio no bairro de Botafogo, "escola de grã-finos". Sofreram muito por serem pobres e nordestinos. "Fomos profundamente humilhados", lembrou Ulisses. Depois foram para a casa de outro familiar, no Meyer, bairro de pessoas mais humildes, e lá estudaram sem problemas.

Retornam a Natal na época da Revolução de 1932. "Meu pai era apaixonado por revolução. Ele foi revolucionário em 1930, 1931 e 1932. Tinha mania de armas". No governo de Juvenal Lamartine, estavam construindo uma ponte em Parelhas, em cima do Rio Seridó, existente até hoje, e o pai de Ulisses ia ao local todos os dias "visitar" as obras. Só depois é que o menino Ulisses descobriu o que ele fazia, quando soube que seu pai era espião: "Ele conspirava com os oficiais do 29º BC, onde a maioria era contra o governo. Em seu diário, ele registrou a senha: 'tem baile hoje à noite', que significava que a revolução tinha arrebentado". Era também o seu pai quem recolhia munição para levar clandestinamente para João Pessoa, na Paraíba.

Arnaldo Bezerra foi prefeito de Parelhas, nomeado pela Revolução, e recebeu a homenagem da população. Sobre a firmeza e retidão do pai, evoca um trecho escrito em seu diário um mês depois: "fui hoje a Natal conversar com o comando revolucionário para entregar a prefeitura, e meu candidato a prefeito é o meu adversário Florêncio Luciano a quem tudo confio". Mas a revolução não aceitou.

Em 1932, já em Natal, Arnaldo adoeceu de "colerina" e, após nove dias de enfermidade, morreu, aos 34 anos, sendo ainda prefeito de sua cidade. Ulisses Potiguar tinha quatro anos de idade, e Dona Nair, sua mãe, apenas 24. Mulher simples, voltada para os afazeres domésticos e com dois filhos para criar, viu-se de repente viúva e com a obrigação de administrar dívidas. Não voltou a se casar, optando por se dedicar integralmente à criação dos filhos. "Mamãe nos recomendava para sermos honestos, bem comportados, porque não tínhamos pai e tudo era observado em quem era órfão". Era seu tio Laurentino Bezerra quem orientava sua mãe nas decisões mais difíceis de tomar.

Em 1942, Ulisses Potiguar cursou o Ginásio em Campina Grande e, em 1945, o Científico em Recife. No ano de 1946, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. Formado, Ulisses passou a trabalhar como médico naquela cidade paraibana e, nos finais de semana, viajava na boléia dos "mistos", para clinicar em Parelhas. "Na

TCE50.indd 108 6/9/2011 12:13:38 PM

verdade, sempre tive paixão por Parelhas e não queria privar-me da companhia de minha mãe".

Mas o seu primeiro paciente em Parelhas era amigo da família, e não foi possível cobrar-lhe honorários; ao segundo também. Ulisses Potiguar conta isso com alegria, pois sempre dedicou muito amor ao povo da sua cidade. "Confesso a você: tenho 56 anos de exercício da Medicina e ainda clinico em Parelhas, das sete da manhã às sete da noite, sem receber um vintém. É algo que faço com amor ao povo de minha querida Parelhas".

Em 1955, a população da cidade seridoense que lhe serviu de berço se mobilizou e pediu ao Dr. Ulisses que se candidatasse a vereador. Ele já havia concorrido para vice-prefeito, no ano de 1956, mas não foi bem sucedido. "Na campanha para vereador, foram 24 candidatos e cerca de dois mil eleitores. Eu tive quase 400 votos, um quinto do eleitorado. Tomei gosto pela política e ainda hoje peço votos para meus candidatos".

Em 1958, o prefeito de Parelhas era Florêncio Luciano. Ele havia prometido a independência da comunidade de Equador, município que daria, em troca, seu eterno apoio aos candidatos indicados por ele. Ulisses não concordou com esse acordo e se rebelou. "Entendi que aquilo era uma injunção política. Fiz discurso contra. Ele, diplomaticamente, 'fechou' o cerco financeiro à minha pessoa e minhas dificuldades aumentaram". Em sinal de protesto, Ulisses Potiguar renunciou seu mandato de vereador. "Eu tive o cuidado de fazer o discurso da renúncia por escrito e guardei".

No ano de 1959, o deputado estadual Aluízio Bezerra convidou Ulisses para ser candidato à Assembléia Legislativa. Ele ficou surpreso, pois não tinha recursos para enfrentar uma campanha para deputado. Consultou a mãe e a família. "Eu só aceitaria a candidatura se meu tio 'Louro' combinasse". Recebendo o apoio do tio, assumiu.

Certo dia, em plena campanha, tio "Louro" manda chamá-lo e lhe informa que "seu" Florêncio mandou lhe fazer uma proposta: desistir da campanha pelo PSD e filiar-se a UDN, partido de Florêncio. "Não aceitei e propus: eu desisto de ser candidato, faço uma carta aberta à população e vou embora de Parelhas, porque não tenho mais condições de ficar na cidade depois de uma 'felonia' desta". Não desistiu de sua campanha e foi eleito com expressiva votação.

"Enfrentei inicialmente os líderes da época: Dinarte Mariz, Aluízio Alves, Florêncio Luciano. Eu fui à luta. Fui eleito deputado estadual por

TCE50.indd 109 6/9/2011 12:13:38 PM

três legislaturas e deputado federal uma vez. Na primeira vez, perdi para o deputado Antônio Florêncio. Eu fazia oposição ao governo de Dinarte Mariz, que tinha sido amigo do meu pai. Mesmo assim, indiretamente, Dinarte me prestigiava, ele era uma 'raposa'. Sabia fazer política".

Um dia, Ulisses foi à casa de Dinarte Mariz, levado por um amigo em comum. "Quando entrei, ele me recebeu e disse: 'então, Doutor Ulisses, o senhor me derrotou em Parelhas', e eu lhe respondi: 'eu não, governador, mas o povo'. Ele riu e respondeu: 'Está muito sabido'".

Desde então o deputado de Parelhas e o líder maior do Seridó se aproximaram, mas Ulisses permaneceu no PSD. Começaram as hostilidades, pois se antes Ulisses seguia o major Teodorico Bezerra, passava agora a seguir o governador Dinarte Mariz. Ulisses tinha muito respeito por "seu" Florêncio a quem chamava "meu honrado e digno opositor". O fato é que não houve entendimento político entre eles e Ulisses não se arrependeu de seguir Dinarte Mariz.

"Eu tenho um remorso - diz ele com grande dignidade - se eu tivesse lido o diário de meu pai, eu não teria rompido abruptamente com 'seu' Florêncio naquele episódio, dada a sua amizade por ele. Quando meu pai era prefeito de Parelhas, fez uma carta a Florêncio Luciano, pedindo para ele orientá-lo do ponto de vista das finanças da Prefeitura. 'Seu' Florêncio escreveu uma carta a meu pai para instruí-lo. Por isso, não sei se meu pai lá de cima gostou da minha atitude. Eu sempre digo que a política é a ciência de medir o caráter dos homens".

Ulisses lembra que seu pai sempre lhe ensinou a não quebrar a palavra. "E no meu dicionário não existe a palavra traição".

Este homem, que lutou tanto por justiça e sempre se mostrou honrado em seus compromissos, chegou a conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, em 1979, nomeado pelo governador Lavoisier Maia. "Eu agradeço a Deus e ao conselheiro Manoel de Brito pelos bons conselhos e orientações. A única coisa de que me arrependo é não ter esperado a aposentadoria compulsória, porque isso aqui (o TCE) é uma família na qual eu fui muito feliz. No Tribunal de Contas, são todos meus amigos e grandes amigos foram os conselheiros José Gobat Alves e José Petronilo", concluiu.

TCE50.indd 110 6/9/2011 12:13:39 PM

Conselheiro Genibaldo Barros
Presidente no biênio 1983/1984

Seridoense de Currais Novos, Genibaldo Barros nasceu no dia 7 de dezembro de 1927. Foi o único filho do farmacêutico Tristão Barros (vindo dos sertões de São Rafael, na margem do rio Açu e estabelecido com uma farmácia em Currais Novos) e de D. Severina de Araújo Barros, descendente das famílias tradicionais da terra do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão.

Tinha uma infância feliz, assistida pelo carinho dos pais, quando em abril de 1936, Tristão de Barros, à época prefeito municipal de Currais Novos, foi assassinado em Natal, ainda como desdobramento das injunções políticas da Insurreição Comunista de 1935. Como conseqüência do dramático acontecimento, o menino descontraído, e até irreverente que sempre foi, tornou-se uma criança triste e tímida.

Em 1938, segue para o Seminário de São Pedro em Natal. E, embora descobrindo logo a seguir que não era vocacionado para a vida religiosa, ao contrário do que pensara, reconhece que a sua passagem pelo Seminário - que tinha como Reitor Dom. José Adelino Dantas - lhe foi muito proveitosa. Saindo do Seminário, foi estudar no Colégio Santo Antônio dos Irmãos Maristas, em Natal, depois no Ginásio Santa Luzia de Mossoró e no Colégio Oswaldo Cruz, de Recife. Em 1948, foi para Salvador, graduando-se em Medicina em 1953.

Considerando a trajetória da sua vida, Genibaldo Barros faz questão de destacar que a orfandade precoce (ele perderia a mãe ainda na juventude)

TCE50.indd 111 6/9/2011 12:13:39 PM

Genibaldo Barros

TCE50.indd 112 6/9/2011 12:13:39 PM

foi amenizada pelo apoio, carinho e amparo que recebeu dos muitos amigos de seus pais. E com emoção evoca as figuras do padrinho, o médico Mariano Coelho, e do tio materno, Laurentino Bezerra, a quem ele chama tio "Louro". Em verdade, ambos tiveram as suas participações na orientação de vida, formação moral e profissional do querido afilhado e sobrinho.

Concluído o curso de medicina, ele quis se especializar em Tuberculose, escolhendo a Faculdade de Medicina de Buenos Aires, à época, um bom centro da Tisiologia. Na Argentina, passou um ano e, no regresso para o Brasil, já estava decidido a ir trabalhar na cidade de Santa Maria da Boca do Monte (interior do Rio Grande do Sul), devendo antes vir ao Rio Grande do Norte para comunicar aos seus amigos e protetores sobre a resolução tomada.

Um encontro casual com o eminente cirurgião natalense, Dr. José Tavares, no Rio de Janeiro, desencadeou uma completa mudança nos seus planos e desmanchou todo o seu projeto de fixar-se no Rio Grande do Sul. E tal se daria ao aceitar convite do Dr. Tavares para almoçar com o Prof. Reginaldo Fernandes, outro norte-rio-grandense radicado no Rio de Janeiro, professor de Tisiologia na Faculdade Fluminense de Medicina, diretor do Serviço Nacional de Tuberculose do Ministério da Saúde e amigo pessoal do então presidente da República, João Café Filho. (Fernandes seria um dos esteios na ajuda com verbas governamentais para que Dr. Onofre Lopes pudesse criar e fazer funcionar a Faculdade de Medicina de Natal em 1956).

O Prof. Reginaldo tinha sido indicado professor fundador da Cadeira de Tisiologia da Faculdade de Medicina de Natal. Com argumentação convincente, persuadiu-o a desistir do Rio Grande do Sul, ficando mais um ano no Rio de Janeiro no Serviço Nacional de Tuberculose para, no ano seguinte, voltar para a sua terra, já que ele, Reginaldo, não cogitava sair do Rio de Janeiro.

Com a reforma universitária, a Cátedra de Tisiologia foi extinta, e Genibaldo Barros ficou como Assistente na Cadeira de Clínica Médica e depois se fez Professor Adjunto de Pneumologia."E assim o ex-futuro gaúcho voltou aos seus pagos que não são as querências do sul, mas os tabuleiros secos e pedregosos do pé da Serra de Santana onde estão as suas emoções afetivas fincadas na Fazenda Pau Leite", destaca bem humorado.

Já de volta a Natal, a partir de 1956, começou a exercer a Medicina,

TCE50.indd 113 6/9/2011 12:13:39 PM

indo trabalhar no Sanatório Getúlio Vargas, com Dr. Milton Ribeiro Dantas, a quem substituiu na direção do Hospital, e depois no Sanatório de Natal, hoje Hospital Giselda Trigueiro. Em 1971, foi convidado e aceitou ser o Secretário de Saúde do governador José Cortez Pereira de Araújo (1971-1975), montando uma equipe de auxiliares composta por técnicos em saúde pública, o que rendeu bons resultados.

Em 1975, com a eleição do Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia (1975-1979) para governar o estado do Rio Grande do Norte, o mundo político ficou surpreso pela escolha do Dr. Genibaldo Barros para o seu Vice, por considerá-lo com pouca vivência na política. Iniciava-se, então, uma fase de governo em que o vice-governador tinha papel importante e participativo, acompanhando as decisões em todos os níveis administrativos. Essa convivência de bom entendimento entre o governador e o seu vice gerou uma amizade fraterna entre os dois, a ponto de, na sucessão de Tarcísio Maia, ele ter o nome lembrado como alternativa para sucedê-lo, conforme se pode ler em matéria jornalística publicada no jornal O Poti - edição do domingo, 13/11/77:

"(...) o vice-governador Genibaldo Barros apareceu na política do Rio Grande do Norte, quando foi convocado para assumir a Secretaria da Saúde, no governo Cortez Pereira. Além de amigo pessoal do então governador, a sua indicação era colocada como obedecendo a critérios técnicos. Mas durante os quatro anos do governo, ao lado do trabalho que conseguiu realizar na sua pasta, mostrou características de articulador e, com a indicação do Sr. Tarcísio Maia para o governo, saiu para a vice-governança, quando se encontrava no exterior. Conseguiu passar incólume nos episódios que determinaram o afastamento do atual e do ex-governador, tornando-se elemento participante da administração e recebendo várias delegações do Executivo, especialmente, nos contatos com o governo federal para conseguir recursos para o município de Natal".

Sem aspirar à cadeira de governador, Genibaldo Barros acabaria nomeado, em 1979, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, tendo ali permanecendo por quatro anos, tendo sido presidente de Câmara, vice-presidente e presidente da Casa. Em 1983, foi escolhido e nomeado Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mandato que exerceu até 1987.

Casado com a professora universitária Eulália Duarte Barros, cultor permanente do bom entendimento entre as pessoas, Genibaldo Barros

TCE50.indd 114 6/9/2011 12:13:39 PM

assim se expressou sobre a sua passagem pelo TCE-RN: "Aqui convivi com opiniões nem sempre harmônicas, mas todos procuravam o consenso do respeito ao cumprimento das leis. Exalto a obstinação do governador Dinarte de Medeiros Mariz quando decidiu criar esse Tribunal, enfrentando as dificuldades naturais encontradas em todos os começos. E se comparo agora a qualificação do pessoal técnico de hoje, enriquecido ainda com a ferramenta da informática, com as condições de trabalho de cinqüenta anos passados, é que percebo as dificuldades vivenciadas pelos pioneiros Romildo Gurgel, Múcio Ribeiro Dantas, Severino Lopes de Oliveira e tantos outros, alguns até anônimos, os quais quero lembrar e homenagear agora. Finalizando, digo da minha alegria e me congratulo com o presidente Paulo Roberto Chaves Alves e demais conselheiros, com os auditores, Corpo Instrutivo, Ministério Público e sua Procuradoria Geral, todos os funcionários, enfim, pela grande e merecida festa que é a comemoração dos cin-

TCE50.indd 115 6/9/2011 12:13:39 PM

Alcimar Torquato

TCE50.indd 116 6/9/2011 12:13:40 PM

Conselheiro Alcimar Torquato

Presidente nos biênios 1985/1986 - 1987/1988 1989/1990 - 1991/1992 - 2005/2006

Nascido na cidade serrana de Luiz Gomes, a 27 de setembro de 1941, Alcimar Torquato de Almeida é filho de Cícero Rufino de Almeida e Josefa Torquato do Rego. Cursou o 1º grau no Seminário Diocesano Santa Terezinha, em Mossoró, para onde se mudou ainda na infância, seguindo posteriormente para Recife onde faria o equivalente ao 2º grau no Colégio Padre Félix e se prepararia para enfrentar o vestibular.

Escolhendo seguir a carreira médica, cursou a Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, que veio a concluir em 20 de dezembro de 1969, logo se especializando em Psiquiatria, com estágios nas clínicas dos Hospitais dos Alienados e Santo Antônio, também em Recife. Ao concluir o curso, o médico Alcimar Torquato recebeu uma proposta para trabalhar pelo recém-lançado Plano Nacional de Saúde. Retornou então para Mossoró, assumindo o cargo profissional que o Plano lhe oferecia como médico do INPS. Permaneceu nesta função durante quatro anos, de 1970 a 1974.

Em 1972, o jovem médico iniciaria uma carreira política ao ganhar a eleição para presidente da Sociedade Regional de Medicina. Em 1974 tornou-se deputado estadual, eleito com 13 mil votos, pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA.

Já em 1978 era eleito presidente da Assembléia Legislativa, exercendo esta função por dois anos. Reelegeu-se deputado para o quadriênio 1979-1983,

TCE50.indd 117 6/9/2011 12:13:40 PM

pelo Partido Democrático Social - PDS, antiga ARENA, tendo assumido, em 1980, a Presidência da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, no mesmo ano sendo eleito também presidente da Comissão de Justiça.

Ao encerrar a sua trajetória política, é nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte pelo então governador José Agripino Maia, no dia 30 de março de 1983, tendo tomado posse no dia 12 de abril do mesmo ano. Ingressando no TCE, foi eleito coordenador de auditagens e inspeções e, no ano seguinte, presidente da Primeira Câmara de Contas Municipais. E, escolhido presidente do TCE-RN em 1985, acabaria se tornando aquele que mais vezes foi reconduzido ao posto.

No seu último mandato de presidente, seria escolhido Primeiro Secretário do Conselho de Representantes da Associação Nacional dos Ministros, conselheiros e auditores dos Tribunais de Contas - ANCATC. No ano seguinte, foi encarregado de assumir a presidência do Conselho Superior de Disciplina e Correição do TCE para o biênio de 1993 a 1994. Atuou também como presidente da Primeira Câmara nos anos de 1997 a 1998 e 2001 a 2002. Nos dois anos posteriores foi vice-presidente da Corte de Contas potiguar.

No ano de 2002, o Tribunal de Contas de Minas Gerais prestou uma homenagem aos conselheiros do TCE - RN, reconhecendo o importante trabalho que estava sendo realizado no estado. Nessa ocasião, a Corte de Contas mineira concedeu-lhe, juntamente com o então presidente do Tribunal Norte-rio-grandense, Getúlio Alves da Nóbrega, o Colar do Mérito da Corte de Contas "Ministro José Maria Alckmin".

Alcimar Torquato assumiu pela 4º vez a presidência do Tribunal de Contas, no período 2005-2006. A sua posse ocorreu no dia 26 de dezembro de 2005 e, ao encerrar o seu discurso, convidou a todos para participar de maneira mais intensa na mobilização social pela melhoria da qualidade dos serviços públicos no estado. "Peço a Deus que nos ilumine na nova jornada que se inicia, concedendo-nos a ousadia para vencer os desafios, a graça de aceitar com serenidade as coisas que não podem ser mudadas, a força para realizar as coisas que precisam ser feitas e a sabedoria para distinguir umas das outras, fazendo o que é certo e justo", complementou o conselheiro.

Destacou ainda que "os Tribunais de Contas, ante as mudanças que se operam em todos os espaços da comunidade nacional, passam a ter importância transcendental cada vez maior. Se o dever de prestar contas sempre se afigurou como obrigação pública imposta a todo sujeito que, na sua responsabilidade de agente público tem, sob sua responsabilidade, a gestão

TCE50.indd 118 6/9/2011 12:13:40 PM

de recursos do Erário, tal dever assume posição de crescente relevância em face à visão mais crítica da Lei de Responsabilidade Fiscal".

Em relação ao papel desempenhado pelo Tribunal, ressaltou Alcimar Torquato que "a missão do Tribunal de Contas não pode e não deve ser vista como um esforço permanente de caça às bruxas. Não somos uma Casa povoada por perfis autoritários, nem de longe queremos ser distinguidos como entes impregnados do sentimento da arbitrariedade e da perseguição. Inspira-nos a meta de servir bem, à sociedade norte-rio-grandense, cumprindo com fervor, independência e senso de justiça a nossa missão constitucional, usando como ferramentas do processo decisório, o espírito da harmonia, a lógica da adequada orientação, a visão da correção e a compreensão das dificuldades".

Durante a sua gestão na Presidência, o conselheiro realizou muitas ações importantes, como por exemplo, a sua participação, em Brasília, na assinatura do convênio firmado entre Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o governo federal para o financiamento do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados e Municípios - Promoex. O conselheiro Alcimar Torquato também participou da reunião da Atricon que programou o 23º Congresso dos Tribunais de Contas. Este evento foi importante na determinação do montante financeiro do Promoex para cada estado da federação.

Além do Promoex, na gestão de Alcimar Torquato foi assinado um convênio com a Caixa Econômica Federal visando à melhoria da fiscalização das contas públicas, o chamado Projeto Gov/Conta. Segundo ele, essa é uma iniciativa pioneira que vai possibilitar uma fiscalização e controle mais qualificado dos recursos públicos. "É um sistema de apoio administrativo à gestão pública que permite agrupar e organizar, em um único extrato, as contas administrativas do estado ou municípios. Trata-se de uma conta especial que é criada em uma agência e acessada por meio do Sistema Gov/Caixa eletrônico, onde podem ser cadastradas dezenas ou centenas de contas vinculadas, com o objetivo de agrupá-las em um único extrato", explicou.

De acordo com o conselheiro, pelo fato de a tarefa de fiscalização da coisa pública requerer um exercício do controle social, a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, há três anos funcionando no Tribunal de Contas do Estado, tem investido no amplo esclarecimento da cidadania mediante a realização de encontros, seminários e edição de textos

TCE50.indd 119 6/9/2011 12:13:40 PM

esclarecedores sobre matérias de complexidade técnica e edição de cartilhas em linguagem simplificada que permitem a popularização e a transparência das atividades da gestão pública.

Com sua marcante atuação no TCE-RN, o conselheiro Alcimar Torquato revela a firme convicção de que a Corte das Contas norte-rio-grandense seja, de fato, uma referência e também vanguarda em matéria de organização, desempenho, interface com os jurisdicionados. Zelando pela correta aplicação dos recursos públicos em conformidade com os programas de governo, ela contribui de modo decisivo para o bem-estar social da comunidade potiguar.

TCE50.indd 120 6/9/2011 12:13:40 PM

Conselheiro Haroldo de Sá Bezerra
Presidente no biênio 1993/1994

Primogênito de José Bezerra de Araújo e Yvete de Sá Bezerra, Haroldo de Sá Bezerra nasceu na cidade canavieira de Ceará-Mirim, em 29 de fevereiro de 1936. Por ser um ano bissexto, seus pais optaram por registrá-lo em 1° de março. Fruto da união de um autêntico seridoense com uma filha da aristocracia do Vale, Haroldo herdou a simplicidade, a parcimônia e a austeridade, características natas do sertanejo norte-rio-grandense.

Residiu durante sua infância no município de Currais Novos, onde seus pais possuíam fazendas destinadas à pecuária e ao plantio do algodão. Herdeiro natural do gosto pela terra, tornou-se proprietário de terras e criador de gado em nosso estado.

Na década de 1950, passou a residir em Natal.

Formou-se em Agronomia, pela Escola Superior de Agronomia, de Recife e, em seguida, em Economia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Iniciou sua vida profissional na Associação Nordestina de Crédito Rural, em 1960. Posteriormente, trabalhou por três anos na Sackraft - Indústria de Celulose do Nordeste Ltda., no projeto Zabelê, fazenda situada no município de Touros, destinada à experiência com plantio de agave para celulose.

Nessa década de grandes definições, casa-se com Selma Meira e Sá Bezerra e ingressa no Ministério da Agricultura, passando a trabalhar no

TCE50.indd 121 6/9/2011 12:13:40 PM

Haroldo Bezerra

TCE50.indd 122 6/9/2011 12:13:40 PM

Serviço de Defesa Sanitária Vegetal aqui no estado.

Seguindo os ensinamentos do seu pai, Haroldo Bezerra levou para o serviço público uma postura de controle rigoroso dos gastos. Sua atuação não esteve restrita ao setor agropecuário. Sua formação em Economia permitiu o exercício dos cargos de diretor do Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - BDRN, em 1971, e de diretor do BANDERN, nos anos de 1972 a 1974.

De 1974 a 1978, atuou como presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do RN - CIDA. No final do governo do Dr. Tarcísio Maia, foi Secretário de Estado da Agricultura e, entre 1983 e 1986, exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda.

A experiência na Administração Pública foi, assim, marcada pelo rigor no controle dos gastos públicos e pela seriedade de suas ações.

Em 1987 o governador do estado, Radir Pereira, faz a sua nomeação para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Permaneceu nesta Corte de Contas até 1° de março de 2006, aposentando-se compulsoriamente e se desligando definitivamente da vida pública.

TCE50.indd 123 6/9/2011 12:13:41 PM

Nélio Silveira Dias

TCE50.indd 124 6/9/2011 12:13:41 PM

Conselheiro Nélio Silveira Dias
Presidente no biênio 1995/1996

Nasceu Nélio Silveira Dias no dia 22 de janeiro de 1945 em Natal, sendo filho de Epifânio Dias Silveira e Alda Silveira Dias. Alguns anos da infância foram vividos em Mossoró, para onde a família se deslocara, retornando em seguida para a Capital. Concluídos os estudos básicos, Nélio Dias cursou Administração Financeira no Centro de Treinamento e Desenvolvimento - CETRED, localizado no Ceará, e, em seguida, fez graduação em Gerência Empresarial, pela Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão - FACEX, em Natal.

Durante sua carreira profissional, exerceu diversos cargos, tais como diretor das empresas A. Gomes Tecido S.A., Natal (1972-1975), e Confecções Reis Magos S.A., Natal (1975-1985); juiz do Tribunal Regional do Trabalho - 13º Região, João Pessoa (1985-1988); Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (1999-2002).

Ingressou Tribunal de Contas do RN em 1992, logo se tornando seu vice-presidente do TCE para o período de 1992 a 1994. E já no ano seguinte chegaria à Presidência, cargo que ocupou até 1996.

Ao tomar posse na Presidência do TCE, disse que assumia "com a compreensão de que tudo é importante, a começar da noção do que representam, neste Tribunal, os limites vencidos e os limites a vencer nas suas atribuições constitucionais". No decorrer do seu discurso de posse, ele apresentou seu plano de gestão, no qual previa a ampliação do sistema de

TCE50.indd 125 6/9/2011 12:13:42 PM

informática; o estabelecimento de um setor de consultas informais e apoio técnico-jurídico a entidades jurisdicionadas; a promoção do intercâmbio com outros Tribunais e órgãos; além do empenho para a edificação da sede própria do TCE. "Esta é mais do que uma idéia, porque é uma exigência inevitável de nossas condições de trabalho", ressaltou o conselheiro.

Enquanto foi presidente da Casa, Nélio Dias adotou importantes medidas, dentre elas: a criação da Consultoria Técnico-Jurídica, um importante instrumento de apoio e informação a serviço do Tribunal; criação da Inspetoria de Controle Externo, permitindo ao TCE desenvolver um trabalho sistemático de investigação em todos os órgãos e entidades fiscalizadas. O Tribunal inovou quando passou a fiscalizar "in loco" todo o governo do estado: Secretarias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Fundações e Autarquias, bem como a Assembléia Legislativa.

Outras medidas da sua administração foram: a ampliação dos serviços de informática, atendendo aos segmentos da Casa. Ainda na área de aperfeiçoamento técnico, estimulou a realização de cursos e reciclagem funcional do próprio TCE; criação do setor de comunicação social, que leva as informações necessárias e válidas ao conhecimento público das notícias do Tribunal e de suas atividades.

Deve-se destacar também o prosseguimento da edificação da sede do Tribunal de Contas e a elaboração do Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores. Sobre essas realizações, Nélio Dias comentou que "a construção do prédio foi uma meta, com o deslocamento para um maior espaço físico. O local onde nós estávamos instalados, em 1994, estava absolutamente superado. Não se tratava então de uma obra de ostentação, mas de absoluta necessidade para o desempenho das atribuições dos servidores".

Em relação à implantação do Plano de Cargos, afirmou: "ele norteia os funcionários dentro da instituição com a preocupação de ser um estímulo para os trabalhadores. Este projeto, reivindicação histórica na consciência de todos, teve seu lugar na minha consciência e nas minhas preocupações. Noites e dias do meu mandato foram dedicados a este trabalho".

Ao término do seu mandato de presidente, em 1994, foi eleito corregedor do referido órgão, exercendo esta função até 1998. De 1998 a 1999, exerceu a Presidência da Primeira Câmara, encerrando, assim, sua atuação na Casa.

No final do ano 2000, o conselheiro Nélio Dias solicitou sua apo-

TCE50.indd 126 6/9/2011 12:13:42 PM

sentadoria. Ao se despedir, fez pronunciamento no plenário, enfatizando que "o Tribunal de Contas deve cumprir sua missão constitucional de fiscalizar o emprego do erário público nas administrações públicas. O povo quer saber onde os impostos foram aplicados. A sociedade tem que cobrar isso, e o TCE deve prestar contas à sociedade porque julga a atuação dos administradores".

E lembrou o conselheiro: "Estou deixando o Tribunal de Contas depois de alguns anos aqui junto com todos no processo de busca das verdades absolutas. Esta caminhada partilhada só me trouxe enriquecimentos. Aqui, aprendi. Aqui conheci problemas e arrisquei soluções. Posso afirmar que nada aconteceu sem deixar saldos de aprendizagem mesmo nos confrontos e nas divergências. É evidente que, sendo como é um colegiado, o Tribunal de Contas estimula o exercício da dialética dos contrários e ensina que a natureza dos confrontos, às vezes, torna-se forma única da percepção da unidade de pensamento. Neste clima de acordo e desacordo, senhores conselheiros, a grande constatação é a de que ninguém se afirma sem a contradição das nossas próprias humanidades".

Nélio Dias ingressou na carreira política, sendo eleito deputado federal, pela legenda PPB-RN, para o mandato de 2003 a 2007. De janeiro de 2005 a março de 2006, assumiu o cargo de vice-líder do Partido Progressista - PP (antigo PPB), na Câmara dos Deputados. Integrou Comissões Permanentes nas áreas de economia e desenvolvimento rural, sempre com destaque.

Em maio de 2006, Nélio Dias assumiu o cargo de presidente nacional do Partido Progressista, concomitantemente à Presidência estadual do respectivo partido. Em 1° de outubro de 2006, Nélio Dias foi reeleito deputado federal sendo empossado em fevereiro de 2007.

Enfrentando durante alguns anos graves problemas de saúde, o parlamentar faleceu no dia 20 de julho de 2007, no Hospital Sírio-Libanês (São Paulo/SP). O presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, telefonou aos familiares para condolências. Transportado para Natal, seu corpo foi velado no Palácio da Cultura (antigo Palácio Potengi). E o sepultamento ocorreu no Cemitério Morada da Paz, em Emaús (Parnamirim/RN).

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do RN, Paulo Roberto Chaves Alves, fez pronunciamento no plenário da Casa em homenagem ao conselheiro aposentado e ex-presidente, Nélio Dias. Os conselheiros aprovaram voto de pesar coletivo, contando com a solidariedade da procuradora geral do Ministério Público junto ao TCE, em exercício, Lu-

TCE50.indd 127 6/9/2011 12:13:42 PM

Antônio Severiano da Câmara

TCE50.indd 128 6/9/2011 12:13:42 PM

Conselheiro Antônio Severiano da Câmara Filho
Presidente no biênio 1997/1998

Antônio Severiano da Câmara Filho, nascido em João Câmara (antiga Baixa Verde), em 13 de junho de 1938, é filho de Antônio Severiano da Câmara e Maria Amélia Soares da Câmara. A família morava na fazenda Boa Esperança, município de Touros. Quando havia negócios a realizar, deslocavam-se para João Câmara, o município-pólo da região.

Aos nove anos, o menino Antônio começou a estudar no grupo Capitão José da Penha na antiga Baixa Verde. Terminando o primário, veio para Natal, onde fez o curso secundário. Depois prestou o Serviço Militar, em Natal, no 16º Batalhão de Infantaria, 1957, tendo dado baixa como 3º Sargento. Trabalhou na firma João Câmara & Irmãos e na ANCAR (Associação de Crédito e Assistência Rural). Em 1958, Antônio Câmara foi para Salvador, onde iniciou a vida universitária, tendo feito vestibular de Direito na Universidade Católica da Bahia. Naquela capital trabalhou na Tyresoles (revendedora de pneus), empresa de um tio afim, Jack Hamilton Wicks. Com o falecimento do seu pai, em setembro de 1960, teve que voltar para Natal, dando continuidade aos estudos na velha Faculdade de Direito da Ribeira, cujo diretor era o Dr. Otto de Brito Guerra.

Em 1962, trabalhava no CED, Conselho Estadual de Desenvolvimento, que tinha como titular Geraldo José de Melo. No ano seguinte foi para a SUDENE, cujo Superintendente era Celso Furtado, tendo feito ali o curso de Iniciação ao Desenvolvimento Econômico e, posteriormente,

TCE50.indd 129 6/9/2011 12:13:42 PM

Gerência de Cooperativismo. Nesta ocasião, freqüentava as aulas de Direito na Faculdade de Recife para não perder o ano em Natal. Em 1964, Câmara formou-se e durante dois anos exerceu a profissão de advogado. Neste ínterim, exerceu por seis meses a Promotoria de João Câmara na condição de adjunto de promotor. Convocado pelo então governador Aluízio Alves, ele foi nomeado diretor do Departamento de Cooperativismo e Organização Rural (DECOR), cargo em que tomou posse neste último ano.

Temporada política ❖❖❖

Em 1966, Antônio Câmara candidatou-se a deputado estadual, sob as bênçãos do Monsenhor Walfredo Gurgel, então governador do estado. Visitava a região do Mato Grande e, nas conversas, diziam não haver um representante da terra. Surgiram as cobranças para que ele se candidatasse. Conversando com o Monsenhor Walfredo Gurgel dele ouviu conselho e orientação. Já sabia da sua grande amizade com o ex-senador João Severiano da Câmara, que fora presidente do PSD (Partido Social Democrático) no Rio Grande do Norte, à época em que o Mons. Walfredo era o grande representante da sigla partidária no Seridó.

A grandeza do Monsenhor Walfredo é ressaltada por ele ao observar que o governador tinha um sobrinho, Antônio Ferreira, candidato a deputado estadual e que pessoas - cujos nomes não lhe interessa citar - chegaram a ponderar que ele não tinha a mínima condição de eleger-se deputado.

O resultado é o já sabido. Foram 24 anos de mandatos eletivos consecutivos, sendo quatro de deputado estadual e dois de deputado federal. Ao iniciar a sua trajetória política, Antônio Câmara pertencia à chamada Arena Verde. Com a cassação de Aluízio Alves foi para o MDB. Participou de quatro legislaturas. Em 1982 - já no PMDB -, foi eleito deputado federal e reeleito em 1986.

Antônio Câmara considera que a experiência parlamentar foi a grande universidade da sua vida. Como deputado federal, pôde conviver com grandes nomes do cenário nacional, como Afonso Arinos, Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela, Paulo Brossard, Franco Montoro, Miguel Arraes, Marcos Freire, Mário Covas, Djalma Marinho, e isso lhe deu uma visão muito mais ampla da política. Passou a ver o Brasil não apenas dentro de uma concepção provinciana, mas o país como um todo. E se sente orgulhoso por haver participado ativamente do processo de redemocratização. No seu segundo mandato foi deputado federal "Constituinte", tendo, por-

TCE50.indd 130 6/9/2011 12:13:42 PM

tanto, participado da elaboração da Carta Magna promulgada em 1988.

Não disputando mais mandato político foi, por iniciativa do governador José Agripino, nomeado conselheiro do Tribunal de Contas em 1991. Durante dez anos, exerceu vários cargos, tendo sido presidente da 1ª Câmara, da 2ª Câmara, corregedor e presidente do Tribunal de 1996 a 1998. Em 2001 aposentou-se como conselheiro. Nesse mesmo ano foi convocado pelo governador Garibaldi Filho, assumindo o cargo de Secretário Adjunto da Secretaria de Projetos Especiais, tornando-se depois titular e, posteriormente, Secretário de Estado da Secretaria de Trabalho, Cidadania e Justiça.

Encontra-se hoje aposentado de fato, cuidando da família e de pequenos negócios. Mas como ninguém deixa a política definitivamente, sobretudo quem já exerceu mandatos, sem querer ser linha de frente, gosta de conversar, ficar nos bastidores, articular, orientar e aconselhar.

Puxando pela memória ❖❖❖

Zeloso com as lembranças, Antônio Câmara faz questão de assinalar que, ainda hoje, conserva na memória os grandes amigos da época de infância e adolescência. Também estão muito presentes os fatos e as personalidades marcantes da política da região e do seu estado. O industrial João Câmara, por exemplo. Não chegou a conhecê-lo, embora fosse seu sobrinho. O pai, Antônio Severiano da Câmara, conhecido popularmente por "Seu Tonho", embora se relacionando muito bem com o irmão, não fazia parte do complexo econômico da Firma João Câmara e Irmãos, com sede em Baixa Verde. Era um agropecuarista independente. O tio, sobre quem leu e ouviu bastante, podia ser considerado um homem à frente do seu tempo. Empresário, tornou-se prefeito de Baixa Verde, cidade que depois seria rebatizada com o seu nome; foi deputado estadual e senador da República.

Apesar da tradição política, Antônio Câmara não havia despertado para essa atividade. Tal despertar só se daria quando ele retornou da SUDENE. Já contava com a notável experiência de antes, no Conselho Estadual de Desenvolvimento, ao tempo do governo de Aluízio Alves. O titular era um jovem economista chamado Geraldo José de Melo. E a equipe composta de pessoas de grande capacidade: José Daniel Diniz, João Ururay, Ticiano Duarte, Roosevelt Garcia, Benivaldo Azevedo, Ivanaldo Bezerra, Ivan Maciel, Nathanias Von Shosten, os irmãos Heider e Herbert Moura, e outros jovens com futuro promissor.

Entusiasta das propostas da SUDENE, Antônio Câmara considera

TCE50.indd 131 6/9/2011 12:13:43 PM

que este órgão provocou uma mudança de mentalidade, na região, absolutamente decisiva para o seu desenvolvimento. Pelos seus instrumentos legais, deu agilidade ao desenvolvimento e criou uma expectativa de transformação da realidade junto aos nordestinos. O Nordeste patriarcal e rural não era mais referência única.

Ética e vinda para o TCE ❖❖❖

O conselheiro Câmara evoca as dificuldades da época em que vigorou o Regime de Exceção - tempos da chamada Revolução de 1964. A carência de novas lideranças, bem como um certo recuo de outras antigas, de grande expressão, acabou ensejando o predomínio da ação de alguns aventureiros políticos sem formação ética, moral, nem muita responsabilidade social, ressalvadas as exceções. Pessoas que, talvez sem vocação ou espírito público, só pensavam em si e em partidos. O zelo dedicado ao partido, não pode eliminar, segundo sua ótica, a defesa do estado, da nação e conseqüentemente do segmento populacional mais fragilizado.

Alguns parlamentares - pondera ele - vão a Brasília cuidar de seus negócios, de seu partido. Ao eleger o seu representante, o povo tem dele a expectativa de que possa oferecer ao país uma melhor qualidade de vida, fortalecer o estado de direito. Lamentavelmente ainda não é possível ver isto. O que não significa dizer que, no Congresso, não existam homens com autêntica vocação política, homens da maior envergadura moral e ética.

Movido por estes pensamentos é que Antônio Câmara chega ao Tribunal, em setembro de 1991, tendo sido nomeado pelo governador José Agripino Maia, como já foi dito. Sabatinado pela Assembléia Legislativa, encontrou, ao ser nomeado, outra grande oportunidade de servir ao estado. E de voltar a estudar o curso de Direito.

O Tribunal de Contas é importantíssimo na conjuntura nacional, declara com entusiasmo. E com toda essa experiência acumulada, considera que se não existissem as Cortes de Contas, os atos de corrupção certamente se multiplicariam. O TCE é um fator de inibição da má aplicação dos recursos públicos. Lembra bem que, na época em que ocupou a Presidência, o TCE ainda não dispunha da estrutura de hoje. Uma das maiores preocupações que teve, como presidente, foi a de qualificar os servidores. Presidentes anteriores haviam dado início à construção da sede própria, que prosseguiu em sua gestão, não conseguindo concluí-la, ironicamente, porque, havendo uma demanda

TCE50.indd 132 6/9/2011 12:13:43 PM

judicial, as obras tiveram de ser paralisadas, sendo reiniciadas apenas ao final do seu mandato.

Ante a perspectiva de o Tribunal atingir o seu cinqüentenário, o conselheiro revela a expectativa de que os homens e mulheres continuem exercendo com probidade e competência o seu dever, para que a nação possa ter um futuro alvissareiro. E faz uma referência elogiosa e comovida aos que hoje fazem o TCE: dirigentes e servidores que "vestem a camisa" da instituição, pois está convicto de que dessa atuação resulta a certeza de um Brasil melhor.

TCE50.indd 133 6/9/2011 12:13:43 PM

José Fernandes

TCE50.indd 134 6/9/2011 12:13:43 PM

Conselheiro José Fernandes de Queiroz
Presidente no biênio 1999/2000

José Fernandes de Queiroz nasceu na Fazenda Pacatuba, zona rural do município de Pau dos Ferros, hoje município de Marcelino Vieira, no dia 04 de dezembro de 1931. Filho de Bernardino Nonato Fernandes e Amélia Fernandes de Queiroz, que tiveram 7 filhos, sendo 5 mulheres e 2 homens. O pai era agropecuarista, explorando duas propriedades com 300 hectares cada uma. A mãe participava ativamente da educação dos filhos, tomando conta do lar, com os afazeres da cozinha, da casa, habilitando-se a confeccionar a roupa da família.

A alfabetização de José Fernandes começou na casa grande da fazenda, por um professor contratado para ensinar aos filhos do patrão, dos moradores e da vizinhança. Aos 13 anos, foi estudar em Pau dos Ferros, hospedou-se na residência do seu tio Leão Fernandes. Estudou no Grupo Escolar Joaquim Correia, onde concluiu o primário no ano de 1946. Em 1947, foi estudar no Colégio Diocesano de Patos-PB, ali cursando o ginásio em regime de internato. Em 1950, ainda na mesma cidade, cumpriu o Serviço Militar obrigatório, incorporando-se ao Tiro de Guerra.

Em 1951, com bastante espírito de aventura, foi para o Rio de Janeiro, atraído por promessas de um falso político que lhe prometia estudo e trabalho. Frustrado, teve de trabalhar duro até conseguir dinheiro para comprar passagem em um cargueiro da "Aero Vias", que o trouxe de volta a Recife, de onde, por vários outros meios de transporte, retornou à Fazenda Pacatuba, surpreendendo a todos.

TCE50.indd 135 6/9/2011 12:13:44 PM

Em 1953, passou a realizar o curso colegial do Colégio Estadual do Ateneu, em Natal. Concluído o curso em 1955, foi para a cidade de Recife, onde se preparou para o Vestibular. Tentou uma primeira vez na Universidade do Recife não obtendo êxito porque 0,02 (dois centésimos) lhe tiraram a média exigida. Voltando a Natal, soube que seriam realizadas novas provas para preencher o número de vagas da turma que seria a 1ª no Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Candidatou-se e obteve a aprovação.

Ao se formar em dezembro de 1961, recebeu convite do Dr. Onofre Lopes para permanecer em Natal. Falou mais alto, no entanto, a dedicação à família. A mãe, enferma, encontrava-se na fazenda Pacatuba precisando de cuidados. Começou então a procurar trabalho em alguma cidade do interior, perto da fazenda onde pudesse dar assistência à sua mãe. Foi providencial o convite feito por Jocelyn Villar, médico e líder político, para trabalhar na cidade de Martins, a partir de janeiro de 1962.

Com a segurança do emprego, decidiu casar-se com Margarida, com quem namorara durante o período em que cursara a Faculdade, e o dia 24 de março de 1962 foi escolhido, tendo os recém-casados seguido em lua de mel para a cidade de Recife. Porém, dias depois, recebia ele um chamado do mesmo Jocelyn Villar para se fazer presente à inauguração do Açude Público de Serrinha dos Pintos, pelo então governador Aluízio Alves. Foi, por assim dizer, o primeiro contato formal com a política, pela qual inevitavelmente haveria de enveredar. A essa altura, já desenvolvia um trabalho de assistência médica na região, destacando-se pelo pioneirismo das ações de atendimento domiciliar e cirurgias de urgência, a pacientes que não podiam ser transferidos para centros maiores por falta de condições financeiras.

Com uma folha de bons serviços prestados à comunidade na área médica e social, era inevitável que surgisse o convite para abraçar a política. Resistiu o quanto pôde, chegando mesmo a se transferir para Alexandria, onde permaneceu por nove meses. Novamente, cruzava seu caminho Jocelyn Villar, convidando-o a retornar a Martins, pois não encontrara médico disposto a deslocar-se para o interior do estado. A cidade encontrava-se sem assistência médico-hospitalar, o povo precisava e não dispunha de meios para se deslocar em busca de tratamento em outros centros. O juramento que fizera ao receber o Diploma de Médico falou mais alto e aceitou retornar, mas com o mesmo propósito de não ingressar na vida pública.

TCE50.indd 136 6/9/2011 12:13:44 PM

Consultório, atendimento em domicílio, cirurgia... Era também conselheiro, consultor, professor e amigo. Nesses encontros com amigos sempre se falava na sucessão política. Não havia escapatória; até parecia um complô; recebia amigos no consultório e em sua residência a lhe falarem do mesmo assunto, e a resposta era a mesma. Até que líderes comunitários o visitaram, convocando-o para uma reunião. Ali se encontrava o mesmo Dr. Jocelyn Villar que, em breve explanação, expôs a situação do partido, desprovido de um nome que reunisse a capacidade de assegurar ao povo martinense o direito democrático de liberdade, educação, saúde e todos os constantes da Carta Magna do país. Surpreso, recebeu a indicação do seu nome, em condição "sine qua non" de aceitar.

Examinou os "prós" e os "contras" e aceitou a indicação do seu nome como candidato a prefeito nas eleições de 1968 pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA, obtendo aproximadamente 70% dos votos. E foi empossado no ano seguinte, quando então governador do estado o Monsenhor Walfredo Gurgel.

A administração municipal logo lhe traria problemas suplementares como ter de enfrentar uma CGI que inicialmente tinha como meta atingir Jocelyn Villar, com um processo de cassação. Teve de enfrentar um calvário de suspeitas e insinuações, mas com o apoio dos verdadeiros amigos conseguiu superar tudo, comprovando a sua inocência da qual o povo não duvidaria, tanto que em 1972 elegeu prefeito o candidato por ele apresentado, bem como toda a bancada da Câmara de Vereadores. Em 1976, voltou a ser candidato a prefeito, eleito com grande maioria.

Em maio de 1982, renunciou ao cargo para candidatar-se ao cargo de deputado estadual pelo Partido Democrático Social - PDS, sendo eleito com expressiva margem comparativamente com os que disputavam a cadeira. Um segundo mandato seria tentado, mas sem sucesso. E ele, já sem o exercício da medicina, ficara sem a cadeira do Legislativo. Surge, então, a vaga deixada pelo conselheiro José Petronilo, que se aposentara do Tribunal de Contas do Estado, em face do que seus colegas deputados, levando em consideração a competência com que representou o povo na Casa Legislativa, aprovaram a indicação do seu nome para ocupar a vaga, tendo sido realizada uma votação na Assembléia de cuja unanimidade resultou sua nomeação para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O Ato de nomeação foi assinado pelo então governador Radir Pereira e publicado na edição do Diário Oficial de 11 de fevereiro de 1987,

TCE50.indd 137 6/9/2011 12:13:44 PM

sendo empossado no dia 12 de dezembro do mesmo ano. Era presidente do TCE o conselheiro Alcimar Torquato, e foi designado para lhe fazer a saudação o conselheiro Paulo Gonçalves. Nessa nova condição, obrigou-se a deixar de vez o exercício da medicina e fixou residência em Natal, dedicando-se exclusivamente às atividades do Tribunal.

Em 1999, foi eleito presidente do Tribunal de Contas do Estado, exercendo o mandato por dois anos (1999 a 2000).

Com uma folha de serviços inquestionável junto ao TCE e opiniões muito próprias de quem vivenciou em profundidade as rotinas do órgão, o conselheiro José Fernandes era um entusiasta das transformações verificadas na Corte de Contas do Rio Grande do Norte. Acreditava, por exemplo, que, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o controle da Administração Pública ganhou efetividade como nunca dantes alcançada na história republicana brasileira. A começar pelo cidadão comum, que passou a ter vez e voz para denunciar desmandos administrativos perpetrados por agentes indignos do exercício de tão nobre missão. Para tanto, órgãos como o Ministério Público e os Tribunais de Contas tiveram suas competências reforçadas e passaram a desempenhar funções de capital relevância na aferição da regular aplicação dos recursos públicos.

Considerava inegável a relevância do papel atribuído pela Carta Magna aos TCEs. E declarava-se seguro de que, no estado do Rio Grande do Norte, esse órgão de controle externo tem desempenhado com esmero, mesmo enfrentando os obstáculos que lhe são impostos, o papel que lhe fora atribuído.

Mesmo assim, entendia que, na maioria das vezes, a sociedade não é informada sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal de Contas, em especial, as conclusões das auditorias e inspeções, os julgamentos e, o mais importante, a efetividade do cumprimento das decisões. Este fato cria uma dissonância entre a aparência e a realidade, a ponto de parcela significativa da população desconhecer, até mesmo, a existência do próprio Tribunal.

Era sua a convicção de que o Tribunal de Contas deve demonstrar cabalmente à sociedade que, ele próprio, prima, não só pela legalidade e legitimidade da despesa, mas, sobretudo e principalmente, pela economicidade, segundo a qual o custo de sua manutenção e funcionamento justifica-se plenamente, diante dos benefícios alcançados em prol do contribuinte que lhe sustenta.

TCE50.indd 138 6/9/2011 12:13:44 PM

O conselheiro José Fernandes de Queiroz aposentou-se, compulsoriamente, no final de 2001. A esta perda acrescentou-se a partida definitiva da esposa, após uma união matrimonial de 40 anos bem vividos, em 10 de dezembro de 2002. Buscou preencher o tempo com a administração das fazendas no oeste, onde cavalgava, nadava, pescava, caçava, recebia os amigos e a família. Esporadicamente vinha a Natal e sempre nos finais de semana estava em Martins, onde reunia os amigos, jogava cartas e procurava colocar os assuntos em dia. No dia 18 de maio de 2007, sexta-feira, faleceu em Natal, em decorrência de complicações renais. O corpo do conselheiro José Fernandes foi velado no plenário do Tribunal de Contas do Estado. Seu sepultamento ocorreu às 9h do dia 19 de maio, no cemitério Morada da Paz, em Parnamirim/RN.

TCE50.indd 139 6/9/2011 12:13:44 PM

Getúlio Alves da Nobrega

TCE50.indd 140 6/9/2011 12:13:44 PM

Conselheiro Getúlio Alves da Nobrega
Presidente no biênio 2001/2002

Getúlio Alves da Nóbrega nasceu no dia 19 de maio de 1941, na cidade de Caicó, município do Rio Grande do Norte. É filho de José Alves da Nóbrega e Altamira de Araújo Nóbrega e casado com Maria Lúcia Coelho. Formou-se bacharel em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no ano de 1964. Do ano seguinte até 1992, foi professor de Análise Econômica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

De 1967 a 1973, foi vice-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Natal, quando essa Unidade de Ensino Superior foi incorporada à UFRN, sendo nomeado pelo presidente da República para mais um mandato. Getúlio Nóbrega foi ainda membro do Conselho Diretor da Fundação José Augusto, de 1973 a 1981. A instituição do governo do estado era, à época, mantenedora das Faculdades de Sociologia e Política e Jornalismo. Após sua aposentadoria como professor, para não parar de estudar, voltou à universidade como aluno, formando-se em Direito pela Universidade Potiguar (UnP) no ano de 1998.

No governo do Monsenhor Walfredo Gurgel, em razão de sua atuação como professor de economia, foi selecionado para integrar o quadro técnico da recém-criada Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte (COFERN). Após uma temporada no Chile, onde se especializou na CEPAL, exerceu o cargo de diretor de operações, promoveu a

TCE50.indd 141 6/9/2011 12:13:44 PM

transformação em Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - BDRN. No governo de Tarcísio Maia, presidiu a COSERN e, no de Lavoisier Maia, foi Secretário da Indústria, Comércio e Turismo.

Getúlio Nóbrega iniciou sua carreira no Tribunal de Contas do Estado, quando foi nomeado auditor pelo então governador Lavoisier Maia. A nomeação ocorreu após a homologação prévia da indicação do seu nome à Assembléia Legislativa Estadual. Permaneceu no cargo de dezembro de 1980 a novembro de 1987. Nesse mesmo ano, foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas, pelo governador Geraldo Melo, após aprovação unânime do seu nome pela Assembléia Legislativa Estadual.

No dia 28 de dezembro de 2001, Getúlio Nóbrega assumiu a presidência do TCE, para um mandato de dois anos. Em seu discurso de posse, defendeu uma ação articulada no exercício do controle externo, mas sem a interferência ou subordinação do técnico ao político ou vice-versa. Disse: "assumo a presidência desta Corte de Contas com a convicção de que posso exercer uma função extremamente honrosa, o que não representa para mim, todavia, um motivo de envaidecimento, mas de exacerbação do meu senso de responsabilidade".

A palavra do conselheiro Getúlio Nóbrega teve o sentido de priorizar a justiça e o bem-comum, uma tendência que ele acredita ser característica predominante do espírito humano, "apesar dos desvios e deformações, próprios de determinadas circunstâncias históricas e de anomalias comportamentais de pessoas e grupos". Se não fosse essa inclinação, natural e espontânea, para o bem, tornar-se-ia impossível a vida em sociedade. "Pois essa qualidade, que considero inerente ao ser humano, tem, no exercício da função pública, a mais propícia ocasião para realizar-se em toda a sua extensão e plenitude".

Para Nóbrega, o orgulho que deve ter é por pertencer ao TCE-RN onde contabiliza já mais de 20 anos de atividades. Por isto afirmou no mencionado discurso: "Honra-me presidi-lo e a forma mais significativa com que poderei agradecer a colaboração de que preciso, e demonstrar o quanto isso é valioso para mim, é com minha dedicação ao cargo, que ora assumo, pretendo assim continuar merecedor do respeito e da amizade através dos quais todos sempre me distinguiram".

Ao término do primeiro ano do seu mandato como presidente do TCE, foi concluído o edifício-sede do Tribunal, a cuja solenidade de inauguração, em 11 de janeiro de 2002, compareceram representantes de todos

TCE50.indd 142 6/9/2011 12:13:45 PM

os Tribunais de Contas do Brasil.

Em outubro de 2002, ele e o conselheiro Alcimar Torquato de Almeida foram agraciados com o Colar do Mérito da Corte de Contas de Minas Gerais, homenagem conferida a personalidades da vida pública nacional. Vinte autoridades do país, tais como senadores, deputados, conselheiros de TCE's e desembargadores, receberam a honraria.

Em 2003 foi eleito para o cargo de corregedor geral do TCE, para um mandato de dois anos. Em dezembro de 2005, em Brasília, tomou posse como vice-presidente da ASUL, Associação das Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul. O presidente da ASUL, também empossado na ocasião, foi o conselheiro Flávio Régis Xavier de Moura e Castro do Tribunal de Contas de Minas Gerais. A ASUL congrega as entidades de controle público dos países do Mercosul e tem como objetivo o aprimoramento técnico mediante a troca de experiências e o fortalecimento institucional das entidades membros.

Para o conselheiro Getúlio Nóbrega, essa última designação representou, sobretudo, uma homenagem ao TCE-RN, que sempre está presente aos eventos nacionais promovidos por essas entidades, com representantes que têm participado efetivamente dos debates e discussões técnicas.

A seriedade e o compromisso do conselheiro também foram observados quando da sua indicação para a Vice-Presidência do Instituto Ruy Barbosa, uma sociedade civil de caráter técnico, pedagógico e cultural criada pelos Tribunais de Contas do Brasil para assessorá-los em assuntos de interesse nacional e internacional. Getúlio Nóbrega tomou posse em agosto de 2006, juntamente com o presidente reeleito, o conselheiro Salomão Ribas Júnior do Tribunal de Contas de Santa Catarina. O presidente salientou a importância da sua eleição para vice-presidente daquele Instituto, como um gesto de reconhecimento da capacidade do conselheiro e do apreço ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. Ele foi o primeiro norte-rio-grandense a assumir essa função.

No dia 05 de dezembro de 2006, o conselheiro Getúlio Nóbrega foi eleito presidente da Segunda Câmara, na chapa presidida pelo conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves. A posse da nova diretoria do TCE ocorreu no dia 29 de dezembro de 2006, em sessão extraordinária no plenário desta Corte de Contas. O mandato é de dois anos (2007/2008).

Do currículo do conselheiro Getúlio Nóbrega, constam muitos cur-

TCE50.indd 143 6/9/2011 12:13:45 PM

sos realizados no Brasil e no Exterior, destacando-se: Curso Básico de Planificação do Desenvolvimento Econômico e Especialização em Planificação Industrial, 1968, no Instituto Latinoamericano de Planificación Economica y Social da CEPAL-ONU, em Santiago-Chile; Aperfeiçoamento para professores de Micro-economia, Instituto de Pesquisas Econômica da Universidade de São Paulo, 1969; Administração para Desenvolvimento de Executivos (CEAD), promovido pela Eletrobrás/Fundação Getúlio Vargas, 1978, no Rio de Janeiro; Gerência Internacional, promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Instituto Mexicano de Comércio Exterior, 1980, na Cidade do México (México); Pós-Graduação em Planejamento e Financiamento do Desenvolvimento, 1984, no ISVE - Istituto di Studi per lo Sviluppo Econômico, em Napólis (Itália).

Destaca-se ainda sua participação nos seguintes seminários: O Controle das Finanças Públicas, em Berlim, Munique e Frankfurt, promovido pela ATRICON - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e pela DSE - Fundação Alemã para o Desenvolvimento, 1988; Formação para Liderança, promovido pelo programa dos Companheiros das Américas, 1999, em Washington D.C. (EUA).

Coordenou as comissões técnicas do XXII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em João Pessoa, em 2003; foi o relator da Tese "O Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, a Sociedade e o Meio Ambiente", durante o XXIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, Gramado/RS, em 2005. Presidiu uma das sessões como condutor-moderador do painel Processos de Fiscalização, durante o VI Simposium de Fiscalización, Auditoria y Control de la Gestión de Fondos Públicos, realizado na cidade de Mérida (Espanha), com participantes de Tribunais de Contas do Brasil, de diversos países das Américas e da Europa, em maio de 2006.

Representantes de Tribunais de Contas de diversos países dos continentes Europeu, Africano e Americano participaram, no mês de julho de 2007, nas Ilhas Canárias (Espanha), do II Encontro Internacional de Formação e Cooperação Técnica. O Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte foi representado pelo conselheiro Getúlio Alves da Nóbrega a convite do Tribunal de Contas da Administração Autônoma da Espanha e da Associação dos Tribunais de Contas espanhóis.

TCE50.indd 144 6/9/2011 12:13:45 PM

Conselheiro Tarcísio Costa
Presidente no biênio 2003/2004

Filho de Raimundo Silvino da Costa e Francisca dos Anjos Costa, nasceu Tarcísio Costa na cidade de São José do Seridó, no dia 25 de maio de 1949. Após seus primeiros estudos, deslocou-se para João Pessoa, onde se formou em Farmácia e Bioquímica na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, tendo feito posteriormente pós-graduação em Administração Universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Ao longo de sua vida funcional, exerceu diversos cargos na administração pública. Foi diretor do Centro Regional de Ensino superior do Seridó, de 1979 a 1987, vice-reitor da UFRN, presidente da COSERN, secretário chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado, e atualmente exerce o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, tendo sido nomeado no dia 09 de setembro de 1994.

Foi presidente da Primeira Câmara de Contas, em 1997, e da Segunda Câmara de Contas, em 2001. No biênio 2003-2004, foi eleito para Presidir a Corte de Contas.

Na sua gestão criou a Escola de Contas denominada de 'Escola de Contas Professor Severino Lopes', hoje referência no treinamento de pessoal, não só do Tribunal, mas como também dos órgãos estaduais e municipais.

Outro projeto de suma importância implantado na Administração de Tarcísio Costa foi o do 'TCE na Escola', com o objetivo de conscientizar os alunos das escolas públicas e privadas acerca da importância que tem

TCE50.indd 145 6/9/2011 12:13:45 PM

Tarcísio Costa

TCE50.indd 146 6/9/2011 12:13:45 PM

o Tribunal de Contas na sociedade, afastando a imagem de órgão exclusivamente julgador, para revelar a característica de um tribunal aberto ao permanente diálogo com a comunidade.

Tarcísio Costa reaparelhou o Tribunal, com destaque para a área de informática, além de ter criado setores especializados em áreas específicas, constituindo grupos de trabalhos técnicos voltados para as atividades pontuais da corte, a fim de que esta pudesse exercer a competência institucional que lhe foi outorgada pelas Constituições Federal e Estadual.

Como conseqüência dos avanços conquistados no biênio 2003-2004, o Tribunal adquiriu a área anexa ao seu edifício sede, já devidamente quitada e incorporada ao seu patrimônio, haja vista que, inevitavelmente, haverá demanda por novos espaços.

Por fim, foi na sua administração que teve início, neste estado, o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros - PROMOEX, que tem como objetivo principal a modernização dos TCE's do país, ajustando e atualizando suas estruturas técnicas, de tal modo que se tornem capazes de responder aos compromissos e responsabilidades institucionais que lhes foram delegados, com maior eficiência.

Tarcísio Costa concluiu sua gestão no dia 28 de dezembro de 2004, fazendo uma prestação de contas dos dois anos em que esteve à frente da Presidência do Tribunal de Contas do Estado, afirmando que "o verdadeiro papel do Tribunal deve ser, acima de tudo, o de constituir-se num instrumento indispensável à defesa da sociedade. Muito mais do que reprimir deve centrar suas ações no sentido de educar os administradores públicos, especialmente quanto à necessidade de jamais se afastarem do compromisso com os princípios orientadores da administração pública". Em sua profícua atuação no Tribunal de Contas do Estado, o conselheiro mencionado foi ainda corregedor (biênio 2005/2006), tendo assumido neste último ano a presidência da Primeira Câmara do TCE, na gestão do presidente Paulo Roberto Chaves Alves, para um mandato de dois anos (2007/2008).

TCE50.indd 147 6/9/2011 12:13:45 PM

Paulo Roberto Chaves

TCE50.indd 148 6/9/2011 12:13:46 PM

O Tribunal Pleno no biênio 2007/2008*

Conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves
Presidente

O conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, filho de Garibaldi Alves e Maria Vanice Chaves Alves, nasceu em Natal/RN, no dia 25 de outubro de 1955. Estudou nos colégios Instituto Brasil e Santo Antônio - Marista. Veio posteriormente a se graduar em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

A vida profissional de Paulo Roberto iniciou-se durante à epoca em que cursava a faculdade, quando começou a estagiar na Câmara dos Deputados. Posteriormente, teve uma passagem pela Gerência Comercial da Empresa Jornalística responsável pelo jornal "O Povo", em Fortaleza -CE.

Após a sua graduação, desempenhou ele diversos cargos, públicos e da iniciativa privada. Atuou na administração de um dos principais jornais do estado, a "Tribuna do Norte". Exerceu funções na VASP, quando esta era uma empresa estatal, chegando à posição de Assistente de Diretoria. Ocupou a Diretoria Financeira da TELERN, quando essa empresa também pertencia à Administração Pública Federal, havendo, em diversas oportunidades, exercido, por substituição, a Diretoria Administrativa e a própria

** O perfil dos conselheiros Alcimar Torquato de Almeida (decano da Corte de Contas), Tarcísio Costa (presidente da 1ª Câmara de Contas) e Getúlio Nóbrega (presidente da 2ª Câmara de Contas) estão incluídos na relação dos ex-presidentes do Tribunal de Contas, conforme capítulo sob o título "De Ministro a Conselheiro" - páginas de 150 a 200.*

TCE50.indd 149 6/9/2011 12:13:46 PM

presidência dessa instituição.

De 1991 até 1994, atuou como Assessor no Senado Federal no primeiro mandato do senador Garibaldi Filho. Em 1995, foi nomeado Secretário de Estado da Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETAS, tendo implantado vários projetos de relevância social. Após três anos, assumiu a função de secretário-chefe do Gabinete Civil, com a incumbência de representar o governo do estado, especialmente, no relacionamento com os outros Poderes e junto à sociedade civil e às comunidades. Finalmente, em 1999, foi designado para ser Secretário de Estado da Secretaria do governo.

Posteriormente à sua experiência no governo, Paulo Roberto iniciou sua carreira no Tribunal de Contas do Estado, tendo tomado posse no cargo de conselheiro no dia 9 de novembro de 2000. Em seu discurso inaugural, afirmou que "a satisfação de ocupar este cargo decorre basicamente da consciência que tenho da importância do papel constitucional que incumbe a este Tribunal como instituição responsável pelo controle externo da Administração Pública do Estado e dos Municípios do RN". No dia cinco do mês seguinte, já com a toga de conselheiro, foi nomeado presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado. Depois, no ano de 2002, assumiu a Presidência da Primeira Câmara do Tribunal e, no final do ano de 2004, precisamente no dia 12 de dezembro, foi empossado no cargo de vice-presidente do Tribunal de Contas, na gestão do conselheiro presidente Alcimar Torquato de Almeida.

Como conselheiro vice-presidente, Paulo Roberto foi relator das contas do estado referente ao ano 2004, bem como das contas dos Poderes Judiciário e Legislativo, além das do Ministério Público.

Foi eleito por unanimidade para presidir o Tribunal de Contas do Estado no biênio 2007/2008 no dia 5 de dezembro de 2006, tendo como vice-presidente o conselheiro Renato Costa Dias.

Em seu primeiro pronunciamento, após a eleição, o conselheiro Paulo Roberto disse que pretende priorizar ações que possibilitem uma maior agilização na tramitação dos processos. Ele espera conseguir isso por intermédio das ações do Programa de Modernização dos Tribunais de Contas (Promoex), executado com recursos do Banco Mundial em parceria com os governos federal e estadual.

Compareceram à solenidade autoridades, conselheiros e diretores do TCE, além de familiares do presidente empossado. O controlador geral do estado, Jorge Galvão, representou a governadora Wilma de Faria. Estavam

TCE50.indd 150 6/9/2011 12:13:46 PM

presentes também o presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Robinson Faria, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Amaury Moura Sobrinho, o senador Garibaldi Alves Filho, a senadora Rosalba Ciarlini, o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, o procurador geral de justiça do Ministério Público, José Alves da Silva, entre outras autoridades.

Ao Plenário lotado, o conselheiro Paulo Roberto disse que, no exercício da Presidência, não terá outro objetivo senão "a eficiência no desincumbir-se da Corte de Contas de suas atribuições constitucionais e legais. Todo apoio e toda a colaboração que se unam a tal propósito serão acolhidos com espírito público, partam de onde partirem. Todas as dificuldades ou empecilhos impostos a estes ideais serão repelidos, igualmente sem qualquer observação quanto à origem, por mais qualificada ou próxima que seja".

Afirmou ainda que às Cortes de Contas impõem-se outras funções maiores: "Têm como atribuições próprias e inalienáveis acompanhar a execução orçamentária e velar pela licitude das despesas, excelsa atribuição preventiva, para evitar o dano ao Erário, o prejuízo, quase sempre irreparável, não só ao patrimônio público, mas também à confiança dos administradores. Excelsa atribuição, sim, posto ser função positiva, afirmativa, que previne o delito, para que não ocorra, racionalizando assim o uso das verbas governamentais".

O presidente Paulo Roberto disse que é preciso ser afoito e chamar a atenção da sociedade para o fato de que "é desalentador verificar que a observância dos limites de gastos globais, que hoje atende pelo corriqueiro nome de responsabilidade fiscal, esconda, para a opinião pública, a realidade da manipulação indevida dos dinheiros públicos, especialmente nas pequenas comunidades municipais, à falta de uma efetiva consciência de fiscalização". Segundo ele, há uma verdadeira miopia na observação dos gastos públicos, buscando contenção no global, mas permitindo o desregramento no varejo, que se soma e se multiplica na mesma medida da impunidade".

Sabendo que, para enfrentar tais dificuldades, há a necessidade de algumas alterações na legislação federal e até algumas modificações de ordem constitucional, diz o presidente que "não podemos, porém, deixar de denunciar que a Lei de quase cinqüenta anos não pode disciplinar, de forma uniforme como faz, a fiscalização dos gastos públicos nos níveis federal, estadual e municipal. É inaceitável que o mesmo mecanismo legal que regula o controle da execução orçamentária e fiscalização financeira da União Federal, igualmente regule, sem qualquer adaptação ou ajuste, os gastos de

TCE50.indd 151 6/9/2011 12:13:46 PM

um pequeno estado, como o Rio Grande do Norte, ou de um município de dez mil habitantes de nosso interior. Até porque, ainda que não se possa desprezar a Lei Estadual nº 4.041/71, que institui o Código de Fiscalização Financeira e Orçamentária do Estado e dos Municípios, tal mandamento, em sentido macro, guarda simetria com a Lei Nacional nº 4.320/64".

Por fim, o presidente Paulo Roberto Chaves Alves disse que não esconde o orgulho de ter sido escolhido para a presidência do TCE. "Sou grato a Vossas Excelências, e esta gratidão, tenham certeza, irá expressar-se por dedicado serviço à Corte. Prudente, sem o acanhamento dos tímidos. Conciliador, sem recuo dos desleais. Altivo no cargo insigne e cordato no trato com as pessoas, especialmente com aqueles submetidos à jurisdição do Tribunal, tendo, para tanto, a inspiração do exemplo do conselheiro José Gobat Alves, a quem, no íntimo de meus sentimentos humanos, dedico a afeição da saudade, e a busca incessante do acerto, da correção e da dedicação à causa pública".

Dentre as metas, objetivos e linhas de ação pretendidas pelo conselheiro eleito destacam-se: a ampliação e adequação dos equipamentos às demandas do TCE; e a aquisição de softwares/sistemas para aperfeiçoamento dos processos de análise/SIAI. Encontram-se uns em fase de planejamento e outros de execução os seguintes projetos: curso de graduação tecnológica em Gestão Pública para servidores de nível médio, a ser realizado com recursos do Promoex; Especialização (pós-graduação) em Auditoria Governamental (para servidores do TCE); ciclo mensal de palestras abordando temas como: Fundeb, parcerias público-privadas, controle interno, fluxo processual em outros tribunais de contas, sistema de previdência do estado, direito financeiro e controle externo, e sistema de arrecadação do estado do Rio Grande do Norte.

Representando os seus pares, o conselheiro Valério Mesquita destacou, ao discursar, as qualidades do presidente eleito, sua educação, simplicidade e comedimento. Chamou a atenção para sua postura e conduta que sugerem paz, entendimento, desarmamento, equilíbrio e pacificado espírito público. "Embora figurando entre os mais jovens, a experiência adquirida no exercício de tais cargos fundamenta, em nós outros, não apenas a natural expectativa, mas absoluta certeza de que não faltarão ao conselheiro Paulo Roberto a maturidade e a competência indispensáveis ao dirigente maior de uma instituição do porte e importância do Tribunal de Contas. E, se tanto não bastasse, poder-se-iam acrescentar: sua conhecida dedicação e reconhecida seriedade, características com as quais tem pautado, ao longo

TCE50.indd 152 6/9/2011 12:13:46 PM

dos anos, a sua conduta e atuação como membro desta Corte".

O procurador geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, Carlos Roberto Galvão, em breve discurso, destacou as qualidades do eleito e acrescentou: "Tenho plena convicção, senhor presidente, que a luta do conselheiro Paulo Roberto, nesse mandato que ora se inicia, é imprescindível para a vida deste Tribunal, que ficará marcado pelos sinais indeléveis da moralidade e da eficiência".

Diante da proximidade do Cinquentenário da Casa, o conselheiro presidente Paulo Roberto ressaltou a importância do Tribunal para os norte-rio-grandenses, assinalando que: "Os 50 anos do Tribunal de Contas são um marco na história do Rio Grande do Norte. É uma instituição que presta relevantes serviços à sociedade e que tem avançado muito desde a sua constituição, principalmente em termos de recursos humanos e de tecnologia, o que otimiza a apreciação e o julgamento das contas públicas, missão para cujo cumprimento dispõe de uma adequada estrutura e um quadro de técnicos qualificados".

O conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves assume a Presidência do TCE-RN sob as vistas do irmão, senador Garibaldi Alves Filho.

TCE50.indd 153 6/9/2011 12:13:47 PM

Renato Costa Dias

TCE50.indd 154 6/9/2011 12:13:47 PM

Conselheiro Renato Costa Dias
Vice-Presidente

Renato Costa Dias, filho de Adjuto Dias de Araújo e Cleonice Costa Dias, nasceu no dia 14 de fevereiro de 1961. Casado com Geraldine Marinho de Melo Costa, é engenheiro por formação, tendo se graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, turma de 1985.

Durante os tempos de faculdade exerceu a função de Assessor Legislativo da Assembléia Legislativo do Estado. Após concluir o ensino superior, foi nomeado Secretário Municipal de Ação Social da cidade de Caicó. Em 1995, foi Secretário Adjunto do governo do estado e, finalmente em 1999, foi designado novamente para ser Secretário Legislativo da Assembléia Legislativa.

No ano de 1991, concluiu o curso de Especialização em Marketing Político na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo-SP. E continuou a sua vida acadêmica, agora ingressando no curso de Direito, que veio a concluir em abril de 2004 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em dezembro de 2000, Renato Dias iniciara a sua carreira no Tribunal de Contas do Estado tornando-se, naquela época, o conselheiro mais jovem do país, com apenas 39 anos. No seu discurso de posse, destacou o seu papel e o dos seus pares, afirmando que "ser conselheiro do TCE é, hoje, um dos maiores e mais intensos desafios a que pode ser submetido

TCE50.indd 155 6/9/2011 12:13:48 PM

um homem. A sociedade que está aí, consciente dos seus direitos e deveres, organizada nos seus mais diversos instrumentos de luta, dificilmente nos concede um outro destino que não seja o de ser testado a toda hora diante de todos os fatos e circunstâncias".

Complementou ainda dizendo que "a luta em favor de uma nova e rigorosa legislação fiscal não foi apenas para resguardar o dinheiro público do perigo das ambições humanas no plano das administrações municipais, estaduais e federais. O basta de uma sociedade que não suporta mais os escândalos desrespeitosos". E encerrou o discurso falando aos magistrados que "a sociedade impõe o dever do equilíbrio e do bom senso, porque julgar com justiça é um atributo próprio dos homens de bem. A sociedade não pode ser dividida em fortes e fracos, sob pena de perder a maior de suas conquistas que é o regime democrático, único dos direitos fundamentais do homem no seu destino de ser livre e, livremente, manifestar-se".

Em 2001, assumiu o cargo de corregedor do Tribunal, competindo-lhe o exercício de vigilância sobre os servidores do TCE, quanto ao desempenho profissional. Renato Dias implantou um estilo próprio no órgão para o qual foi eleito. Durante a sua atuação na corregedoria, o conselheiro fez uma articulação com o seu colega do Rio Grande do Sul, Victor Faccioni, no sentido de criar um colegiado de corregedores em nível nacional, promovendo um maior entrosamento e troca de experiências, definindo ações e procedimentos nacionais.

"Minha idéia era plantar uma semente e fazer com que ela crescesse. Queríamos que a corregedoria funcionasse e que cumprisse, no mínimo, o que estava previsto em Lei", relatou o corregedor, lembrando que adotou normas claras para todos os procedimentos, tais como a vistoria e inspeção, evitando divergências e tornando o processo mais dinâmico. "Queríamos tornar o julgamento mais próximo do ato que foi realizado", disse, lembrando que a corregedoria contou com total apoio da presidência.

Foi designado em novembro de 2003, o primeiro Chanceler da "Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz", homenagem concedida pelo TCE-RN a personalidades do estado. E foi presidente da Segunda Câmara de Contas do TCE.

No dia 29 de dezembro de 2006, tomou posse o novo presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, em sessão extraordinária do plenário do TCE. O conselheiro Renato Dias integra a chapa eleita, como vice-presidente. A eleição ocorreu no dia 05 de dezembro de 2006,

TCE50.indd 156 6/9/2011 12:13:48 PM

e o mandato é de dois anos (2007/2008).

Fazendo questão de assinalar o quanto foi enriquecedora a experiência de presidir a Segunda Câmara de Contas, Renato Dias lembra que esta atua fiscalizando os Órgãos integrantes da administração indireta do estado, que são as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, para tanto contando com a Diretoria de Controle Externo de Administração Indireta como órgão de instrução. O corpo técnico desta diretoria é responsável pela requisição dos processos de despesa publica, sua competente analise e, por fim, emissão de posicionamento acerca da correta formalização da despesa, fase em que o processo é encaminhado ao conselheiro relator, integrante da Segunda Câmara, ao qual compete reger a instrução processual.

Ao se deparar com possíveis irregularidades, cabe à Segunda Câmara aplicar as sanções previstas na Lei Orgânica do Tribunal, dentre as quais podem ser citadas, a título de exemplificação, a aplicação de multa, a imposição de restituição dos valores porventura desviados e, até mesmo, a declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública.

Em sua nova missão como vice-presidente do TCE-RN, Renato Dias diz estar cônscio de sua responsabilidade funcional, perante toda a sociedade norte-rio-grandense, no sentido de zelar com bastante dedicação pelo controle externo dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual e municipal. "E, neste sentido, tenho plena convicção que tem sido cumprido o papel social que lhe compete".

TCE50.indd 157 6/9/2011 12:13:48 PM

Valério Mesquita

TCE50.indd 158 6/9/2011 12:13:48 PM

Conselheiro Valério Alfredo Mesquita
Corregedor Geral

Valério Alfredo Mesquita nasceu na cidade de Macaíba. É filho de Nair de Andrade Mesquita e Alfredo Mesquita Filho. Este, falecido em 1969, aos 68 anos de idade, foi Intendente e deputado estadual por três legislaturas e prefeito da mesma cidade, eleito igualmente por três vezes. Dona Nair sempre acompanhou a vida política do marido, desenvolvendo ações de filantropia e, em 1959, foi eleita deputada estadual.

A herança política e, principalmente, cultural, fez de Valério Mesquita grande incentivador da cultura potiguar, bastando ver que a residência onde seus pais viveram está hoje transformada na Casa de Cultura de Macaíba, com a denominação de Nair Mesquita. Valério Mesquita foi presidente da Fundação José Augusto, é membro efetivo da União Brasileira de Escritores (UBE), secção do estado do Rio Grande do Norte. Integrou o Conselho Estadual de Cultura por quatro mandatos. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e à Academia Norte-rio-grandense de Letras, cadeira 21.

Bacharel em Direito, ele foi prefeito da sua cidade, localizada na região metropolitana de Natal, de 1973 a 1975, e ultrapassou o número de Legislaturas do próprio pai e líder, tendo sido deputado estadual por quatro vezes (de 1987 a 2001).

Estudou no Colégio Marista de Natal e no Atheneu Norte-rio-grandense. Cursou a antiga Faculdade de Direito da UFRN localizada no

TCE50.indd 159 6/9/2011 12:13:49 PM

bairro da Ribeira, onde escrevia junto com colegas jornais sobre política, "por isso algumas vezes fomos ao Quartel General explicar o teor de determinados artigos". Era o tempo do governo militar, mas, mesmo assim, para Valério "foi um período que valeu um currículo". Lançou nessa época seu primeiro livro, intitulado *O tempo e sua dimensão*.

Advogado, em 1968 foi trabalhar no escritório do Dr. João Câncio Leite de Melo e com seu primo José Mesquita Filho. A política chegou mais forte em sua vida quando do falecimento de seu pai no ano seguinte. "Os amigos de meu pai me incentivaram a entrar na política". E, assim, foram mais de 32 anos comandando o processo político de Macaíba.

Durante 15 anos como parlamentar, apresentou e desenvolveu muitos projetos. Inseriu na Constituição de 1989 artigos valorizando a área cultural, a polícia militar, o corpo de bombeiros, o tombamento e restauração de prédios históricos, como é o caso do Solar do Ferreiro Torto de sua cidade. "Continuo na luta para ver restaurado o Casarão dos Guarapes, um empório comercial e importante centro da economia do estado do século XIX", afirma Valério. Outros monumentos restaurados à época em que esteve na FJA foram: o centro cultural de Mossoró, o mercado público de Ceará Mirim, as capelas de Nossa Senhora das Candeias, do Engenho Cunhaú (Canguaretama) e de Vila Flor, a passarela do Forte dos Reis Magos, a Igreja de Santo Antônio, em Natal, o prédio do antigo Quartel General (Memorial Câmara Cascudo), entre outros. Em se tratando de restauração física de monumentos, chegou a quinze prédios históricos em diversas partes do Rio Grande do Norte.

Quando de sua gestão à frente do órgão cultural do estado, realizou o inventário dos bens culturais e imóveis do RN, além do maior plano de editoração de autores potiguares, com 250 edições. Também realizou projetos de restauração da capela de São José e de Soledade (Macaíba), da capela de Utinga e da Matriz de São Gonçalo do Amarante. Em toda a luta de restauração empreendida faz questão de destacar "a participação do arquiteto Paulo Heider Forte Feijó, da FJA". Foi por causa de sua dedicação às artes que Valério ficou conhecido como o "Deputado da cultura".

Valério Mesquita trabalhou em prol de sua terra pensando, também, em projetos voltados para a saúde e a educação, com a edificação do hospital Alfredo Mesquita, além de conjuntos habitacionais e estradas interligando o município de Macaíba a várias cidades circunvizinhas. E é também seu o projeto de aproveitamento do imóvel em que passou a funcionar a

TCE50.indd 160 6/9/2011 12:13:49 PM

Casa de Cultura desta cidade, já inaugurada. Encaminhou o projeto de implantação do Largo Vicente Lemos, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. "Consegui ainda encartar na Constituição do RN em 1989, por sugestão do saudoso escritor Veríssimo de Melo, um artigo com recomendação explícita quanto ao estudo da literatura potiguar, do folclore e de artes plásticas no ensino médio". Foi ainda o relator, na Assembléia Legislativa, do projeto de implantação do Centro Industrial Avançado em sua cidade.

Tem o conselheiro Valério Mesquita 13 obras publicadas: *O tempo e sua dimensão* (1968), *Macaíba de seu Mesquita* (1981), *Pisa na Fulô* (1996), *A política e suas circunstâncias* (1998), *Perfis e outros temas* (1998), *Poucas e boas* (1999), *Causos* (2001), *Notas de Ofício* (2001), *Os frutos do tempo* (2001), *Trilogia do cotidiano* (2003), *Memórias provincianas* (2004) e *Inquietudes* (2004).

"Considero-me um cronista e um memorialista na acepção da palavra", diz ele. E se justifica: " Não me considero um escritor profissional, que escreve romances ou longos ensaios". Valério Mesquita, quase que diariamente, publica dois ou três artigos em jornais de Natal. Possui coluna cativa no jornal da sua terra A Folha de Macaíba, há 10 anos. Além disso, há os textos que não são publicados em jornais da cidade e sim no seu site www.valeriomesquita.ubbihp.com.br, onde também se encontram seus livros.

Valério Mesquita foi eleito no dia 17 de março de 1998 membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, passando a ocupar, dois anos depois, a cadeira 21 (cujo patrono é Antônio Marinho e teve como primeiro ocupante o jurista Floriano Cavalcante). Agradecendo sua escolha, mencionou a distinção por ocasião da sua posse: "A láurea que hoje recebo de estar nesta Casa, nesta Academia, à qual cheguei sem alarde, embora sentindo a emoção de como quem entra pela primeira vez em uma grande catedral, mas com a plena convicção de que farei o que for possível por ela e por merecê-la".

Luís da Câmara Cascudo, sua maior influência, o apelidou de "pisa na fulô", fazendo bem humorada e dupla alusão ao livro que publicou com este título e a uma canção popular que se cantava muito em Macaíba durante os embates políticos. De Câmara Cascudo ele reeditou seis livros que já estavam esgotados na época. Outros intelectuais também o influenciaram como Mário Moacir Porto, Alvamar Furtado e Américo de Oliveira Costa, seus professores na Faculdade de Direito. Os poetas Diógenes da Cunha Lima, Gilberto Avelino, Luís Carlos Guimarães e Sanderson Negreiros.

Em suas atividades parlamentares Valério Mesquita exerceu inúme-

TCE50.indd 161 6/9/2011 12:13:49 PM

ras funções: vice-presidente da Assembléia; presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação por três legislaturas; presidente da Comissão de Administração Pública e Trabalho; presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social; exerceu a liderança do Partido Liberal e do PPB; ocupou a Presidência da Comissão de Sistematização da Constituinte Estadual de 1989 e a da Elaboração do Regimento Interno; além de haver sido Deputado Constituinte em 1989.

Ao Tribunal de Contas do Estado chegou no ano de 2001, sendo atualmente o seu corregedor-geral.

Quando da sua indicação obteve o apoio unânime dos seus pares na Assembléia Legislativa. Valério Mesquita considera o cargo que ocupa uma experiência nova, diferente de tudo o que fez, e procura exercê-lo em sua plenitude. Ainda no TCE-RN ele ocupou a presidência da 2ª Câmara de Contas - que fiscaliza os órgãos da administração indireta do estado - e também presidiu a 1ª Câmara, responsável pela fiscalização dos 167 municípios potiguares.

TCE50.indd 162 6/9/2011 12:13:49 PM

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
Conselheira

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa nasceu no dia 22 de março de 1949, no Engenho Mipibu, em São José de Mipibu-RN. Filha de Jaime de Araújo Sales e Maria das Mercês de Arruda Sales, casou-se com Demócrito de Sousa, natural da cidade de Alexandria.

Maria Adélia é bacharela em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo concluído o curso em 1980. Ao longo de sua vida profissional, exerceu vários cargos públicos, entre os quais se destacam: coordenadora geral do Gabinete Civil do Governo do Estado; diretora administrativa e diretora presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário - CIDA/RN; diretora administrativa e Financeira da Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN - EMPARN.

Após ter exercido esses cargos, precisamente em 29 de março de 1983, foi nomeada pelo então governador Lavoisier Maia Sobrinho, para o cargo efetivo de auditora do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Nessa condição, exerceu por diversas vezes, em caráter de substituição legal, as funções de conselheiro da mesma instituição, permanecendo no referido cargo de auditora até 25 de dezembro de 2006.

Em 26 de dezembro do mesmo ano, mediante critério de escolha em lista tríplice, foi nomeada para o cargo de Conselheira do TCE, passando a ocupar a vaga constitucionalmente reservada a membro do quadro de auditores.

TCE50.indd 163 6/9/2011 12:13:49 PM

Maria Adélia

TCE50.indd 164 6/9/2011 12:13:49 PM

Nomeada pela governadora do estado, Wilma Maria de Faria, a Conselheira Maria Adélia tornou-se a segunda mulher a ter assento na Corte de Contas, desde a sua criação, há 50 anos.

Sua vida é, hoje, inteiramente voltada à missão institucional do órgão de controle externo a que pertence. Entende que os Tribunais de Contas são instituições indispensáveis ao controle e ao aperfeiçoamento da administração pública no país. Ressalta ainda que, em sua atuação como órgãos fiscalizadores, impõe-se-lhes exercer, em caráter preventivo, uma ação orientadora aos gestores públicos.

Na oportunidade em que se comemoram os 50 anos de criação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, sua convicção é no sentido de "que ele dará continuidade ao cumprimento das finalidades institucionais de auxiliar o Poder Legislativo no exercício do controle das despesas e receitas públicas. Como Conselheira tudo farei nesse sentido. Como mulher e cidadã, desejo que assim ocorra".

TCE50.indd 165 6/9/2011 12:13:50 PM

Carlos Roberto Galvão Barros

TCE50.indd 166 6/9/2011 12:13:50 PM

Ministério Público junto ao TCE

Carlos Roberto Galvão Barros
(Procurador Geral do Ministério Público Especial)

A Constituição de 1988 atribuiu ao Tribunal de Contas da União uma série de competências, que devem ser exercidas de forma autônoma, desvinculada e independente dos demais Poderes. Pelo princípio da simetria, quase tudo que se referir à Corte de Contas da União vale também para os Tribunais de Contas Estaduais.

A competência primeira é a de apreciar, mediante parecer prévio, as contas do presidente da República (art. 71, I, da CF). É imprescindível que o Tribunal de Contas emita um parecer conclusivo sobre as contas. Tal parecer, entretanto, em se tratando de presidente da República, não é vinculante, embora seja um valioso subsídio, posto que é o Congresso Nacional quem julga as contas do Chefe do Executivo Federal (art. 49, IX).

O Tribunal de Contas também tem a incumbência de "julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta (...)" (art. 71, II, da CF). O alcance deste inciso é vasto de forma a alcançar todos os que detenham, de alguma forma, dinheiro público. Porém, não se trata especificamente de um julgamento porquanto as decisões dessas Cortes não fazem coisa julgada e podem sempre ser revistas pelo Poder Judiciário. O julgamento - apesar de vincular a Administração Pública, que deve obediência às decisões dos Tribunais de Contas enquanto estas não sejam revistas pelo Judiciário - é apenas administrativo.

TCE50.indd 167 6/9/2011 12:13:51 PM

Já o artigo 71, III, da CF confere aos Tribunais de Contas a competência para apreciar toda e qualquer admissão ao serviço público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão. Nesta apreciação, o Tribunal verificará, por exemplo, se houve o Concurso Público ou se este preencheu os requisitos estabelecidos em lei.

Aliás, tem sido comum nos diversos estados da federação, a contratação de servidores pelas Prefeituras do interior sem Concurso Público, o que enseja a aplicação de multa ao gestor faltoso, a determinação ao Município para que o servidor seja afastado do cargo, bem como a ciência dessa contratação ilegal ao Ministério Público Estadual para apurar este grave ato de improbidade administrativa.

O inciso IV do artigo 71 confere ao Tribunal a incumbência de realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em qualquer órgão ou entidade administrativa da Administração Direta ou Indireta. Essas inspeções e auditorias não se atêm apenas ao aspecto legal da despesa; verifica também a legitimidade e a economicidade dos atos e contratos da Administração. Assim, por exemplo, se o gestor efetua um gasto que não está conforme o valor de mercado e, ao ser constatado este fato em auditoria, poderá o Tribunal determinar que o administrador devolva a quantia excedente.

Poderá ainda o Tribunal de Contas de União fiscalizar a "aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estado, ao Distrito Federal ou a Município" (Art. 71, VI, da CF). Verifica-se, portanto, se as verbas federais, repassadas aos estados ou municípios, estão sendo bem aplicadas, posto que, caso contrário, o gestor faltoso poderá ser multado e ainda devolver as verbas glosadas. Em se tratando de verbas estaduais, ou seja, aquelas que se destinam aos estados e municípios por determinação constitucional ou legal, esta incumbência é dos Tribunais de Contas Estatais ou dos Tribunais ou Conselhos de Contas dos Municípios, onde houver.

Pode ainda o Tribunal "aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário" (art. 71, VIII, da CF). É neste inciso que existe sérias controvérsias. De quem é a competência para executar as decisões que, por exemplo, impõem multa aos administradores faltosos?

Pela posição do Supremo Tribunal Federal, os Tribunais de Contas

TCE50.indd 168 6/9/2011 12:13:51 PM

não possuem legitimidade para executar seus julgados. É o que ficou exposto no julgamento do RE 223.037/SE, que declarou a inconstitucionalidade do inciso XI do artigo 68 da Constituição do Estado de Sergipe, que atribuía à Corte de Contas Estadual a competência para executar suas decisões.

Entendem o STF e alguns doutrinadores que a competência para executar as decisões dos Tribunais de Contas é do erário-credor por meio de seus órgãos de defesa jurídica. Assim, se as multas forem impostas pelo TCU, a competência para executar será da Advocacia-Geral da União; se forem impostas pelo TCE, sendo recursos estaduais, pelas respectivas procuradorias estatais (CPC, 12, I) e, sendo recursos municipais, pelas procuradorias municipais ou prefeituras (CPC, 12, II).

Verifica-se, pois, o eminente equívoco da decisão do STF - principalmente quando se sabe que os Advogados da União e os Procuradores não têm autonomia funcional sendo, portanto, vinculados às ordens superiores dos Chefes do Executivo, o que faz com que diversas decisões que impõem multa não sejam cumpridas por razões políticas. É que o dispositivo constitucional é bastante claro ao dizer que compete ao Tribunal de Contas aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, não podendo ensejar, pois uma outra interpretação.

Poderá, ainda, o Tribunal de Contas "sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal" (Art. 71, X, da CF). Como bem assevera REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA e ESTEVÃO HORVATH "Dependendo da gravidade do procedimento antijurídico do inspecionado, poderá o Tribunal dar prazo para que sejam cumpridas as falhas administrativas ou, então, sustar, desde logo, a execução do ato. Em tal caso, deve comunicar a solução às duas casas*".

E, por fim, cabe ao Tribunal "representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados" (art. 71, XI, da CF). Este inciso impõe um dever ao Tribunal de representar aos Poderes competentes as irregularidades. No Tribunal de Contas de Sergipe, por exemplo, dá-se ciência ao Ministério Público Estadual das decisões onde se verifica a ocorrência em tese de crimes ou de atos de improbidade administrativa.

** OLIVEIRA, Regis Fernandes; HORVATH, Estevão. Manual de Direito Financeiro. 5ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. P. 147.*

TCE50.indd 169 6/9/2011 12:13:51 PM

A atuação do Ministério Público ❖❖❖

Junto aos Tribunais de Contas atua um órgão cuja função é, precipuamente, defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Este órgão, por expressa previsão constitucional, é o Ministério Público que é comumente chamado de Ministério Público Especial.

Encontramos a presença do defensor da ordem jurídica operando junto às Cortes de Contas desde a sua criação. O TCU foi criado pelo Decreto 966 - A, de 07-11-1890, e, após ter sua estrutura orgânica definida pelo Decreto 1.166, de 17-10-1892, foi instalado em 17-01-1893, já com a presença do representante do Ministério Público.

Nas Constituições republicanas, constatamos que a primeira menção ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas surge no âmbito da Emenda 1/69. Na verdade, trata-se de uma referência "indireta", ao estipular que a realização de auditorias financeiras e orçamentárias se daria "de ofício ou mediante provocação do Ministério Público" (art. 72, § 5º).

Entretanto, não é de se estranhar o fato, haja vista que, como no dizer do ministro do STF Carlos Ayres Britto (ex-procurador do MP junto ao TCE/Sergipe), ao próprio Ministério Público tradicional, até então, era reservado tratamento "menos obsequioso" (na EC 1/69 o MP se encontrava regulado na Seção VII do Capítulo VII - Do Poder Executivo).

Foi com a Lei Fundamental de 1988 que se consolidou um conjunto de formidáveis avanços em prol do fortalecimento institucional do Ministério Público, ao qual foi atribuída "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", assegurando-se-lhe autonomia funcional e administrativa.

Foi nesta Constituição que o MP junto aos Tribunais de Contas foi expressamente contemplado no artigo 130.

Ao Ministério Público junto ao TCE se aplicam os princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional, competindo-lhe exercer a função de "fiscal da lei", promovendo a defesa da ordem jurídica.

Em todos os processos relativos à atuação do controle externo há a manifestação obrigatória do representante do MP, que também comparece a todas as sessões do Tribunal, seja do Plenário ou das suas Câmaras. A ausência do membro ministerial das sessões das Cortes de Contas é causa de nulidade absoluta destas.

Outrossim, deve o representante do Ministério Público Especial opinar

TCE50.indd 170 6/9/2011 12:13:51 PM

livremente em todos os processos relativos à função fiscalizadora do TCE, sob pena também de nulidade absoluta caso não haja a sua manifestação. Destes processos, pode interpor recursos das decisões prolatadas pela Corte.

Cabe ainda ao Procurador Especial representar a outros órgãos acerca de atos irregulares cuja apuração/responsabilização seja da sua respectiva competência.

Igualmente se insere nas competências do Procurador de Contas a proposição de inspeções especiais e extraordinárias e de tomadas de contas especiais, levando ainda ao conhecimento da administração da Casa fatos ou atos ilegais de que tenha conhecimento em virtude do cargo.

Destaca-se, também, como mais uma de suas importantes atribuições a missão de verificar o cumprimento das decisões dos Tribunais de Contas, acompanhando a execução das multas impostas pelas cortes.

Por último, é dever principal do membro do Ministério Público Especial zelar pelos princípios constitucionais administrativos, tais como o da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade e, principalmente, da eficiência. Assim, em suas funções atribuídas constitucionalmente, deve o Procurador de Contas procurar pautar suas ações de acordo com este norte, tanto no âmbito externo quanto no interno, evitando, sempre que possível, o acúmulo de processos em seus gabinetes e procurando imprimir celeridade processual, posto que atualmente o princípio da razoável duração do processo ganhou status de direito fundamental de todos os cidadãos (art. 5º, LXXVIII, da CF).

De todo o exposto, pode-se concluir, sem necessidade de maiores digressões, que o Ministério Público Especial é imprescindível para o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

Mormente com a Constituição de 1988, o parquet especial passou a ter amplas e importantes atribuições para o controle da Administração Pública, contribuindo assim para a independência e harmonia das instituições democráticas.

TCE50.indd 171 6/9/2011 12:13:51 PM

Cláudio Emerciano

TCE50.indd 172 6/9/2011 12:13:51 PM

Cláudio José Freire Emerenciano
Auditor

Nascido no dia 10 de novembro de 1944 na Cidade do Natal, Cláudio José Freire Emerenciano é filho de José Batista Emerenciano e Jurandi Freire Emerenciano, sendo o mais velho entre os cinco irmãos. É casado com Maria das Graças Alves Emerenciano. Cláudio Emerenciano, como é mais conhecido, tem duas graduações: Jornalismo, pela Faculdade Eloy de Souza, da Fundação José Augusto, em 1967, e Direito pela UFRN, em 1968. É mestre pelo Instituto de Ciência Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, título obtido em 1970.

Iniciou-se no magistério aos 16 anos na rede municipal de Natal. Posteriormente, lecionou na rede estadual e ingressou no magistério superior, por concurso, na UFRN, em 1971, e nas Faculdades de Jornalismo Eloy de Souza e de Sociologia e Política, então integradas à Fundação José Augusto.

Na carreira universitária, foi diretor da Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza (1973-1975), Pró-Reitor de Extensão Universitária (1975-1979), período durante o qual exerceu, cumulativamente, as funções de Assessor Especial do Ministro da Educação e Cultura, senador Ney Braga.

Sua infância foi compartilhada com sua família e seus primeiros amigos, entre os quais se destacam Ivoncisio Medeiros e Lúcio Cavalcante. Recebeu influência moral e espiritual dos seus pais e do seu padrinho, o médico José Ivo Cavalcante (na época, uns dos líderes católicos do estado).

TCE50.indd 173 6/9/2011 12:13:52 PM

Alfabetizou-se aos seis anos de idade, o que lhe permitiu, por influência do pai, tornar-se, desde a infância, um leitor compulsivo. Com menos de sete anos de idade, lia os jornais da cidade, tinha interesse pela vida política e lia tudo o que estivesse ao seu alcance. Era época de ouro das revistas em quadrinhos, através das quais leu todos os romances chamados da juventude, de autores brasileiros e estrangeiros. Seu mundo mágico de infância foi inspirado pela leitura de autores como Monteiro Lobato, Hans Christian Andersen, Mark Twain, Charles Dickens, Jonathan Swift e Alexandre Dumas.

A sua primeira infância ocorreu no Tirol. Mais precisamente na Avenida Jundiaí e no último quarteirão próximo à Avenida Hermes da Fonseca. Naquela época, o bairro era um verdadeiro pomar. Árvores, altas e frondosas, encobriam com suas sombras as ruas e avenidas. O clima da cidade era ameno, agradável. Pela manhã, logo cedo, invariavelmente, em qualquer estação do ano, uma discreta névoa encobria quase toda a cidade. Os carros eram poucos em relação à população. Ainda havia bondes circulando nos diversos pontos da cidade até o ano de 1954.

Uma influência permanente na sua vida foi (e é) a fé cristã. Sua mãe lhe ensinou os mandamentos básicos do cristianismo. Desse modo, aos oito anos de idade, era "coroinha" na Igreja de Santa Terezinha, coadjuvando as missas em Latim. Nesses tempos, conheceu e chegou a conviver com Dom Heitor de Araújo Sales (que lhe ministrou a primeira comunhão), Dom Nivaldo Monte, Dom Antônio Costa e Cônego Luiz Wanderley.

Seus pais freqüentavam diariamente os cinemas da cidade. Daí se explica também se ter tornado um cinéfilo e estudioso do cinema. Seu pai lhe contava os enredos dos filmes e, a partir, dos oito anos passou também a freqüentar assiduamente os cinemas, observadas as limitações impostas pela censura. Hoje possui um acervo de mais de dois mil filmes, que compreende as grandes obras dos cinemas no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, no período de 1930 a 1970, abrangendo todos os gêneros. Sua biblioteca compreende mais de cinco mil títulos, predominando literatura nacional e estrangeira, memorialismo, história, ciência política e religião.

Depois de sua alfabetização, ingressou no Externato São Luiz, dirigido pelo saudoso Monsenhor Eymard Monteiro. No terceiro ano primário, se transferiu para o Colégio Santo Antônio (Marista) onde estudou durante oito anos, até o segundo ano colegial, que corresponde hoje ao segundo ano do segundo grau. Concluiu seus estudos secundários no Atheneu Norte-rio-grandense em Natal. Fez vestibular e obteve uma das primeiras

TCE50.indd 174 6/9/2011 12:13:52 PM

colocações de Direito (UFRN) e na Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza. Há uma circunstância incomum: teve como colega, desde o terceiro ano primário no Colégio Marista (1954) até o quinto ano da Faculdade de Direito (1968), o amigo Valério Mesquita, que, coincidentemente, é hoje seu colega no Tribunal de Contas e o sucedeu como presidente da Fundação José Augusto em 1980.

Exerceu em sua vida administrativa os seguintes cargos: oficial de gabinete do governador Aluízio Alves (1963-1966); Subchefe da Casa Civil no governo do Monsenhor Walfredo Gurgel (1966-1968); membro do Conselho Estadual de Educação (1971-1975); membro e presidente do Conselho Estadual de Cultura (1987-1999); Chefe da Casa Civil da Prefeitura Municipal de Natal (administração de Garibaldi Alves Filho, em 1986/1987); Secretário de Planejamento de Natal (administração de Garibaldi Alves Filho entre julho de 1987 a agosto de 1988); membro suplente do extinto Conselho Federal de Educação (1976-1978).

Cláudio Emerenciano foi nomeado para o cargo de auditor do Tribunal de Contas do Estado em agosto de 1988 pelo governador Geraldo Melo, tomando posse em 3 de setembro do mesmo ano. Aposentou-se como Professor Adjunto 4 da UFRN em 1992. Publicou os seguintes livros: *Cascudo: da província ao infinito*, *A rendição do tempo* (crônicas), *Sistemas políticos da conjuntura* (tema de política internacional) e *Desafio do mundo presente* (tema da atualidade).

Foi eleito, por unanimidade, em 29 de agosto de 2002 para ocupar a Cadeira de n° 1 da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, cujo patrono é o Padre Miguelinho (Mártir da luta pela independência do Brasil) sendo o seu antecessor o ex-governador Sílvio Piza Pedrosa.

Proferiu no Plenário do Tribunal de Contas vários pronunciamentos sobre a importância, o papel e a magnitude dos TC's no Brasil e no mundo. Entende que as Cortes de Contas são instituições indispensáveis ao aprimoramento da vida político-administrativa do Brasil e dos países que as adotaram a partir do modelo original concebido na França por Napoleão Bonaparte. Também entende que o maior desafio das mesmas instituições reside em harmonizar a eficácia de suas decisões com as exigências de um tempo marcado por bruscas e incontroláveis transformações.

Emerenciano publica todos os domingos no jornal Tribuna do Norte (em que foi editorialista na década de 1970, tendo por algum tempo, exercido as funções de editor) uma crônica. Ainda na mesma década participou

TCE50.indd 175 6/9/2011 12:13:52 PM

da mobilização da Igreja Católica no movimento chamado "Educação política", que teve no Rio Grande do Norte como orientadores: Dom Nivaldo Monte, Dom Antônio Costa, Monsenhor Expedito Medeiros, Padre Pio Hensgens, e o então padre Otto Santana.

Sua vida é partilhada com sua família e seus amigos. Seu tempo é dividido entre o Tribunal de Contas, suas leituras, o cinema, seus escritos e seus sonhos sempre renovados.

Na visão do conselheiro Cláudio Emerenciano o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos seus 50 anos de existência, é responsável pela sedimentação de uma cultura político-administrativa que, em diversos campos de atuação do poder público, em nível estadual e municipal, gerou procedimentos de lisura e honestidade na gestão da coisa pública. Entretanto, seus novos desafios apontam para um aperfeiçoamento interno e externo. A exemplo de outras instituições públicas no Brasil, seu maior desafio reside em adotar um modelo capaz de tornar eficazes e instantâneas suas decisões, suas diretrizes e sua atuação no âmbito de sua responsabilidade constitucional.

TCE50.indd 176 6/9/2011 12:13:52 PM

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Auditor

O auditor Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro nasceu na cidade do Recife-PE, no dia 14 de março de 1959. É filho de José Borges Montenegro e Neyde de Moraes Rêgo Montenegro. É Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), concluinte de 1985, e em Ciência da Administração pela Universidade Potiguar (UnP) no ano de 2000.

É casado, desde 1985, com Lúcia de Fátima Lima Montenegro, bacharelada em Ciência da Administração.

Feitos os primeiros estudos, Marco Antônio Montenegro foi estudar no Ginásio São Luiz, onde o diretor Padre Eymard Monteiro transmitia boa educação, respeito e uma disciplina incomum, junto com seu quadro docente em que se destacavam, entre outros, professores como Trajano (Português); Lúcio Teixeira (OSPB - Organização Social Política Brasileira); Padre Eládio.

Em 1974, após os estudos naquele Ginásio, prestou exame de seleção na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), tendo sido aprovado no curso técnico de Edificações. Deixou ali grande círculo de amizade. A experiência de haver estudado naquela escola tornou-se inesquecível em todos os sentidos. Grandes mestres, grandes amizades que conserva até hoje.

Ingressou na Universidade Regional do RN (URRN) - hoje Universidade do estado do RN (UERN) - no Campus de Açu, em dezembro de

TCE50.indd 177 6/9/2011 12:13:52 PM

Marco Antonio

TCE50.indd 178 6/9/2011 12:13:52 PM

1979, no curso de Ciências Econômicas, sendo transferido para a UFRN no ano de 1980, em Natal, concluindo em fevereiro de 1985. Nesse curso, teve professores dedicados e capacitados que transmitiam seus conhecimentos para o melhor aprendizado de toda classe estudantil. Tirou grande proveito dessa época, deixando um círculo grande de colegas e amigos, tanto na prática esportiva como nas salas de aula, os quais exercem hoje cargos de alta relevância em empresas privadas e órgãos públicos, municipal, estadual e federal. Longe dos cursos regulares durante treze anos, voltou a estudar, prestando exame vestibular para o curso de Ciências da Administração na Universidade Potiguar. Iniciados os estudos em 1997, foram concluídos em 1999, tendo Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro colado grau em 19 de janeiro de 2000.

Sua primeira experiência profissional foi na Construtora Seridó Ltda (hoje Construtora A. Azevedo), em 1977.

Em 1º de abril de 1981, iniciou a vida pública no Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado aí permanecendo durante cinco anos. Á época, o procurador geral era o Doutor Edgard Smith Filho.

Em janeiro de 1982, veio à disposição para os quadros do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. No período de 1º de junho de 1983 a 18 de janeiro de 1985, exerceu o cargo de Chefe de Gabinete da presidência do TCE-RN, na gestão do então presidente, conselheiro José Borges Montenegro. Em 30 de abril de 1986, foi contratado pelo Tribunal de Contas do Estado como técnico especializado B, na gestão do conselheiro Alcimar Torquato de Almeida, permanecendo até novembro de 1987. Foi nomeado, pelo então governador Geraldo Melo, auditor do Tribunal de Contas do Estado, em 26 de novembro de 1987, estando em pleno exercício das atribuições e competências atinentes ao cargo, após aprovação unânime do seu nome pela Assembléia Legislativa estadual.

Depois de praticamente vinte anos de exercício na função de auditor do Tribunal de Contas do Estado, é hoje o mais antigo da Casa, fato que o enche de orgulho. A propósito do cinqüentenário da Corte de Contas potiguar, considera que atingir essa idade representa "um marco histórico para uma instituição que completa 50 anos, demonstrando credibilidade e respeito à sociedade potiguar pelos grandes serviços prestados, enaltecendo a todos que contribuíram ou contribuem na fiscalização e orientação para o bem do estado. O TCE consolida-se como uma entidade zelosa e vitoriosa nesse meio século de existência".

TCE50.indd 179 6/9/2011 12:13:53 PM

Tempo de afirmação

Ao atingir os 50 anos de existência, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte demonstra grande vitalidade, aliada a uma capacidade realizadora inegável. São enfocados, a partir de agora, os diversos setores de sua dinâmica administração, representantes dos servidores de ontem e de hoje, atividade cultural e o notável exemplo pedagógico da Escola de Contas, além da composição, sob a forma de anexo, das diretorias setoriais do TCE, desde o início de seu funcionamento.

TCE50.indd 181 6/9/2011 12:13:53 PM

O sonho concretizado: a nova sede do TCE-RN

TCE50.indd 182 6/9/2011 12:13:53 PM

Uma administração moderna e ágial

A Diretoria de Administração Geral (DAG) é o órgão da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado encarregado das atividades de apoio instrumental. É, portanto, um setor cujas atividades destinam-se a suprir os meios necessários à consecução das atividades-fim de controle externo do TCE.

A DAG está estruturada em quatro áreas de atuação, que cuidam das atividades referentes aos Recursos Humanos, ao Orçamento e Finanças, a Compras e Patrimônio e à Logística de Transporte, contando atualmente com 51 servidores, que correspondem a 12,8 % do quadro de servidores do Tribunal.

No processo de modernização do TCE-RN, a DAG tem adotado uma série de providências para tornar mais eficazes os seus serviços, utilizando-se em grande escala de tecnologias da informação. Na área orçamentária e financeira, por exemplo, a utilização de um novo sistema permitiu maior agilização, controle e segurança na execução orçamentária, com repercussão positiva quanto à redução dos prazos médios de aquisição. Na área de recursos humanos, o novo sistema de gerenciamento e de processamento da folha de pagamento resultou em maior agilidade e segurança nas implantações de vantagens e benefícios.

Dentro das ações do Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios (PROMOEX), a DAG vem atuando no

TCE50.indd 183 6/9/2011 12:13:54 PM

sentido de elaborar uma nova política de recursos humanos, que contemple princípios, conceitos e estratégias compatíveis com a missão do TCE e com os fatores de satisfação no trabalho, compreendendo a sua própria realização e o respectivo reconhecimento, a progressão, a responsabilidade e a possibilidade de desenvolvimento pessoal dos servidores.

No início da década de 90, período em que apareceram no mercado a fibra ótica, o scanner, o videodisco e o cd-rom, todas estas inovações a um custo razoável, o TCE-RN começou a dar os primeiros passos na área da Tecnologia da Informação. Nessa época, precisamente no ano de 1993, na gestão do conselheiro Haroldo de Sá Bezerra, instalou-se, na sede do Tribunal, antigo prédio na Av. Getúlio Vargas, dez microcomputadores e um servidor de dados interligados numa rede que permitia um número máximo de até dez usuários conectados simultaneamente. Iniciou-se naquele momento um processo dinâmico de evolução, fazendo com que o clique do mouse não representasse um gesto simplesmente mecânico, mas permitisse

que a informática passasse a fazer parte do cotidiano das rotinas do TCE.

Nas rotinas administrativas do Tribunal, o primeiro desafio enfrentado pela pequena equipe (Jorge Henrique Luciano de Azevedo e Djalma da Costa Guimarães) foi a substituição das fichas que controlavam, no protocolo, a tramitação dos processos por um sistema informatizado desenvolvido na linguagem para microcomputadores.

Neste pequeno intervalo de pouco mais de dez anos, em que se observou a ampliação da atuação do Controle Externo, o investimento em tecnologia da informação acabaria se tornando também uma prioridade. Recursos direcionados principalmente para a aquisição de novos equipamentos, micros e servidores; o desenvolvimento da rede interna; e, ainda, o desenvolvimento de soluções para atender às demandas do TCE.

O dinamismo, postura imprescindível com relação à tomada de decisões e a criação de soluções, se faz necessário na gestão da informa-

O governador Garibaldi Filho e o presidente do TCE, conselheiro Getúlio Nóbrega descerram a placa alusiva a inauguração do edifício-sede do TCE.

TCE50.indd 185 6/9/2011 12:13:55 PM

ção. Tomando por base este conceito, a Diretoria de Informática vem aprimorando tecnologias e estudando soluções aplicadas principalmente ao Controle Externo. A Criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000, exigiu adaptações dos procedimentos até então adotados pelos Tribunais de Contas. Daí, já em 2001, esta diretoria criou o SIAI-Sistema Integrado de Auditoria Informatizada. Esta ferramenta foi desenvolvida com o propósito de coletar e analisar as contas dos quase 500 órgãos da administração direta e indireta nas esferas estadual e municipal, dando possibilidade, quando necessário, de alertar os gestores quanto a situações temerárias.

A avaliação do crescimento da área não é tão simples. Porém, alguns dados demonstram um panorama francamente favorável. A cada gestão, a quantidade de computadores tem apresentado um crescimento médio de cerca de 100%, e este número deve crescer ainda mais com os recursos oriundos do PROMOEX-Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros. Outro aspecto que merece comemoração é o número crescente de processos em meio magnético, ingressados no Tribunal via sistema SIAI ou gerados no âmbito desta Corte. Anualmente, o Protocolo do TCE recebe cerca de 2000 processos desse tipo.

Atualmente, a DIN desenvolve trabalhos e define estratégias dentro da área conhecida como portal corporativo, cuja proposta é facilitar o acesso às informações digitais no contexto organizacional.

TCE50.indd 186 6/9/2011 12:13:55 PM

O SIAI como avança na informação

Buscando disponibilizar a transparência da administração pública da maneira mais ágil, rápida e segura, o TCE-RN criou, em fevereiro de 2001, o Sistema Integrado de Auditoria Informatizada - SIAI, um sistema de coleta, análise e exibição de dados relativos à gestão pública, desenvolvido com a finalidade de viabilizar a remessa destes dados, por meio magnético, e agilizar o processo de análise realizado pela Corte de Contas.

Trata-se de uma extraordinária conquista para a administração pública e o seu controle externo, já que de acordo com as determinações da Resolução 002/2001 e 001/2002, cada órgão deve disponibilizar, no sistema, informações relacionadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Gestão Orçamentária, Financeira, Pessoal, Licitações, Obras, Suprimentos de Fundos, além dos Convênios com outras instituições.

Atualmente, o TCE recebe 25 diferentes informações, em formato magnético, remetidas por 480 órgãos. As informações recebidas são divididas em dois grandes grupos. Para estas o Tribunal adotou o padrão de relatórios, estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e as informações relacionadas à gestão do órgão.

O SIAI apresenta quatro módulos: coleta, recepção, análise e divulgação. O módulo de coleta é instituído nos entes jurisdicionados e objetiva a remessa de dados ao Tribunal. O módulo recepção registra o processo no Protocolo Eletrônico do Tribunal, após a validação das informações. O

TCE50.indd 187 6/9/2011 12:13:55 PM

terceiro módulo, análise, ajuda o corpo de técnicos do TCE a realizar suas análises, apurações de índices, levantamento de indícios, etc. O último módulo é responsável pela divulgação dos dados à sociedade e também pela divulgação dos alertas aos órgãos.

Para esclarecer as dúvidas dos cidadãos sobre o SIAI, o TCE-RN desenvolveu um canal de comunicação, por meio de uma página na internet, www.tce.rn.gov.br. O site também cumpre sua função social ao divulgar os relatórios de gestão fiscal dos órgãos jurisdicionados.

Além do SIAI, que tem sido atualizado anualmente e ampliado em seus pontos de controle, vários sistemas relacionados com o controle externo foram desenvolvidos ou tiveram suas funcionalidades adaptadas a esta nova realidade, destacando-se, entre eles, o Sistema de Acompanhamento de Processos, o Sistema de Registro de Informações e Sistema de Controle de Citações.

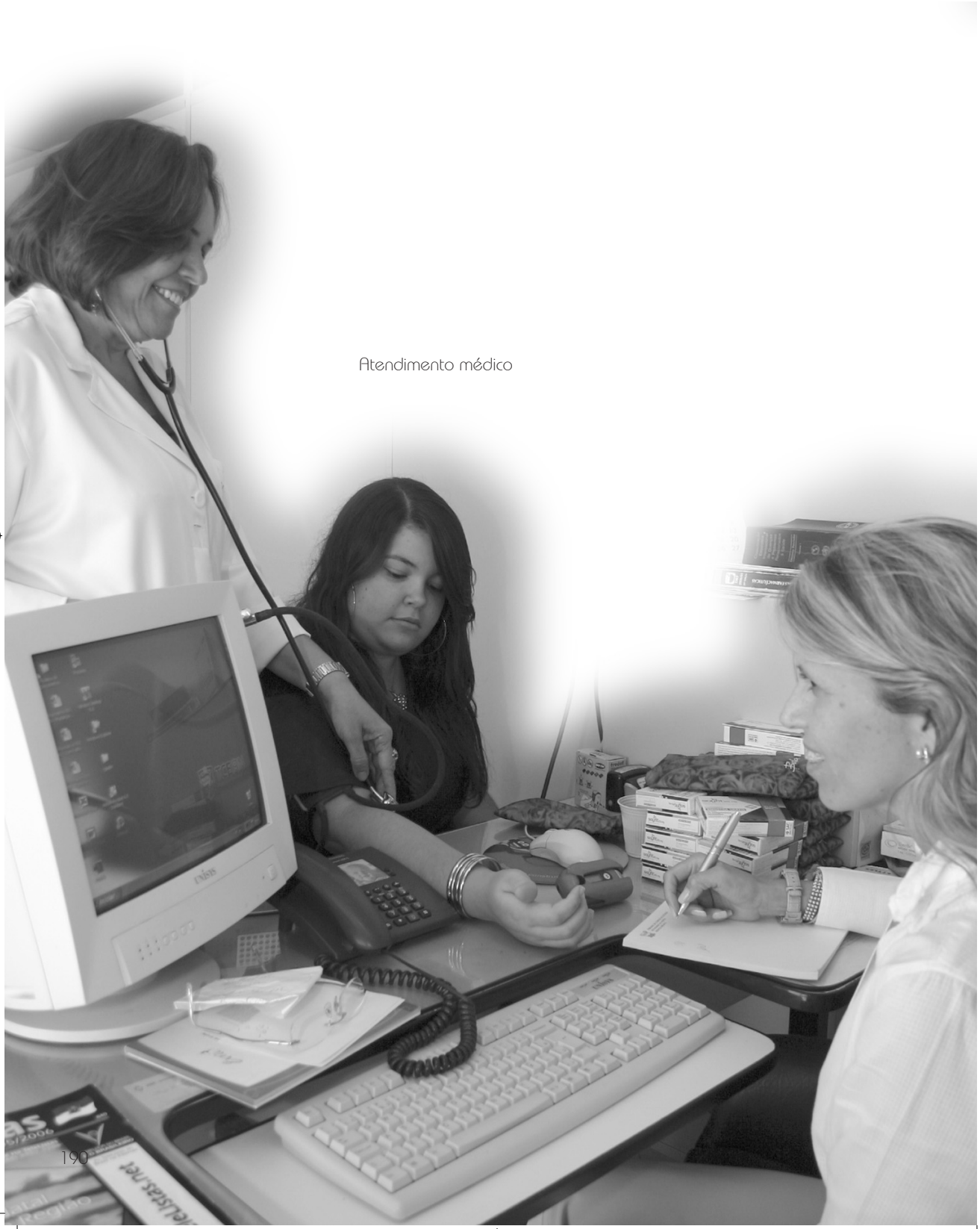
TCE50.indd 188 6/9/2011 12:13:55 PM

Arquivo e Memória

Os documentos dos diversos setores do Tribunal de Contas, relacionados com os processos de pagamento, prestação de contas e pessoal são armazenados no Arquivo, ligado à Diretoria de Administração Geral. Desde 1976, são arquivados todos os processos do Tribunal contendo informações sobre pagamentos, balancetes e a vida funcional dos servidores. E, em meio a tantos documentos, podem ser encontrados alguns volumes raros, como aqueles que contêm todas as notícias referentes ao TCE, no período de 1971 a 1980.

Encadernados, os documentos da rotina administrativa ficam acondicionados em caixas-arquivo para conservação e para evitar acúmulo de poeira. E são mantidos no Tribunal durante cinco anos, conforme previsão legal. Passado este tempo, são enviados para o Arquivo Público Estadual, pois o acúmulo sempre crescente de novos documentos, além de criar problemas com a armazenagem, acaba criando dificuldades para o manuseio com o desgaste natural e acúmulo de micro-organismos. Deve-se ressaltar, contudo, que não são enviadas para o Arquivo Público a documentação pessoal dos servidores, que é mantida sob a guarda do setor.

TCE50.indd 189 6/9/2011 12:13:55 PM



Atendimento médico

TCE50.indd 190 6/9/2011 12:13:55 PM

Atendimento Médico

O setor médico do Tribunal de Contas instalado há mais de 20 anos, na gestão do presidente Alcimar Torquato, é outra área em expansão. Após as ampliações da sede do órgão, mais serviços serão oferecidos aos servidores, estando prevista a instalação de uma sala de emergência, com equipamentos modernos e necessários para atendimento de primeiros socorros e realização de novos procedimentos.

A idéia da implantação de um serviço médico surgiu quando as servidoras: Maria Gorete Bezerra de Azevedo e Maria da Conceição Diniz, graduadas em enfermagem pela UFRN, em 1984, procuraram a presidência desta Corte de Contas. "Nossa preocupação era sermos reaproveitadas na área em que nos especializamos", disse Gorete.

Tribunais de outros estados já ofereciam esse serviço aos seus servidores. Na Assembléia Legislativa do Estado, existia um "departamento médico" para emergências. Tudo isso incentivou as servidoras do TCE, que foram à Assembléia observar os procedimentos.

"Levamos a idéia ao Dr. Alcimar Torquato, e por coincidência médico. Foi ótima a receptividade. Ele, inclusive, conhecia o serviço médico da Assembléia Legislativa, pois havia sido deputado estadual. Autorizou-nos a relacionar o que era necessário para a implantação do setor", acrescentou Gorete.

Em 1985, a Lei que criou o serviço médico do TCE foi apro-

TCE50.indd 191 6/9/2011 12:13:56 PM

vada pelos conselheiros em plenário e publicada no Diário Oficial.

Os primeiros profissionais a atuar no serviço médico foram o Dr. William Pascoal, Reumatologista (e Chefe do setor médico), Dr. Lauro Arruda Câmara Filho, Cardiologista, Andréa Barros Bezerra, Dermatologista, e as servidoras já mencionadas. Outros profissionais foram contratados: Dr. Francisco José Correia, Urologista; Dra. Lúcia Helena Coelho Nóbrega, Endocrinologista; e Dra. Adice Assis Meira Lima de Medeiros, Ginecologista.

No setor de atendimento médico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte os servidores têm um expressivo conjunto de serviços que lhes são oferecidos: podem ser medicados em casos de emergência, por exemplo. Há controle da pressão arterial e consultas. Há, ainda, uma sala de repouso para as possíveis observações. Havendo necessidade de atendimento hospitalar, os profissionais da Casa acompanham o paciente e assistem seus familiares. Podem ser feitos curativos (não infectados). São também realizadas visitas hospitalares e domiciliares aos servidores enfermos ou em recuperação, especialmente aos que necessitam de assistência médico-pública.

Com o projeto para ampliação da sede do TCE o setor de atendimento médico ao servidor irá melhorar ainda mais. Há no projeto espaço reservado para o departamento médico, o qual terá ampliação não apenas do espaço físico, mas dos serviços oferecidos, estando previstos: um consultório odontológico, sala de emergência bem equipada para procedimentos emergenciais, sala para exames ginecológicos, dentre outros benefícios.

Os servidores revelam satisfação pelos serviços ora oferecidos. E aguardam com expectativa as metas estabelecidas.

TCE50.indd 192 6/9/2011 12:13:56 PM

Uma questão de segurança

Desde o final da década de 1960, ainda na gestão do então ministro presidente Romildo Fernandes Gurgel, a Polícia Militar já se fazia presente nos trabalhos diários desempenhados pela Corte de Contas do estado do Rio Grande do Norte, concorrendo para o bom e regular funcionamento das atividades de controle externo a cargo do TCE-RN.

Havia inicialmente uma discreta equipe de segurança composta pelos policiais militares José Fernandes Campos, Geraldo Pinheiro da Silva e Luiz de França Souza, cujas atividades eram desempenhar a função de guarda e de segurança patrimonial, para assegurar os bens desta Casa, bem como transmitir uma sensação de segurança a todos os funcionários e jurisdicionados que a ela se dirigiam.

Hoje, formalmente constituída, a Assessoria para Assuntos de Segurança, é um órgão militar de apoio e assessoramento no exercício de suas atribuições constitucionais, no trato de assuntos de natureza militar e de segurança física e pessoal.

São as seguintes as principais funções desta Assessoria: assistir e assessorar o presidente do Tribunal de Contas do Estado nos assuntos militares, de segurança e de defesa civil; planejar, organizar, dirigir e executar os serviços de segurança interna e externa, bem como garantir a integridade do seu patrimônio; assistir o serviço de cerimonial do Tribunal na execução da recepção e das honras militares às autoridades em visita a esta Instituição; encarregar-se dos serviços de Ajudância de Ordens para aten-

TCE50.indd 193 6/9/2011 12:13:56 PM

dimento ao presidente e, por sua determinação, aos demais conselheiros e a autoridades em visita à Corte de Contas do estado; assessorar no que for necessário a chefia de gabinete da presidência, no tocante aos expedientes militares encaminhados ao presidente do TCE-RN.

Alem disso, a Assessoria cuida desde o acesso e identificação das pessoas que adentram nesta Corte, até a implementação de uma dinâmica mais ostensiva de policiamento no perímetro externo do edifício-sede. Além de proferir palestras voltadas para questões atuais de segurança, direcionadas não só ao desempenho profissional dos funcionários, como também para a vida pessoal, informando-lhes cuidados importantes de como lidar em diversas situações comuns no nosso dia-a-dia.

TCE50.indd 194 6/9/2011 12:13:56 PM

Acervo bibliográfico

Após a mudança para a sede definitiva, a Biblioteca do TCE-RN unificou-se com a do Ministério Público tornando-se, em conseqüência disto, um dos mais ricos acervos de obras jurídicas no estado. Ganharam com isto os usuários, pesquisadores e estudiosos interessados em questões jurídicas. Trata-se de um acervo com nada menos de dez mil livros (aos oito mil da Biblioteca do Ministério Público ajuntaram-se outros dois mil da própria Biblioteca do TCE) aos quais se acrescentam outros ricos suportes eletrônicos facultando ao interessado uma gama de informações verdadeiramente fabulosa.

Para se ter uma idéia, o MPJTC, além da rica coleção de livros constante do acervo, também disponibiliza ao usuário uma biblioteca digital com dezenas de CD's Rooms, contendo assuntos relativos à jurisprudência, legislação federal e outros. O acervo, prioritariamente jurídico, compreende também dezenas de enciclopédias, além de revistas e prospectos de outros tribunais de contas e os exemplares que são recebidos regularmente do Diário Oficial da União e do Estado.

TCE50.indd 195 6/9/2011 12:13:56 PM

Publicações regulares

TCE50.indd 196 6/9/2011 12:13:57 PM

Comunicação Social

A Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado foi criada com o objetivo de permitir uma comunicação eficiente entre a Corte de Contas e os órgãos de imprensa, visando a tornar mais visível sua atuação e também como meio de prestar contas de seu desempenho à sociedade. Priorizando a Comunicação Social como área estratégica, o TCE tem conseguido facilitar o diálogo com a sociedade e a integração entre os sistemas de comunicação das Casas de Contas dos estados.

No propósito de incrementar tal diálogo, a coordenadoria publica anualmente a Revista do TCE e edita, mensalmente, o jornal TCE-RN em Pauta. Estes periódicos informam sobre eventos, homenagens, projetos realizados pela instituição, além da prestação de contas dos recursos públicos dos estados e das medidas tomadas pelo Tribunal. É também função do setor de Comunicação Social fazer a clipagem do que foi publicado na mídia impressa, além de atualizar constantemente a página de notícias na Internet. A revista e os jornais produzidos chegam a todos os setores do Tribunal e da Procuradoria Geral do Ministério Público junto ao TCE, bem como a todos os Tribunais de Contas do país, TCU, Prefeituras e Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte, instituições públicas, Senado, Câmara Federal e órgãos de imprensa em geral.

Mas a atividade de Comunicação Social do Tribunal de Contas compreende apenas a divulgação institucional, mas também se destina a apoiar iniciativas de outros setores do TCE-RN, tais como seminários, encontros

TCE50.indd 197 6/9/2011 12:13:57 PM

técnicos, eventos culturais e outros ligados à produção e edição de publicações em geral.

Os recortes sobre o TCE-RN e TCU, retirados dos principais jornais do estado - Tribuna do Norte, Diário de Natal, Jornal de Hoje, Jornal de Natal, Gazeta do Oeste, O Mossoroense, Metropolitano e Diário Oficial do Estado - compõem o Informativo. Essas informações tratam da comunicação interior da instituição, sendo digitalizadas e divulgadas na Intranet para os setores do TCE. Juntamente com este informativo, são produzidos releases abordando as principais decisões tomadas nas sessões do Plenário ou da Primeira e Segunda Câmaras.

Buscando atualizar-se para melhorar cada vez mais a sua atuação, a Coordenadoria de Comunicação Social tem participado de importantes encontros pelo Brasil. Exemplo disto é o ocorrido em julho de 2005, na cidade de Salvador (BA): o Fórum Nacional de Comunicação Social, Controle Externo e Estado Democrático do Sistema de Tribunais de Contas do Brasil. O evento teve como objetivo discutir a função da Comunicação Social no diálogo do órgão com a sociedade. Do TCE-RN, participou o jornalista Francisco Francerle, que integra a equipe de Assessoria de Imprensa. Além das quatro diretrizes aprovadas no fórum - priorizar a função de comunicação social; dialogar com a sociedade; promover integração dos sistemas de comunicação dos TC's; e prover a sociedade com informações independentes de processos - outras cinco estratégias foram selecionadas para aperfeiçoamento na comunicação do sistema dos Tribunais de Contas, entre elas a estruturação e institucionalização das assessorias de comunicação social, incorporando-as ao planejamento estratégico dos Tribunais.
Instalada há pouco mais de uma década pelo jornalista Afonso Laurentino Ramos, que coordenou a sua implantação, estrutura e regulamentação, a Coordenadoria de Comunicação Social é atualmente dirigida pelo jornalista João Batista Machado. Integram a Assessoria os jornalistas Eugênio Parcelle, Francisco Francerle, Rosalie Arruda e Graciêma Carneiro. No setor administrativo, estão Maria de Fátima Moraes e Hiran Firmino Lopes.

TCE50.indd 198 6/9/2011 12:13:57 PM

Servidores de ontem e de hoje

Severino Lopes de Oliveira

Na história desse 50 anos do TCE-RN alguns nomes despontam, entre os servidores, como figuras de importância fundamental para sua consolidação. Caracterizados por qualidades que vão de uma invulgar capacidade técnica até a afabilidade revelada no trato cotidiano, são presenças indeléveis, tornando-se verdadeiras referências, tal como ocorre a certos ministros dos primeiros tempos e a certos conselheiros cuja imagem parece sempre presente nos gabinetes, no plenário, nos corredores da casa.

Um destes servidores - Severino Lopes de Oliveira - teve o seu nome associado definitivamente à trajetória da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.

Nascido a 30 de julho de 1915, em São José de Campestre-RN, e filho de Aquino Tomaz de Oliveira e Francisca Lopes de Oliveira, aos doze anos de idade veio para Natal com a finalidade de estudar e trabalhar. Acolheu-o um tio materno, João Lopes da Silva, casado com Doralice Teixeira Lopes. Os primos Amaury, Leny e Azineth logo passaram à condição de irmãos.

E o primeiro emprego de Severino também resultou de outra iniciativa do seu tio. Proprietário do Armazém Potiguar, localizado no centro da antiga Natal, capital do RN, João Lopes certamente antevendo a capacidade do jovem que crescia em sua casa, responsabilizou-o pela gerência deste empreendimento comercial.

TCE50.indd 199 6/9/2011 12:13:57 PM

Severino Lopes de Oliveira

TCE50.indd 200 6/9/2011 12:13:57 PM

Por esse tempo começa a estudar na Escola Técnica de Comércio de Natal e, no início da década de 40, podia exibir orgulhoso o diploma de Contador, que representou um significativo avanço na vida de quem, como Severino, mantivera-se restrito, até os 12 anos, às representações do universo rural.

Vem também desse período escolar o início e cultivo de várias amizades, dentre as quais apreciava destacar a de Ulisses de Góes, amizade cujos laços estavam fortalecidos por interesses comuns: a contabilidade e a Congregação Mariana. E em Severino conviviam de fato o profissional dedicado e um elevado espírito de religiosidade. Era um católico praticante. Desses que participam de missas, procissões e reuniões de Congregação.

E como se o seu destino estivesse traçado, justamente numa dessas reuniões é que ele conheceu Severina, nascida em Espírito Santo-RN, no dia 5 de janeiro de 1922, filha de Manoel Teodoro Freire e Maria Anunciada Fernandes Freire. Casaram-se no dia 25 de julho de 1945, na cidade de origem da noiva. A vida de Severino estava, portanto, tecida por fios cuja trama não era difícil de notar: família, religião e profissão. Na família, foi um marido e pai exemplar: responsável, carinhoso e cuidadoso. Como católico não se descuidava das suas obrigações, assistindo às missas dominicais, rezando o terço e, principalmente, orientando os filhos quanto aos valores morais, culturais e religiosos. E como profissional da contabilidade tornou-se referência, com uma atuação que deve ser considerada em duas dimensões: a técnica e a docente.

Uma vida dedicada às questões contábeis ❖❖❖

As atividades técnicas de Severino Lopes de Oliveira logo lhe dão notoriedade. Profissional da mais legítima competência, dedicado, sempre disponível, chega à contadoria geral do estado, mediante ato de nomeação de 27 de fevereiro de 1941. Começou como Auxiliar de Escritório, no dia 3 de março desse ano, permanecendo até 19 de março de 1948. Atuou também como Auxiliar de Escritório no Departamento de Saneamento do estado, no período entre 20 de março e 27 de abril de 1948. Em 28 de abril deste mesmo ano, passou a Chefe de Seção da Tomada de Contas da Contadoria, função que desempenhou até 31 de dezembro do ano 1953. Em seguida, passou a ser contabilista, classe N, de 1º de janeiro de 1954 a 1º de junho de 1959. Ocupou o cargo de contador geral do estado no período

TCE50.indd 201 6/9/2011 12:13:58 PM

compreendido entre 02 de junho de 1959 e 18 de fevereiro de 1963. A partir desse último ano, ele começou a fazer parte da história do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte como diretor geral, conforme Portaria n. 4/63 - Presidência TCE. Era presidente Romildo Gurgel.

Tempos difíceis. Ainda se organizando, o TCE dependia dele para quase tudo, e ele no cargo de diretor assumiu, dentre outras, as tarefas de: inspecionar prefeituras de municípios do interior do RN, efetuando a perícia contábil; realizar concorrências; efetuar balanços de órgãos governamentais; analisar contas do governo. E ainda encontrava tempo para participar de comissões, na condição de presidente (como a designada para levar a efeito o balanço de bens móveis e depósitos bancários da COAP, portaria n. 24/58 - COAP) ou na condição de integrante - como naquela organizada para estudar e apresentar sugestões ao Projeto de Lei que estruturaria o Grupo Ocupacional do Controle Externo do TCE.

Ainda em 1967, pela Portaria n.112/1967 - TCE, foi designado para, junto aos Tribunais de Contas da Guanabara e Rio de Janeiro, colher elementos necessários à padronização do serviço de contas do TCE-RN, de acordo com as Constituições Federal e Estadual. Nesse mesmo ano, segundo Decreto de 27 de março, assinado pelo governador do estado, foi nomeado para, como vogal, exercer a função de membro do plenário da Junta Comercial do Estado, pelo prazo de quatro anos.

Severino Lopes de Oliveira realizou também estudos sobre o comportamento da receita e despesa e análise dos balanços orçamentários das contas do governo estadual relativas ao exercício de 1985. Pelo trabalho realizado recebeu elogios do presidente do TCE-RN, ressaltando sua capacidade e abnegação ao trabalho, em sessão extraordinária realizada em 8 de julho de 1986.

A ficha funcional de Severino, no TCE, é indicativa do seu extraordinário valor. E uma primeira e indiscutível confirmação disto foi o reconhecimento à sua capacitação técnica, correção, empenho e dedicação ao trabalho, atributos que justificaram o Diploma e Medalha de Mérito Funcional, conferido em 1966, pelo então governador Mons. Walfredo Gurgel, como reconhecimento pela contribuição prestada ao estado do Rio Grande do Norte.

No CRC-RN e no magistério ❖❖❖

A contribuição de Severino à área contábil do Rio Grande do Norte mereceu destaque também por meio da sua participação no Conselho Re-

TCE50.indd 202 6/9/2011 12:13:58 PM

gional de Contabilidade, onde atuou por um período de sete anos (1974 a 1981). Primeiro como membro, para, em seguida, assumir a sua Presidência, convivendo e dividindo iniciativas, destinadas à valorização dos profissionais de contabilidade, com conselheiros da estatura de Eufran de Oliveira Souza, Luiz Gonçalves Pinheiro, Valdomiro Carvalho Dantas, Francisco Alves de Souza, José Nazareno Aguiar, dentre outros.

Como professor Severino Lopes, que assumira inicialmente a cadeira de Geografia, na Escola Técnica de Comércio, em 28 de fevereiro de 1948, algum tempo depois chega à então Universidade do Rio Grande do Norte, começando na ainda Faculdade de Economia, para ensinar a disciplina de Contabilidade Pública no Curso de Ciências Contábeis.

Mas a sua passagem pela UFRN não se limitaria à atividade docente. Assumiu também funções administrativas, como a de Chefe do Departamento de Ciências Contábeis (vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas), de 1983 a 1989, e a de vice-diretor do mesmo Centro.

Foi servindo às duas Instituições - Tribunal de Contas do Estado e Universidade Federal do Rio Grande do Norte - que Severino finalizou a sua trajetória profissional, em 1987. Aposentado, passou a se dedicar mais a atividades no Sítio Bom Jesus, em Espírito Santo-RN, onde costumava passar finais de semana. Daí até a sua morte, no dia 14 de setembro de 1990, pouco tempo decorreu.

A UFRN prestou-lhe homenagem em novembro de 2003,"em reconhecimento pela significativa contribuição na construção da história do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, marcada pelo esforço em contabilizar qualidade científica e relevância social na condução das atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas pelos Departamentos - 1983 a 1989".

E o TCE-RN, ao criar (Lei Complementar nº258/2003) uma escola destinada à capacitação profissional dos servidores do próprio TCE e das diversas administrações públicas potiguares, decidiu homenageá-lo dando-lhe o seu nome à recém-criada instituição (Resolução nº 006/2004-TCE).

TCE50.indd 203 6/9/2011 12:13:58 PM

Maria Albanízia da Silva Carvalho

TCE50.indd 204 6/9/2011 12:13:58 PM

Maria Albanízia da Silva Carvalho

Uma das mais queridas servidoras do TCE-RN, Maria Albanízia da Silva Carvalho - Albanízia, como todos a tratam familiarmente - nasceu em Natal, numa família de sete irmãos, sendo filha de João Avelino e Francisca Bárbara Saraiva. É graduada em Administração, com pós-graduação em Auditoria Governamental. Iniciou sua carreira no Tribunal de Contas do Estado - TCE-RN, no dia 23 de abril de 1975, aos 13 anos de idade, sendo assim uma das suas funcionárias mais antigas, com 31 anos de serviços prestados. Sua entrada na Corte de Contas do estado se dá de modo um tanto pitoresco, não apenas pela pouca idade. Inicialmente o diretor geral, professor Severino Lopes de Oliveira, conduziu-a ao presidente Morton Mariz de Faria, com quem foi realizada uma breve entrevista. Em seguida, acompanhada pela Secretária de Gabinete, Isis Maia, foi levada ao gabinete daquele mesmo diretor onde prestou "exame" de português, matemática, conhecimentos gerais e datilografia.

Ter sido aprovada neste último exame foi um motivo para muito orgulho, para a menina, pois sequer tinha o certificado do curso, apenas aproveitava o material que os irmãos mais velhos traziam das aulas que freqüentavam e ficava praticando os dedos no papel. O dinheiro do pai era curto e não dava para pagar cursos para tantos filhos. Mas ela e a irmã Maria do Carmo, bolsistas do colégio São Luiz, tinham ótima formação. Albanízia está segura de que isto a ajudou muito no teste.

Menina precoce, aos sete anos de idade, para ajudar nas despesas de

TCE50.indd 205 6/9/2011 12:13:59 PM

casa, Albanízia vendia peças de arte que a mãe fazia. O ponto ficava na frente da Lobrás, antiga 4400, na av. Rio Branco. Com uma incrível capacidade de se manter concentrada, não diminuiu o seu rendimento escolar e até acredita que se aproveitou da maturidade adquirida com esse trabalho infantil, situação que hoje motiva intermináveis discussões no âmbito dos Direitos da criança e do adolescente.

Tendo se iniciado no TCE como auxiliar de gabinete, destacou-se de tal maneira que logo foi levada a trabalhar na Divisão de Tomada de Contas, com a diretora Maria Amélia Cavalcante, que lhe apresentou à servidora Francisca Brito, conhecida carinhosamente como Francis, com a missão de passar o serviço de análise das prestações de contas da Policia Militar.

No ano de 1977, foi designada para, em substituição, exercer o cargo de Assessor de Contabilidade, e isto lhe despertou o desejo de, após concluir o 2º grau, ingressar no curso Técnico de Contabilidade. Logo se habilitaria a prestar um concurso interno do TCE, no ano de 1982, ingressando assim no quadro efetivo do Tribunal como Auxiliar Técnico de Controle, sendo lotada no Gabinete da Presidência. Após terminar a faculdade, passou a exercer o cargo de Técnico de Controle de Nível superior.

Albanízia presidiu várias comissões de inspeções designadas pela 2ª Câmara, que tinha como diretor Francisco Rego. Participou da Delegação permanente do DER, juntamente com os colegas: professor Ivanildo Messias, Marlúcia Rebouças, Zélia Torquato e Marcelo Monte. Coordenou por 8 anos a Delegação permanente do DETRAN, sucedendo a servidora Júlia Bezerra dos Santos, que foi encaminhada para presidir a Delegação do IPE, ficando assim na companhia dos colegas: Mércia Cruz, Denise Oliveira, Mara Santana e Breno Minora. Com a extinção das delegações, todos os servidores retornaram ao TCE. Foi então que surgiu o convite para participar das atividades da ASTCERN. Um grupo de colegas liderados pela então presidente e fundadora da Associação, Alzira Maria da Luz - cujo mandato duraria cinco anos - a convidou para participar da chapa da nova diretoria como presidente. Conhecendo a luta dos colegas e desejo de ver crescer a Casa que tanto amava, Albanizia não teve dúvida: aceitou e venceu por unanimidade de votos a eleição.

Conseguiu a façanha de dirigir a associação dos servidores por sete anos e, durante o exercício do seu cargo, conviveu com quatro conselheiros presidentes: Nélio Dias, Antônio Câmara, José Fernandes e Getúlio Nóbrega.

Segundo ela mesma diz, com o entusiasmo e o otimismo que a carac-

TCE50.indd 206 6/9/2011 12:13:59 PM

terizam, aqueles "Foram momentos maravilhosos, de crescimento, de conquista, da luta pela não-extinção dos TC's do Brasil e a aprovação do plano de cargo e vencimento. Lembro-me como se fosse hoje: recebermos a notícia de que o Tribunal iria fazer concurso para inspetores, e que eles iriam ser melhor remunerados do que os antigos. Não poderíamos perder mais tempo, tínhamos que aproveitar o momento para fazer existir o Plano de Cargos e Vencimentos que estava adormecido na Assembléia Legislativa por quatro anos, isto é, foi enviado em 1996 e já estávamos em 2000 e ainda não tinha sido aprovado. Então tomamos a decisão em assembléia extraordinária, em decretar a greve".

Essa foi, diz com convicção, realmente "a melhor estratégia, de mobilizar toda a Casa. Não tínhamos mais como sustentar aquela situação, e, no dia 22 de novembro de 2000, nós os servidores efetivos, juntamente com o apoio de muitos ocupantes de cargos comissionados, além de servidores cedidos, formamos uma corrente em favor da aprovação daquele projeto de lei. Foram vinte e um dias de oração e confiança, com expressiva repercussão na imprensa local e nacional. Era a primeira greve de servidores de um Tribunal de Contas brasileiro. No dia 14 de dezembro de 2000, num clima de muita alegria, todos nós servidores em passeata chegamos à Assembléia Legislativa para assistir à última sessão do ano, que nos dava a deliciosa aprovação daquele tão desejado pleito. Sentimos a mão de Deus conosco naqueles dias. Tudo nos foi favorável. Somos grata pelos inspetores, pois eles nos ajudaram de certa forma naquela batalha".

Ao ser criada a Escola de Contas, em 08 de março de 2003, o então presidente do Tribunal conselheiro Tarcísio Costa a convidou para participar do empreendimento como coordenadora de Administração e Finanças, convite reforçado depois por outro presidente, o conselheiro Alcimar Torquato.

Sem jamais ceder ao cansaço e ao desalento, Albanízia ocupa o seu tempo fora do TCE exercendo o cargo ministerial de Pastora, auxiliando o esposo, Pastor José Junior Carvalho, no trabalho de recuperar jovens viciados em drogas. A atividade religiosa e social revela todo o seu entusiasmo, e ela afirma com a franqueza habitual: "De todas as minhas atividades, esta é a que me traz maior prazer. O Tribunal tem participado conosco, pois nos tem feito doações dos bens inservíveis, e com esse material fazemos reciclagens, como por exemplo: recebemos alguns computadores que já estavam ultrapassados, outros quebrados, estes serão utilizados para montarmos o nosso laboratório de informática, que proporcionará um conhecimento básico de informática e preparará o retorno daqueles jovens ao

TCE50.indd 207 6/9/2011 12:13:59 PM

Marcelino Lopes de Freitas

TCE50.indd 208 6/9/2011 12:13:59 PM

Marcelino Lopes de Freitas

Marcelino Lopes de Freitas, filho de Alzira Lopes de Freitas e de Manoel Geraldo de Freitas, nasceu em Natal, aos 26-06-1961. Aos sete anos, começou a trabalhar. Vendia picolé. Seu irmão, Milton Lopes de Sousa, à mesma época, vendia confeito. O "ponto" era em frente ao Tribunal de Contas, na Avenida Getúlio Vargas. Inteligente e trabalhador, logo foi observado pelos servidores do TCE. "Certo dia, minha mãe foi chamada ao Tribunal. Apreensiva, atendeu imediatamente, imaginando ser traquinice de Marcelino", relata sua irmã, Maria Nazaré.

Diretores do referido órgão reivindicaram o consentimento de D. Alzira para que o menino Marcelino, ainda menor de idade, pudesse realizar serviços de office-boy, pelo que seria gratificado. Era o início de uma história de sucesso. Ao atingir a maioridade, foi contratado servidor público do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

As dificuldades não foram obstáculos para Marcelino. Sempre residiu no bairro de Mãe Luiza e estudou em escola pública, tendo concluído o segundo grau no Colégio Winston Churchill, centro de Natal. No Tribunal, onde trabalhou por 31 anos, realizou cursos de aperfeiçoamento, sendo um servidor modelo. Por isso, teve seus méritos reconhecidos e, ainda hoje, é lembrado com estima e respeito pelos colegas. Ele foi um dos pioneiros na luta para fundação da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas.

TCE50.indd 209 6/9/2011 12:14:00 PM

Marcelino era uma pessoa com grande espírito associativo. Na comunidade de Mãe Luiza, participava e incentiva realizações culturais, estando sempre à frente dos movimentos para melhorar a qualidade de vida dos seus vizinhos, amigos e familiares. Promoveu, por vários anos, o "Natal das crianças", tornando-se uma tradição na comunidade. "Contribuía para a felicidade das crianças. Ele pedia a colaboração dos pequenos comerciantes da localidade e dos servidores do TCE", lembra Nazaré. Por 13 anos, realizou o tradicional "arraiá", nos festejos juninos, com a participação dos moradores, sempre em clima de harmonia e fraternidade. Costumava promover bazar e gincanas, convidando os amigos, inclusive os do Tribunal, arrecadando donativos para as pessoas carentes.

Adepto do kardecismo, Marcelino integrava a Sociedade Espírita de Cultura e Assistência - Albergue Noturno de Natal. O atual presidente da instituição, Augusto Bernardo da Costa Neto, declara: "Marcelino promoveu atividades voluntárias no Grupo "Meninos do Albergue", no período de 1995 a 2001. Participou da administração, realizou oficinas de carpintaria, artes cênicas, atividades lúdicas, passeios e promoções culturais. Coordenou o projeto "apadrinhamento" dos meninos do Albergue. Conseguiu muitos padrinhos junto aos servidores do Tribunal de Contas. Marcelino, após quatro anos de enfermidade, veio a falecer em Natal, aos 18 de março de 2001.

Em 2004, por ocasião do projeto "Agenda Cultural", os servidores do TCE decidiram homenagear o saudoso servidor. E denominaram a sala da Videoteca "Marcelino Freitas", imortalizando-o pelos relevantes serviços prestados ao TCE e à própria sociedade onde viveu e atuou.

TCE50.indd 210 6/9/2011 12:14:00 PM

Mário Francisco de Oliveira

Nesta trajetória de cinqüenta anos do Tribunal de Contas, não foram poucas as pessoas que o dia-a-dia revelou, e a memória preserva, como exemplo de dedicação e trato agradável num rotineiro exemplo de bem servir ao público interno e externo. Entre tantas, certamente se destaca a figura Mário Francisco de Oliveira.

Pernambucano de Olinda, nasceu ele em 23 de fevereiro de 1939. Ainda criança veio para Natal com os pais, Antônio Francisco de Oliveira e Maria Amélia de Oliveira. Estudou na Escola Cruzada Espírita, Tirol, até a quarta série.

"Seu" Mário chega ao TCE-RN em 1974 para atuar no setor de Serviços Gerais. Viera convidado por um amigo, na gestão do ministro presidente Oscar Nogueira Fernandes. Logo se percebeu, pela sua postura ética, educação e, sobretudo, pela gentileza e respeito com que trata os colegas que se tratava de alguém especial.

Num dia qualquer de 1990 um colega, o servidor Luis Carlos, o convida para trabalhar no Plenário da Corte de Contas, numa das mais nobres missões: como Oficial de Justiça, cargo em que "Seu" Mário permanece até hoje.

Quem assiste a uma sessão na Corte de Contas logo percebe a agilidade do Oficial de Justiça Mário. Sua desenvoltura tranqüiliza seus superiores pela certeza dos bons serviços prestados. "Eu só falo quando me perguntam alguma coisa. Compreendo o que quer cada conselheiro somente pelo olhar. Conheço minhas obrigações e estou sempre perto deles, obser-

TCE50.indd 211 6/9/2011 12:14:00 PM

Mário Francisco de Oliveira

TCE50.indd 212 6/9/2011 12:14:00 PM

vando todo o ambiente", revela Oliveira. Ao ser perguntado sobre algum fato que poderia destacar, considerando os anos de serviços no Plenário onde são discutidas e analisadas as contas públicas do estado, responde sem pestanejar: "Eu só lembro o que é do interesse desta Corte de Contas. Não presto atenção a outros assuntos que não os que dizem respeito a minha atribuição", destaca Mário.

Consciente do papel do Tribunal, ele faz questão de assinalar o zelo de cada presidente, conselheiro, servidores e dos representantes do Ministério Público na correta aplicação dos recursos públicos. E afirma solenemente: "A sociedade pode ficar tranqüila. Aqui se trabalha com responsabilidade, e cada um desempenha muito bem o seu papel de cuidar pela boa aplicação do dinheiro do povo".

São mais de 20 anos no cargo de Oficial de Justiça, atuando no Tribunal Pleno. Treze conselheiros assumiram a presidência do TCE, alguns retornaram ao cargo. Diplomático e elegante, Mário destaca a competência e honradez de todos, no entanto faz "elogios" extremados apenas à única mulher Conselheira que assumiu a presidência desta Corte de Contas, Lindalva Torquato: "uma senhora muito digna, de fino trato, elegante, inteligente, agia com honradez e competência, elevou o nome do Tribunal e, sobretudo, das mulheres na sua luta pela conquista do mercado de trabalho". Este é Mário Oliveira, servidor especial do TCE-RN.

TCE50.indd 213 6/9/2011 12:14:01 PM

Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz

TCE50.indd 214 6/9/2011 12:14:01 PM

Cultura nas contas do TCE

Apesar de ser um órgão administrativo dedicado ao controle externo da gestão pública, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte tem realizado um interessante trabalho de valorização cultural. Atividades como mostras de artes plásticas, espetáculos musicais ou de cultura popular, além de projetos escolares, têm movimentado o dia-a-dia da Casa atenta à justa homenagem que deve ser prestada a grandes figuras do estado. Como diz a Presidenta da Associação dos Servidores, Maria Lúcia de Oliveira Bastos, "o objetivo dessas ações é movimentar culturalmente o Tribunal, valorizando as personalidades potiguares".

A Medalha do Mérito Dinarte Mariz

Com este espírito de valorização é que foi instituída em 2003, de acordo com a Resolução nº 004/2003, a Medalha do "Mérito Governador Dinarte Mariz". Esta condecoração é outorgada a personalidades que ofereceram relevante contribuição ao desenvolvimento da sociedade, mediante ações no campo cultural, político ou técnico-científico. A homenagem ao ex-governador Dinarte Mariz deve-se ao fato de que foi durante o seu governo que o TCE surgiu e como reconhecimento por ele haver dedicado a maior parte de sua vida à defesa dos interesses coletivos e da promoção do bem-estar do povo que representou.

A medalha é entregue aos homenageados em sessão solene, realizada a cada ano, preferencialmente, nos dias próximos à data de criação do Tribunal. Os agraciados destacam-se entre algumas figuras políticas e também alguns funcionários aposentados da Casa. O plenário do Tribunal fixou o número de medalhas a serem concedidas, não excedentes a oito. A Comenda é outorgada aos novos conselheiros no ato de sua posse.

TCE50.indd 215 6/9/2011 12:14:02 PM

No dia 25 de novembro 2003, no plenário do TCE, em sessão solene, foi feita a primeira entrega de Medalha, contemplando as seguintes autoridades: Antônio Severiano da Câmara Filho (representado por seu filho Antônio Sérgio Severino da Câmara); José Gobat Alves (representado por Ricardo Alves); Nélio Silveira Dias (representado por Nélio Dias Júnior); Oscar Nogueira Fernandes (representado por Ricardo Marinho Nogueira).

Foram homenageados ainda os ex-conselheiros Genibaldo Barros, Hélio Nelson, José Borges Montenegro, Manoel Benício de MeIo Sobrinho, Manoel de Medeiros Brito, Ulisses Bezerra Potiguar e Vauban Bezerra de Faria. Os ex-conselheiros José Fernandes de Queiroz e Paulo Gonçalves de Medeiros, também contemplados, não compareceram à sessão especial. Os agraciados foram saudados pelo conselheiro Alcimar Torquato de Almeida. O agradecimento em nome dos homenageados foi feito pelo conselheiro aposentado Manoel de Medeiros Brito.

No dia 11 de novembro de 2004, por meio da Resolução n° 016/2004, o TCE concedeu a referida Medalha às seguintes personalidades: Carlos Pinna de Assis, Eider Furtado de Mendonça e Menezes, Fernando Antônio da Câmara Freire, Francisco Gaudêncio Torquato do Rêgo, Ivan Maciel de Andrade, José Augusto Delgado, Raimundo Nonato Fernandes e Robinson Mesquita de Faria. Saudou os oito agraciados, exaltando as qualidades que foram marcantes para a indicação dos seus nomes para receberem a comenda maior da Corte de Contas do estado, o conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves. O ministro do Superior Tribunal de Justiça, José Augusto Delgado, proferiu discurso em nome dos homenageados.

O Tribunal de Contas homenageou "in memoriam", no dia 15 de março de 2005, o ex-governador Tarcísio Maia outorgando-lhe a Medalha do Mérito Dinarte Mariz, que foi recebida pela viúva Tereza Tavares Maia, em nome da família, após 30 anos de instalação do seu governo (15/03/1975 a 15/03/2005). Presidiu a cerimônia o conselheiro Alcimar Torquato. Em seu discurso, o presidente-conselheiro enfatizou a atuação do homenageado: "Tarcísio Maia, cuja magnanimidade foi responsável pelos meus passos na vida política e na administração pública, gravou seu nome na história do nosso estado como o governante moderno, o empreendedor capaz de divisar o amanhã, o administrador que implantou grandes mudanças que haveriam de propiciar ao Rio Grande do Norte os horizontes de uma nova era de progresso". Saudou a memória do ex-governador Tarcísio Maia, de quem foi

TCE50.indd 216 6/9/2011 12:14:02 PM

auxiliar, durante sua gestão (1975-1979), o conselheiro Getúlio Nóbrega. A filha do homenageado, Ana Sílvia Maia, leu, em nome da família, a saudação "Aos amigos do meu pai" do Embaixador Oto Agripino Maia (Embaixador do Brasil na Suécia), agradecendo a homenagem então prestada ao seu pai.

Já no dia 09 de dezembro de 2005, Francisco Fausto de Medeiros, Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Henrique Eduardo Lira Alves, João Wilson Mendes Mello, Thiers Vianna Montebello, Rosalba Ciarlini Rosado, Ivan Meira Lima e Leonardo Arruda Câmara receberam a Medalha. O conselheiro Tarcísio Costa falou em nome do Tribunal de Contas e o desembargador Ivan Meira Lima representou os homenageados.

No dia 09 de março de 2007, em solenidade presidida pelo conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, o TCE condecorou as seguintes personalidades com o Mérito Governador Dinarte Mariz referente ao ano anterior: Cassiano Arruda Câmara, Carlos Ernani Rosado Soares, Getúlio Nunes do Rego, José Daniel Diniz, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Maria Soledade de Araújo Fernandes, Salomão Antônio Ribas Jr. e Ticiano Duarte. A Conselheira Maria Adélia de Arruda Sales Souza saudou os homenageados em nome do TCE, enquanto que o desembargador federal Marcelo Navarro Ribeiro Dantas representou os agraciados.

Homenagens Especiais ❖❖❖

Todos os anos o Tribunal de Contas elege algumas personalidades cujas vida e atuação tenham sido importantes para a sociedade, com o intuito de homenageá-las, podendo-se destacar as prestadas ao historiador Luís da Câmara Cascudo, ao ex-ministro Aluízio Alves e a citada ao ex-governador Tarcísio de Vasconcelos Maia.

Do escritor e folclorista Câmara Cascudo foi comemorado o centenário no dia 09 de dezembro de 1998. A solenidade contou com a participação de autoridades políticas e mestres da cultura potiguar e tinha como maior objetivo ressaltar o papel desta figura na cultura nacional que, além de valorizar o estudo das tradições e dos costumes da região, levou a diversas partes do mundo o folclore brasileiro.

Ainda em 2005, o TCE fez uma homenagem especial ao ex-procurador geral do Ministério Público, Francisco de Assis Fernandes, falecido no dia 10 de setembro. Este havia requerido cerca de um ano antes a sua aposentadoria, em face de ter atingido a idade limite para continuar no serviço. Prestando condolências à família do ex-procurador, o conselheiro Paulo

TCE50.indd 217 6/9/2011 12:14:02 PM

Roberto Alves disse que Francisco de Assis "sempre se portou com eficácia e intransigência na defesa dos princípios moralizadores da administração pública, fiscalizando com rigor seus gestores na aplicação do dinheiro público, como zeloso representante da sociedade civil".

No mesmo ano, no dia 9 de maio, ocorreu uma solenidade especial "in memoriam" do ex-ministro e ex-governador do estado Aluízio Alves, lembrando sua trajetória político-administrativa e encaminhando um voto de pesar aos seus familiares. Durante a solenidade, foi destacada a sua capacidade política de inovar, recriar, reinventar e redimensionar a máquina, os métodos e as práticas político-administrativas. Em seu discurso de homenagem, o conselheiro Valério Mesquita disse que "Aluízio foi muito importante para a implantação do Tribunal de Contas, pois o órgão foi criado pelo então governador Dinarte Mariz, mas foi instalado no governo de Aluízio Alves, que deu condições para o seu funcionamento".

O "Tribunal das Artes" ❖❖❖

O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Recursos Humanos do TCE-RN, juntamente com a Associação dos Servidores - ASTCERN, deu início no dia 11 de abril de 2003 ao projeto "Tribunal das Artes". O projeto compreende uma agenda de eventos culturais que acontecem na própria sede do Tribunal e tem como objetivo difundir a cultura do nosso estado, além de desenvolver a consciência cidadã e divulgar a função dos tribunais na sociedade.

Segundo Maria Lúcia de Oliveira Bastos, presidente da ASTCERN, a proposta conjunta dos órgãos envolvidos consta de apresentações de música, teatro e cinema, bem como da exposição de artes plásticas e debates com o objetivo de proporcionar lazer aos funcionários, associados e pessoas que desejem participar desta promoção cultural, que dará seqüência a uma série de eventos que já estão programados.

Após um período de reciclagem, o "Tribunal das Artes" retomou as suas atividades, destacando para o ano de 2006 o tema Meio Ambiente. Foram realizadas palestras, debates, exibição de vídeos educativos, exposição de artes e apresentações culturais para divulgar os aspectos importantes da ecologia potiguar.

Ao dar essa oportunidade aos artistas potiguares, o projeto resgata e valoriza a cultura regional. Dentre os artistas que tiveram a chance de participar desse evento podem-se citar o compositor e cantor Galvão Filho,

TCE50.indd 218 6/9/2011 12:14:02 PM

o compositor João Salinas, os instrumentistas Jubileu Filho e Bethoven, os artistas plásticos Vatenor e Ana Antunes e o fotógrafo Ricardo Junqueira.

Coral Canto de Contas ❖❖❖

Por iniciativa da ASTCERN (Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte) surgiu, no dia 11 de novembro de 1998, o Coral Canto de Contas do TCE-RN. Para a sua criação a Presidenta na época, a servidora Maria Albanízia da Silva Carvalho, contou não apenas com o estímulo fundamental do então presidente do Tribunal, o conselheiro Antônio Severiano da Câmara Filho, mas com o apoio de todos os demais conselheiros da Casa.

A cada novo biênio administrativo, o Coral vem recebendo o apoio e a valorização de todos os que fazem o TCE-RN, o que tem contribuído de forma decisiva para o fortalecimento do grupo, que, além da qualidade já revelada, tornou-se um excelente canal de motivação para a integração dos seus servidores. Dentro deste contexto, o Tribunal vem considerando que "a atuação artística do Coral dá maior significação e brilho a datas comemorativas e cívicas, assim como a outros eventos solenes promovidos por sua Corte de Contas", como é possível considerar na Resolução 018/2004 - TCE, de 21 de dezembro de 2004, que enfatiza no seu art.1º justamente aqueles dois aspectos.

Tendo recebido inicialmente a denominação de "Coral do TCE-RN", esta foi posteriormente mudada com base numa enquete, realizada no ano de 2004, entre os servidores, os quais, por meio de votação, rebatizaram-no com o nome "Coral Canto de Contas".

Com o reconhecimento cada vez maior das suas qualidades, e tendo o seu trabalho cada vez mais solicitado por entidades dos vários segmentos da sociedade, surgiu a necessidade de criação de uma Coordenação para servir de ligação e ponto de referência diante dos contatos e providências a serem tomadas. Tal responsabilidade recaiu sobre a corista Zuleide Maria Caldas Nogueira Marques, indicada informalmente pelos próprios componentes do Coral.

Na regência do grupo coral do TCE-RN encontra-se, desde a sua criação no ano de 1998, o Prof. Fábio Rogério de Oliveira Cruz que tem licenciatura em Educação Artística, com habilitação em música, pela UFRN, além de vários outros cursos de música e práticas musicais. Entre os momentos mais importantes da atuação do grupo vocal por ele conduzido destacam-se: ENCONAT (Encontro de Corais da Cidade do Natal); diver-

TCE50.indd 219 6/9/2011 12:14:02 PM

sas mostras de grupos dos Tribunais, promoção do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (Natal/RN). E também fora dos limites do estado, tal como a participação no 3º e 5º Festival Nacional de Corais de Empresas (Recife/PE); ENCORAMA - Encontro Nacional de Coros (Maceió/AL); IV NORDESTE CANTAT (Maceió/AL).

A sua formação atual é constituída de 24 integrantes.

Projeto "TCE na Escola" ❖❖❖

Um dos projetos mais estimulantes desenvolvidos pelo Tribunal de Contas do Estado é o projeto "TCE na Escola", criado em 2004 com o objetivo de estimular uma aproximação entre o Tribunal e a sociedade. Idealizado pela Coordenadoria de Comunicação Social com o apoio do ex-presidente conselheiro Tarcísio Costa, essa iniciativa conta ainda com a parceria da Associação dos Servidores e o apoio do Banco do Brasil, do Diário de Natal, da Secretaria Estadual de Educação e da Cultura e da Secretaria Municipal de Natal.

O objetivo é, basicamente, proporcionar aos estudantes, da rede pública e privada, um maior conhecimento das ações e finalidades do TCE, como órgão essencial para o controle das contas públicas. A partir do momento em que as pessoas analisam os serviços e resultados da ação do Tribunal, muitas mudanças podem acontecer, principalmente, uma maior reivindicação da sociedade para que os pedidos da comunidade sejam atendidos.

Quem coordenou o projeto foi o jornalista Eugênio Parcelle, que assinala o seu entusiasmo ao lembrar que o "TCE na Escola" possui três ações básicas: produção e distribuição de material didático, realização de palestras educativas e a promoção de um concurso de desenho e redação direcionado para os estudantes de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A proposta desse concurso é incentivar os alunos a refletirem a respeito do papel da instituição, levando-os a pensar e pesquisar mais sobre o assunto, para que desta forma possam fazer desenhos e textos que sejam criativos e significativos e vejam que é possível traçar caminhos para a melhoria de vida do povo.

TCE50.indd 220 6/9/2011 12:14:02 PM

A Associação dos Servidores do TCE

Resultando do entusiasmo de um grupo de idealizadores cujos nomes não é possível deixar de mencionar - Alzira Maria da Luz, Francisca do Nascimento Silva, Edna Gomes da Costa, Petronila M. Cortez, Maize Ramalho Varela, Iza Maria Amorim Garcia, Antenor Medeiros e Maria Albanízia da Silva Carvalho - que entenderam haver chegado a hora de se instituir um órgão responsável pelas reivindicações da categoria, foi criada no dia 3 de agosto de 1992 a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado.

Mais de dez anos haviam se passado e, finalmente, os servidores da Corte de Contas tinham a sua entidade, fortalecida e respeitada no segmento sindical nacional. E os seus feitos já ultrapassaram fronteiras, tendo tido as suas diretorias participado de importantes eventos nacionais, apresentando propostas, reivindicações e sugestões para que as leis trabalhistas possam beneficiar todos os servidores públicos deste país.

Desde sua fundação, somam-se mobilizações reivindicatórias expressivas e até uma greve geral, algo inédito na história dos Tribunais de Contas do Brasil. Para a presidenta, Maria Lúcia de Oliveira Bastos, os conselheiros têm sido parceiros nas lutas para a qualificação profissional e a implantação do Plano de Cargos dos Servidores. Uma conquista de todos.

Com cerca de 300 associados, a Associação mantém convênios em diversas especialidades, preocupa-se com o lazer e insere atividades culturais

TCE50.indd 221 6/9/2011 12:14:03 PM

Maria Lúcia de Oliveira Bastos

TCE50.indd 222 6/9/2011 12:14:03 PM

na programação para seus associados. O Tribunal das Artes e o Coral Canto de Contas valorizam os artistas locais, incentivam a cultura do estado e elevam o nome do TCE-RN.

Depoimento ❖❖❖

A ASTCERN, Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, foi fundada no ano de 1992, por iniciativa de um grupo de servidores dentre os quais podemos citar Alzira, Antenor Roberto, Sebastião, Carlos Augusto, Edna, Robertson, Borges, Soraya, Graubi, Patrícia, Caio e Eduardo Henrique.

Sabemos que a natureza associativa do ser humano é um aspecto inerente à espécie. Mas, quase sempre, só conseguimos despertar para este fato após muito sofrimento.

A criação de nossa Associação surge em razão da grande necessidade de se encontrar soluções para os conflitos de interesse existentes em nosso meio, onde a primazia de condições beneficia, quase sempre, a uma diminuta parcela.

A história comprova que a fragilidade do individuo, em especial o economicamente fraco, é compensado pela força do grupo. Quando um grupo de pessoas se organiza e se dispõe a trabalhar por um objetivo, algum resultado é alcançado.

É esta a nossa história, é do nosso conhecimento que as primeiras reuniões para as discussões do projeto do plano de cargos e salários, aconteciam na residência de Edna, à base de pão, doce e água.

Ocorre que, a partir de então, firmou-se o desejo de se resgatar valores imprescindíveis à condição de servidores públicos.

A implantação da Associação representa, na verdade, um ponto referencial na vida de todos. Juntos, ficou mais fácil de nos atirarmos na busca de dignidade funcional, salário minimamente decente, qualificação profissional constante, tratamento urbano e respeitoso dos superiores para com seus subordinados e igualdade de condições e tratamento para todos.

Conhecemos nossas limitações, sabemos que ainda conseguimos responder a tempo e a contento a todos os problemas que nos afligem, mas podemos melhorar esse quadro com uma participação mais efetiva de todos os associados, nas assembléias, nas reuniões, nas agendas culturais, nas variadas palestras e em todos os encontros promovidos pela Associação.

Até o presente, nossa entidade, hoje com o quadro de associados ul-

TCE50.indd 223 6/9/2011 12:14:03 PM

trapassando a casa dos trezentos, foi conduzida por três mulheres. Todas elas sonhadoras, corajosas e compromissadas com a melhoria de todo o grupo. Cada uma a seu tempo, dispensou parte de sua vida na busca constante de um Tribunal de Contas melhor para todos. Claro que nenhuma delas teria conseguido percorrer o caminho obstaculoso sozinha. Tudo que se conquistou - e não se conquistou - foi e continua sendo mérito do grupo.

A experiência, que já nos comprovou do quanto somos capazes quando nos unimos em prol de um objetivo comum, está a nos mostrar a aprovação do plano de cargos e vencimentos que hibernava há mais de sete anos nas gavetas da nossa Assembléia Legislativa.

O plano de cargos e salários nos garantiu identidade funcional, definição dos cargos, piso salarial por categoria, avaliações de mérito e antiguidade, reajustes salariais, além de produzir elevadas doses de auto-estima em todos os servidores. Mais de 70% (por cento) do nosso quadro de pessoal voltaram aos bancos escolares, alguns para concluírem seus cursos de 3° grau, outros para se qualificarem.

Esperamos que o Programa Promoex, que desponta com uma filosofia de reestruturação dos Tribunais de Contas possa contribuir para o aprimoramento do material mais valioso que temos - nosso pessoal. Para tanto, a Associação resguardou em seus pedidos a concessão de uma assessoria jurídica para os estudos de reestruturação do nosso registro de batismo - o PCV.

Através da Associação, alguns outros benefícios vão sendo incorporados à vida dos servidores, como: planos de saúde e odontológico, convênios com o SESC, cursos de idioma, parques esportivos, ginástica laboral e promoções de cultura e integração através da agenda cultural e o planejamento de uma sede própria.

O Tribunal das Artes, título dado ao projeto que foi criado com a finalidade de nos permitir o conhecimento de nossa própria história, tem a pretensão de elevar nossa estima e desmistificar a idéia colonizadora de que somos feios, improdutivos e inferiores.

Nossa preocupação é fazer com que todas as pessoas compreendam que nenhum ser humano vale mais ou menos que os demais e que todos podem e devem lutar constantemente pela conquista de preservação de liberdade de pensar e de agir e pela igualdade de oportunidades e responsabilidades.

O Tribunal das Artes quer libertar a alma de nosso povo que se en-

TCE50.indd 224 6/9/2011 12:14:03 PM

contra presa no espelho do Europeu e do Norte-americano.

Queremos que, através da arte a da cultura, produzida por nossos artistas, intelectuais e inventores, possamos perceber o quanto somos belos, produtivos e capazes, sejamos negros, índios ou mestiços.

Esse projeto, criado pela Associação, com o apoio do TCE, foi homenageado com duas comendas: a primeira pela Câmara Municipal de Natal, através do vereador Aquino Neto, e outra, através do Pleno do próprio TCE, pelo conselheiro Paulo Roberto.

Nosso objetivo é que a ASTCERN, diante de um quadro político - social - econômico aparentemente imóvel e inacessível, diante de valores morais que se submetem a uma ética cosumista, que mina, castra e aliena as relações humana em seu conteúdo mais profundo, possa realizar, em todas as suas atividades, contextos e significados humanos que despertem em cada associado a sua condição mágica de CRIATURA HUMANA.

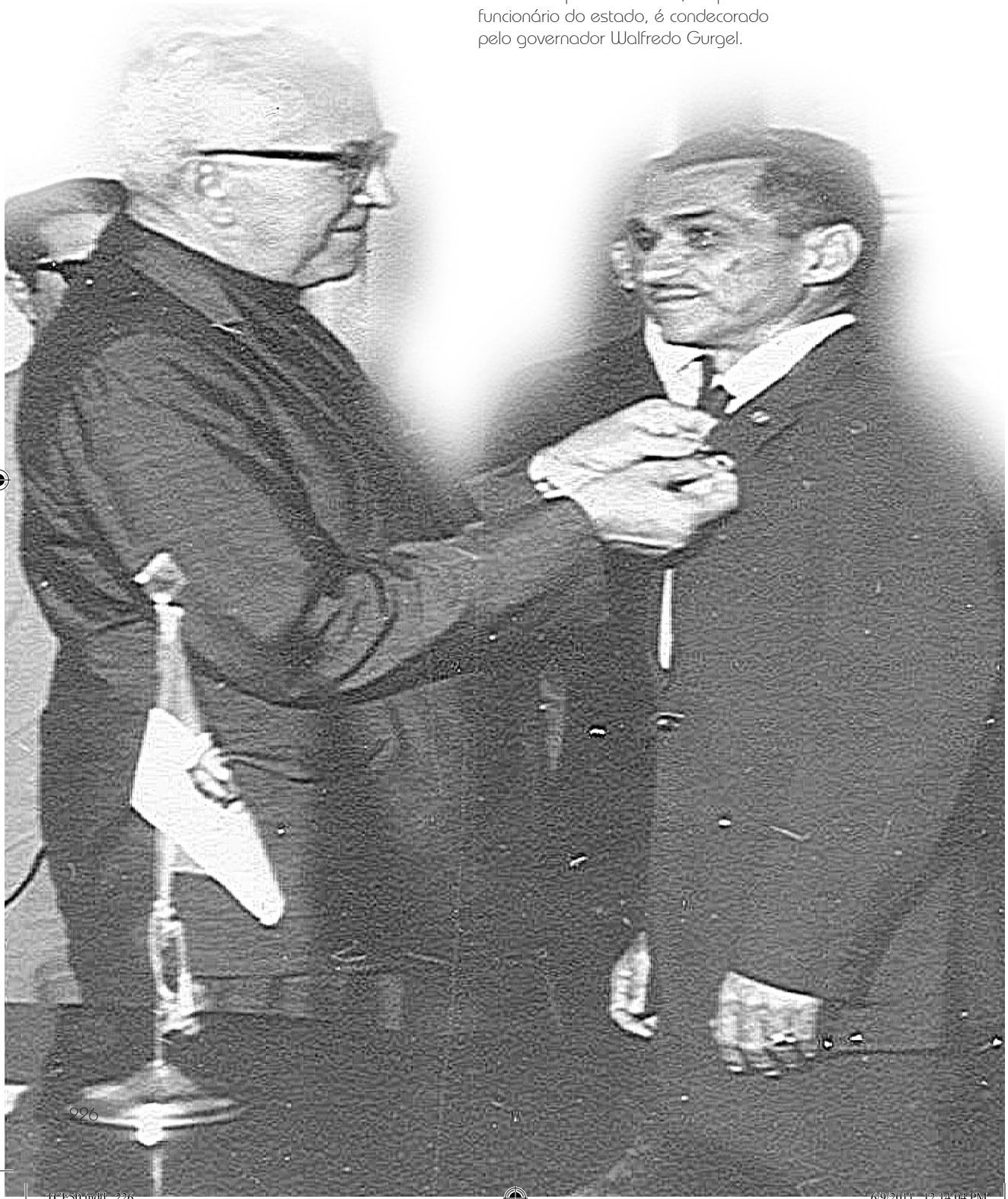
Precisamos compreender que a ASTCERN é um instrumento de transformação, mas toda e qualquer mudança depende da nossa junção de esforços e respeito pela adversidade de interesses.

A conquista da nossa reestruturação do plano de cargos e vencimentos, o cumprimento do art. 7º da Lei nº 185/2000 e outros dependem também da nossa consciência como indivíduo e ser coletivo.

Maria Lúcia de Oliveira Bastos
Presidenta da ASTCERN

TCE50.indd 225 6/9/2011 12:14:03 PM

O Patrono da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, à época funcionário do estado, é condecorado pelo governador Walfredo Gurgel.



TCE30.indd 226 6/9/2011 12:14:04 PM

O TCE-RN e sua Escola de Contas

A celeridade com que se operam os avanços tecnológicos e a renovação dos conhecimentos despertam a necessidade de atualização e aperfeiçoamento técnico mediante um processo de educação continuada. É dever dos entes públicos e privados, por intermédio dos seus dirigentes, adotarem as medidas exigidas para a concretização desse processo. No caso do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, coube ao então presidente, conselheiro Tarcísio Costa, a iniciativa que resultou na criação da sua Escola de Contas, concebida por ele como mecanismo de capacitação profissional dos servidores envolvidos na execução do controle externo e de orientação preventiva aos responsáveis pela gestão dos recursos públicos, no âmbito dos órgãos jurisdicionados.

A Escola de Contas é órgão de Direito Público, integrante da Administração Pública Direta, compondo a estrutura orgânica da Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Foi criada por meio da Lei Complementar Estadual nº 258/2003 (D.O.E. de 03.12.2003), em conformidade com o disposto em seu art. 3º, *in verbis*:

"Art. 3º Fica criada, na Secretaria Geral do Tribunal, uma Escola de Contas que terá a seu cargo: I - a promoção de estudos e pesquisas relacionadas com as técnicas de controle da administração pública; II - o planejamento e execução de ações que objetivem a capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Quadro Geral de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado; III - a realização de treinamento de gestores e técnicos pertencentes

TCE50.indd 227 6/9/2011 12:14:04 PM

aos órgãos jurisdicionados. Parágrafo único. O Tribunal de Contas do Estado definirá, em regulamento próprio, a organização, as atribuições e as normas de funcionamento da Escola de Contas a que se refere este artigo".

Observando o disposto no Parágrafo único, o Tribunal editou os seguintes atos: a) Resolução nº 006/2004-TCE (D.O.E. de 13.02.04), atribuindo ao órgão recém-criado a denominação de Escola de Contas "Professor Severino Lopes de Oliveira"; b) Resolução nº 008/2004-TCE (D.O.E. de 27/02/04), aprovando o Regimento Interno, que dispõe sobre a estrutura e funcionamento da Escola.

Tem, portanto, como missão institucional promover a capacitação técnico-profissional dos servidores do próprio Tribunal e o treinamento de gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados.

Implantada em 2004, sua primeira diretoria foi assim composta: Carlos Roberto de Miranda Gomes - diretor-geral; Maria Albanízia da Silva Carvalho - coordenadora de Administração e Finanças; Francisco Xavier Siqueira - coordenador de Capacitação Profissional; Carlos Roberto Rosso Gomes - Secretário.

TCE50.indd 228 6/9/2011 12:14:04 PM

Galeria de Diretores da Escola

Carlos Roberto de Miranda Gomes

O primeiro diretor da Escola de Contas, Carlos Roberto de Miranda Gomes, nasceu em Natal, em setembro de 1939. Filho do Magistrado José Gomes da Costa e D. Maria Ligia de Miranda Gomes. Fez seus primeiros estudos em Angicos, Canguaretama e Macaíba. Aluno de Grupo Escolar naquela cidade, tendo perdido alguns anos de estudo em razão das mudanças do seu pai, juiz, que sempre morou nas Comarcas para as quais era designado. Primário regular no Instituto Batista do Natal e 2º grau no Ginásio Natal, do saudoso Professor Severino Joaquim da Silva. Científico no Ateneu Norte-rio-grandense e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela tradicional Faculdade de Direito da Ribeira, turma de 1968. Especialização em Direito Civil e Comercial na UFRN, no qual obteve a média final 10:00. É mestre em Direito Público (Ordem Constitucional) pela Universidade Federal do Ceará - UFC, na área de Direito Constitucional, incluindo Direito Tributário. Empregos, funções e cargos: comerciário do SENAC; Tribunal de Justiça; comerciante de 1960 a 1961; funcionário do TCE-RN, Chefe da 3ª Zona Eleitoral até 1971.

Nomeado Promotor de Justiça Substituto, após aprovação em concurso, declinou de sua aceitação, preferindo o cargo de auditor do TCE-RN, aprovado em 1º lugar, onde teve a oportunidade de várias vezes ser convocado como conselheiro Substituto, depois passando a integrar a Procuradoria do mesmo Tribunal, que se transformou no Ministério Público Especial, de onde se aposentou, valendo o registro do ofício que encami-

TCE50.indd 229 6/9/2011 12:14:04 PM

Carlos Roberto de Miranda Gomes

TCE50.indd 230 6/9/2011 12:14:05 PM

nhou o seu pedido ao governador, conter elogios de sua conduta funcional, quando então procurador-geral o professor Múcio Villar Ribeiro Dantas, que o autor guarda como a sua maior comenda.

Passou a integrar o Corpo Docente do Curso de Direito, após aprovação em 1º lugar no concurso seletivo. Ex-conselheiro do Conselho de Recursos Fiscais do Estado do Rio Grande do Norte. Ex-conselheiro-substituto do Conselho de Contribuintes do Município de Natal. Ex-Chefe do DPU da UFRN. Primeiro coordenador do Curso de Direito da UNI-PEC, hoje UnP, cujo curso foi por ele implantado. Patrono do Instituto de Estudos Jurídicos do Rio Grande do Norte - IEJ. Ex-presidente da OAB/RN. Ex-Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, na categoria de Jurista. Primeiro Controlador Geral, da Controladoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte, em nível de secretário de estado.

Foi fundador e o primeiro presidente do Nejur - Núcleo de Estudos Jurídicos e do Instituto Brasileiro de Tecnologia Jurídica-IBTJ, membro do Instituto dos Advogados do Brasil/RN, do Tribunal de Ética da OAB/RN, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da União Brasileira de Escritores do Rio Grande do Norte. Ex-diretor da Diretoria da Administração Indireta-DAI (TCE-RN). Primeiro diretor-geral da Escola de Contas "Prof. Severino Lopes de Oliveira" do TCE-RN até 2004, atividade então dividida com a cátedra de Direito Financeiro e Tributário na UFRN, UnP; pós-graduação e/ou orientação de monografias na UFRN, FARN, FAL, FESMP e ESMARN.

Professor Emérito da UnP. Doutor "Honoris Causa" concedido por esta universidade, é detentor de inúmeros votos de elogio, reconhecimento pelas atividades desenvolvidas em sua vida pública e profissional, destacando-se entre outros: sócio benemérito da AVERN e Membro Honorário do Centro Acadêmico Seabra Fagundes, diplomas de entidades profissionais em reconhecimento e louvor (OAB/RN, OAB/PI, OAB/PR, Associação dos Assessores Jurídicos do Estado/RN), Diploma Clovis Bevilaqüa" da OAB/CE.

A vida de Carlos Roberto de Miranda Gomes esteve sempre ligada às artes, especialmente nos campos da música e da pintura, como artista amador. Entre 1948 e 1954 pertenceu aos quadros de cantor da SAE e da Rádio Poti de Natal, como cantor mirim cuja fama ultrapassou as fronteiras do estado, chegando a se apresentar e gravar um disco na PRE-9 Rádio Clube do Ceará, sob a regência do Maestro Mozart Brandão e outro com

TCE50.indd 231 6/9/2011 12:14:06 PM

o Trio Irakitan (edições particulares).

Trabalhos publicados ❖❖❖

Na extensa produção bibliográfica de Carlos Roberto de Miranda Gomes destacam-se, entre os muitos títulos: *Direito Tributário* (em parceria com o Professor Adilson Gurgel de Castro) que já se encontra na 7ª. Edição, pela Nordeste Gráfica - Natal, 2005; *Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte* (em parceria com os Professores Adilson Gurgel de Castro e Jalles Costa), *Tipologia Tributária* (uma abordagem legal e doutrinária), dissertação de Mestrado, 1997 (ainda inédito para o público), aprovada, com louvor, pela Banca Examinadora formada pelos Professores Denise Lucena Rodrigues, Hugo de Brito Machado e Paulo Lopo Saraiva, em 19/7/98. (No prelo pela UnP). *Manual de Direito Financeiro e Finanças* - 2ª ed. Brasília Jurídica/2000.

Manual de Direito Financeiro e Finanças, 3ed. em CD, 2003 e nova tiragem em 2004 e impressão pela Editora F3D Publicações Jurídicas, em 2006.

Tem ainda em elaboração: História da OAB/RN ; Antes que a memória apague (Caminhos) - memória e poesia e Um italiano esquecido (memórias de Rocco Rosso).

TCE50.indd 232 6/9/2011 12:14:06 PM

Gustavo da Silva Neto

O segundo diretor da Escola de Contas nasceu em Natal, em 28 de outubro de 1947. É filho de Orlando Francisco Dias, funcionário público federal, e Gasparina de Oliveira Dias, doméstica. Após os seus primeiros estudos, Gustavo da Silva Neto fez o Curso Ginasial, no período 1960/63, na Escola Industrial de Natal, na Av. Rio Branco - Cidade alta; em seguida, o Curso Técnico de Mineração (1964/66) na Escola Técnica Federal (Antiga Escola Industrial), também na Av. Rio Branco - Cidade Alta. Curso de Engenharia Elétrica (1967/1971) na UFRN. Chega à academia para cursar Ciências Econômicas (1979/1982) na UFRN; e não parou de estudar, prosseguindo com Curso de Ciências Contábeis (1985/1987) na mesma instituição em que pós-graduou-se em Ciências Contábeis. O segundo diretor da Escola de Contas do TCE fez também pós-graduação em Finanças - Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Em 31/05/74, casou-se com Wilna Krepke Leiros Dias, médica, graduada pela UFRN em 1974.

Vida Profissional: Estagiou na Cosern, em 1971. Admitido como engenheiro da Telern, em 1972, tendo ocupado os seguintes cargos: chefe da Assessoria de Planejamento; diretor técnico; diretor superintendente, após a privatização, no período 1998/1999. Nota: em 1987/88, trabalhou na vice-presidência da Telebrás, em Brasília. No período 1987/99, ainda como funcionário da Telern, foi cedido ao governo do estado, do então governador geraldo Melo, tendo ocupado os seguintes cargos: secretário

TCE50.indd 233 6/9/2011 12:14:06 PM

Gustavo da Silva Neto

TCE50.indd 234 6/9/2011 12:14:06 PM

adjunto e secretário de Indústria, Comércio e Turismo (1987/88) e presidente da Cosern (1989/1990).

Em 2001, após a aposentadoria na TELERN, recebeu o convite do conselheiro Getúlio Nóbrega para ocupar o cargo de secretário geral do Tribunal de Contas do Estado, no período de 2001/2002. Outros Cargos exercidos no TCE: coordenador técnico da Corregedoria (2003/2004) e diretor da Escola de Contas (2005/2006).

Atualmente, exerce o cargo de secretário, para o período 2007/2008. Como secretário geral, coordenou a ação das diretorias, tanto as de Controle Externo, como a Diretoria de Administração Geral. Com formação fundamentalmente gerencial, atua de forma integrada e com foco nos resultados.

TCE50.indd 235 6/9/2011 12:14:07 PM

Laércio Segundo de Oliveira

TCE50.indd 236 6/9/2011 12:14:07 PM

Laércio Segundo de Oliveira

A partir de 1º de janeiro de 2007, a Escola passou a ser dirigida pelo Professor Laércio Segundo de Oliveira que, em 2003, participara da elaboração do projeto de sua criação. O atual diretor geral da Escola de Contas é seridoense, nascido em 1940 na então Vila Jardim de Piranhas, pertencente ao município de Caicó, figurando assim entre os conterrâneos de Amaro Cavalcanti e Padre João Maria, este último patrono do Grupo Escolar em que fez o curso primário. Aos dez anos ingressou no Seminário Diocesano de Caicó e, após concluir o Seminário Menor na capital paraibana, ingressou no tradicional Seminário Maior de Olinda-PE, onde iniciou o curso superior de Filosofia.

Antes de concluir este último curso, desligou-se do Seminário em 1961 e, em seguida, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ali concluindo a Licenciatura em Letras.

Num gesto de reconhecimento e gratidão para com a Diocese de Caicó - responsável por sua formação básica e humanística - retornou para aquela cidade, logo após haver concluído a graduação universitária, ali permanecendo durante quatro anos (1967/1970) inteiramente dedicado ao magistério da cidade e à administração do Colégio Diocesano Seridoense de Caicó, como seu vice-diretor.

Profissionalmente vocacionado para a causa da Educação e do Serviço Público, realizou estudos de pós-graduação em Administração de

TCE50.indd 237 6/9/2011 12:14:07 PM

Sistemas Educacionais na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. O acréscimo dos estudos aí realizados serviram de fundamento e orientação para os diferentes e inúmeros cargos a que se tem dedicado ao longo de sua vida profissional, uns ocupados em caráter efetivo, mediante aprovação em concurso público (Inspetor de Ensino e Professor da UFRN), outros para os quais foi convidado a exercer em caráter temporário, compreendendo uma atuação no âmbito de todas as esferas - municipal, estadual, federal e privada -, bem como de órgãos pertencentes aos diferentes Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário.

Sua atuação acha-se registrada na síntese curricular que se segue:

a) Formação acadêmica: Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pós-graduado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas. b) Cargos anteriores: Professor de Legislação do Ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Secretário de Estado de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. Secretário Geral do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Governo do Rio Grande do Norte. Membro do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte. Diretor da Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Contábeis (UNIPEC), hoje transformada na Universidade Potiguar. Chefe de Gabinete da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro e presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. Assessor Técnico do Senado Federal. Presidente da Diretoria Estadual, no Rio Grande do Norte, e membro da Diretoria Nacional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC. Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte. Secretário Geral do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. Coordenador Técnico da Corregedoria do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte. c) Cargos atuais: Membro da Diretoria Estadual, no Rio Grande do Norte, e do Conselho Fiscal Nacional da CNEC. Diretor geral da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.

TCE50.indd 238 6/9/2011 12:14:07 PM

Depoimento

"Escola de Contas"

Carlos Roberto de Miranda Gomes (1º diretor geral)

A Escola de Contas é a realização de um antigo anseio dos que fazem o Tribunal de Contas, nascido pela ação decidida do presidente Tarcísio Costa ao encaminhar projeto à Augusta Assembléia Legislativa do Estado, que o transformou na Lei Complementar nº 258, de 02 de dezembro de 2003.

Pela Resolução nº 006/2004-TCE, de 12 de fevereiro de 2004, O Tribunal, numa justa homenagem de reconhecimento ao seu ex-diretor geral Severino Lopes de Oliveira, deu o seu nome à recém-criada Escola.

Através da Resolução nº 008/2004-TCE, de 26 de fevereiro de 2004 foi aprovado o seu Regimento Interno tendo por finalidades o desenvolvimento de estudos relacionados com as técnicas de controle da administração pública, o planejamento e execução de ações destinadas à capacitação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, bem como a realização de treinamento dos gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados, sem embargo da promoção de cursos de formação, ciclos de estudos, conferências, simpósios, seminários, palestras e outros eventos assemelhados, como também a realização de pesquisa e consultoria em gestão pública e cursos de extensão voltados para os interesses na área de Direito Financeiro, Administrativo, Tributário, Contabilidade e Gestão Pública.

Faz parte, ainda, das atribuições da Escola a tarefa de fixar critérios para a realização de concurso público visando ao preenchimento de vagas porventura existentes no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, bem

TCE50.indd 239 6/9/2011 12:14:07 PM

como para a seleção de estudantes interessados na prática de estágio supervisionado, avaliação de desempenho funcional no caso de servidores no exercício de estágio probatório ou para fins de preenchimento dos critérios atinentes à progressão funcional.

Sua primeira diretoria contou com a participação deste articulista, na condição do seu 1º diretor-geral e mais dos seguintes membros Maria Albanízia da Silva Carvalho - coordenadora de administração e finanças, Francisco Xavier Siqueira - coordenador de capacitação profissional e Carlos Roberto Rosso Gomes - secretário, os quais continuam, sendo o atual diretor-geral o Professor Gustavo Dias da Silva Neto.

A Escola contou, inicialmente, entre seu pessoal de apoio, com os servidores Alzira Maria da Luz, Lenise Seabra de Melo, Zuleide Maria Caldas Nogueira Marques e Marlúcia Medeiros de Andrade Rebouças e agora com o reforço do Bacharel César Gláucio Torquato Reginaldo e da jovem Ana Cláudia. Indiretamente, todos os demais servidores do Tribunal deram a sua colaboração, em especial, os Instrutores, mais adiante nominados.

Na concorrida festa de sua instalação, em 18 de março de 2004, na solenidade que contou com a presença de várias autoridades locais e dos Tribunais de Contas da União e do Estado de Pernambuco, tive a oportunidade de fazer o primeiro pronunciamento público, iniciando com as seguintes palavras:

O SONHO NÃO ACABOU

"Assim disse um dia John Lennon. Pensei que em minha idade o passado e não mais o sonho fosse o comando da vida. Contudo, quis o Nosso Criador, através da generosidade do presidente Tarcísio Costa, confiar-me uma nova missão - instalar a Escola de Contas.

Quando daqui saí em 1988, ficaram algumas realizações que me deixaram saudoso, uma das quais as Auditagens-Escola, criação do Tribunal e desenvolvidas nas gestões dos conselheiro Oscar Nogueira Fernandes e Manoel de Medeiros Brito, promovendo, pela primeira vez, uma interação entre o Controle Externo e os fiscalizados, numa ação didática que mereceu imensurável repercussão positiva.

Saíamos em caravana, sob o comando do Professor Severino Lopes de Oliveira, este mesmo que o Tribunal, num momento de extrema felicidade e justiça, lhe homenageia dando o seu nome à Escola de Contas".

Com a minha aposentadoria do Tribunal, quando exercia o cargo de procurador, estive de certa forma distanciado das atividades da Corte de

TCE50.indd 240 6/9/2011 12:14:08 PM

Contas, cuidando de outros afazeres ligados ao magistério superior e à Controladoria Geral do Estado. A lembrança do velho colega de Turma - conselheiro Valério Mesquita, me fez retornar, quando já vislumbra o descanso, tendo sido nomeado para dirigir a DAI e em seguida o presidente me fez diretor da Escola, permitindo-me reviver o antigo projeto das Auditagens-Escola, assim também concretizando a idéia de integração entre Fiscais e Fiscalizados, medida tão salutar no passado e até hoje reivindicada.

Logo no dia imediato à sua instalação, foi iniciada a missão da Escola, realizando o I Ciclo de Estudos, em homenagem ao conselheiro Romildo Fernandes Gurgel, que recebeu a denominação de "Quem Somos", visando a um mútuo conhecimento dos diversos setores do Tribunal, seguindo-se um Seminário de Integração entre os Controles Interno e Externo, contando com a participação das Controladorias Gerais da União e do Estado.

Coincidindo aquele exercício com o último dos gestores municipais, elaborei uma Cartilha de Gestão Fiscal para o último ano de mandato, a qual foi distribuída com os fiscalizados e disponibilizada no site do Tribunal. Em seguida foi realizada uma série de Auditagens-Escola Municipais, por região, cada uma congregando municípios da área, quais sejam: I Auditagem-Escola Municipal, contando com 47 municípios, tendo Natal como sede; II - Auditagem-Escola Municipal, tendo por sede a cidade de Caicó, com a participação de 41 municípios; a III - Auditagem-Escola Municipal, realizada em Mossoró, com representação de 54 municípios e, por último, a IV - Auditagem-Escola Municipal, com base na cidade de Macau e contando com participantes de 27 municípios.

Desses eventos participaram todos os chefes de setores do TCE-RN, Chefes de Órgãos Públicos, do Professor Severino Cesário de Lima, da UFRN e dos Instrutores da Escola Antônio Pereira de Macedo Neto, Francisco Nascimento de Souza, Jaílson Tavares Pereira, Jandira Borges de Oliveira, Janice Fernandes Aranha, João Fernandes do Nascimento, José Maria de Oliveira, Luiz Fabra Laffitte, Luzenildo Morais da Silva, Marise Magaly Queiroz Rocha e Paulo Roberto Oliveira de Melo, sob a direção e coordenação dos dirigentes da Escola.

O temário desenvolvido nesses encontros foi disponibilizado, também, no site do Tribunal em um link da Escola.

A Escola teve a honra de atuar na implantação do Projeto TCE na Escola, brilhantemente coordenado pelo jornalista Eugênio Parcelle da Silva, ministrando a aula inaugural, por meu intermédio e, na programação do

TCE50.indd 241 6/9/2011 12:14:08 PM

restante do exercício de 2004, foi realizado o II Ciclo de Estudos, com debates em torno do Sistema SIAI/Coleta. Paralelamente a tudo isso, a Escola logrou a realização de cursos básicos de informática, atendimento e, em parceria, outros cursos de natureza tecnológica, com longa duração, preparando, em tempo breve, vários outros de pós-graduação "lato sensu".

Foi firmado um convênio de cooperação com o Conselho Regional de Contabilidade através do qual, certamente, muitos eventos serão realizados nos próximos exercícios, pois há um firme propósito nesse sentido, haja vista o entusiasmo das duas entidades para esse mister, como aliás já vem ocorrendo com organismos privados, a exemplo da Organização Jurídica Lato Sensu, que realizou curso com os Instrutores da Escola, numa prova de confiança da comunidade.

A mudança de diretor não arrefeceu o horizonte da Escola, porquanto o Professor Gustavo Dias deu prosseguimentos às ações da Escola, realizando vários ciclos de estudos, tanto para o pessoal do TCE, quanto para órgãos externos dos municípios e do estado, valendo o registro o Ciclo de Seminários destinados aos novos gestores municipais, envolvendo 614

TCE50.indd 242 6/9/2011 12:14:08 PM

participantes nas quatro sedes regionais de Natal, Caicó, Mossoró e Pau dos Ferros e a retomada do treinamento para o SIAI/COLETA, envolvendo 446 servidores de prefeituras e governo do estado. Outros eventos foram realizados versando sobre cursos internos de português e redação oficial, instrução processual e contabilidade, pedagogia para os instrutores da Escola, análise e interpretação de balanços públicos, com a colaboração do Prof. Severino Cesário de Lima, da UFRN e da equipe de instrutores da Escola, ainda estudos sobre orçamento participativo, com os servidores da Prefeitura Municipal de Natal e um Curso sobre licitações, com ênfase para obras e serviços de engenharia e implantação da modalidade "pregão", contando com a participação de toda a equipe de Instrutores, sob o comando de Francisco Nascimento de Souza.

Está nas cogitações da Escola a renovação da biblioteca, com a aquisição de títulos atualizados, de forma a permitir a pesquisa, para o que se espera contar com os recursos provenientes do Promoex.

Diante do que foi possível realizar até agora, seja na gestão do seu 1º diretor e do atual, com a abnegação dos demais dirigentes, vislumbra-se na Escola a concretização do sonho e a consagração da ação do Tribunal

Escola de Contas do TCE-RN

TCE50.indd 243 6/9/2011 12:14:08 PM

de Contas do Rio Grande do Norte, pois a importância de um empreendimento deste é transcendental para as futuras gerações de administradores públicos, enfim, um alento para o povo potiguar que vê a possibilidade de vir a ter gestores mais preparados.

Uma certeza já é possível contabilizar: a criação de um ambiente efetivo de estudo e interesse pelo aperfeiçoamento que atingiu a todos os servidores da Casa.

Assim, vive-se um novo tempo - o tempo de construir, o tempo da efetiva presença do Tribunal de Contas junto aos seus servidores e fiscalizados, dando-lhes o conhecimento necessário a um desempenho de excelência em suas atribuições.

Tenho a certeza, permanecendo o interesse de todos, será possível colocar o Tribunal na vanguarda das instituições que mais concorrem para o atendimento dos anseios do povo.

No instante em que escrevo este trabalho, tenho a consciência do que foi feito no período em que dirigi a novel instituição, razão que me leva a repetir as palavras de Charles Chaplin:

"Posso lamentar decepções com amigos ou me entusiasmar com a possibilidade de fazer novas amizades.

Se as coisas não saíram como planejei, posso gastar minutos a me lamentar ou ficar feliz por ter o dia de hoje para recomeçar".

Termino com uma sugestão: Por que não outorgar a Medalha do Mérito Dinarte Mariz, *in memoriam*, ao nosso grande patrono Severino Lopes de Oliveira? Afinal, sem ele o Tribunal teria sofrido um grande retardamento para as conquistas que hoje estão consagradas, pois o velho Professor foi a alma da Instituição por um longo período de sua existência.

Vida longa para a Escola.

TCE50.indd 244 6/9/2011 12:14:09 PM

Anexo

TCE50.indd 245 6/9/2011 12:14:09 PM

Colegiados e Diretorias do TCE-RN
Composição de 1962 a 2007

1961
Presidente - VICENTE DA MOTA NETO

1962/1963
Presidente - ROMILDO FERNANDES GURGEL
Vice-Presidente - ALDO MEDEIROS
Colegiado de Ministros: LINDALVA TORQUATO FERNANDES / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES / MORTON MARIZ DE FARIA / JOSÉ BORGES MONTENEGRO / JOSÉ AUGUSTO VARELA
Procurador Geral: Ministro MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS

1964/1965
Presidente - ROMILDO FERNANDES GURGEL
Vice-Presidente - ALDO MEDEIROS
Colegiado de Ministros: LINDALVA TORQUATO FERNANDES / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES / MORTON MARIZ DE FARIA / JOSÉ BORGES MONTENEGRO / JOSÉ AUGUSTO VARELA
Procurador Geral: Ministro MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS

1966/1967
Presidente - ROMILDO FERNANDES GURGEL

TCE50.indd 247 6/9/2011 12:14:09 PM

Vice-Presidente - JOSÉ PETRONILO FERNANDES
Colegiado de Ministros: MOTA NETO / LINDALVA FERNANDES / JOSÉ BORGES MONTENEGRO / OSCAR NOGUEIRA / MORTON MARIZ / JOSÉ VARELA / MANOEL DE MEDEIROS BRITO / JOSÉ VINÍCIO DANTAS / JOSÉ PETRONILO FERNANDES
Procurador Geral: Ministro MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS

1968/1969

Presidente - ROMILDO FERNANDES GURGEL
Vice-Presidente - OSCAR NOGUEIRA FERNANDES
Colegiado de Ministros: VICENTE DA MOTA NETO / JOSÉ BORGES MONTENEGRO / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES / MORTON MARIZ DE FARIA / JOSÉ VINÍCIO DANTAS / JOSÉ PETRONILO FERNANDES / MANOEL BENÍCIO DE MELO
Ministros Substitutos: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / TICIANO DUARTE / WODEN COUTINHO MADRUGA
Ministro Procurador Substituto: JOSUÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO

1970/1971

Presidente - ROMILDO FERNANDES GURGEL
Vice-Presidente - OSCAR NOGUEIRA FERNANDES
Colegiado de Conselheiros: ALDO MEDEIROS (corregedor) / JOSÉ BORGES MONTENEGRO / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES / MORTON MARIZ DE FARIA
Conselheiro Procurador Substituto: JOANILO DE PAULA RÊGO

1972

Presidente - ALDO MEDEIROS
Vice-Presidente - JOSÉ BORGES MONTENEGRO
Colegiado de Conselheiros: ROMILDO GURGEL (corregedor) / MORTON MARIZ DE FARIA / MANOEL DE MEDEIROS BRITO
Procurador Geral: EDGAR SMITH FILHO

1973

Presidente - JOSÉ BORGES MONTENEGRO

TCE50.indd 248 6/9/2011 12:14:09 PM

Vice-Presidente - OSCAR NOGUEIRA FERNANDES
Colegiado de Conselheiros: ALDO MEDEIROS (corregedor geral) / MORTON MARIZ DE FARIA (presidente 1ª Câmara) / MANOEL DE MEDEIROS BRITO (presidente 2ª Câmara) / LINDALVA TORQUATO FERNANDES / JOSÉ VINÍCIO DANTAS
Procurador Geral Substituto: EDGAR SMITH FILHO

1974

Presidente - OSCAR NOGUEIRA FERNANDES
Vice-Presidente - MORTON MARIZ DE FARIA

Colegiado de Conselheiros: ALDO MEDEIROS (presidente 2ª Câmara) / LINDALVA TORQUATO FERNANDES (corregedora geral) / JOSÉ BORGES MONTENEGRO / JOSÉ VINÍCIO DANTAS
Conselheiros Substitutos: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / TICIANO DUARTE
Procuradora Geral Substituta: VALQUÍRIA FÉLIX DE ALBUQUERQUE MELLO

1975

Presidente - MORTON MARIZ DE FARIA
Vice-Presidente - MANOEL DE MEDEIROS BRITO
Colegiado de Conselheiros: ALDO MEDEIROS / LINDALVA TORQUATO FERNANDES / JOSÉ BORGES MONTENEGRO / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES / JOSÉ VINICIO DANTAS
Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / TICIANO DUARTE / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO
Administração do Tribunal
Diretor Geral: SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA. Consultor Jurídico: FRANCISCO CANINDÉ AQUINO DE ANDRADE. Diretor Secretário: IARA BASTOS DA SILVA. Chefe de Gabinete: IVANIZE CORREIA DE CASTRO. Diretor de Serviços Auxiliares: AUREA ESTELA DE MEDEIROS. Diretor da DAD / Diretora de Assuntos Municipais: DOMICINA DA NÓBREGA LEITÃO. Diretor de Expediente: JOÃO BATISTA XAVIER. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: MARIA EUNICE DIAS / JULIA BEZERRA DOS SANTOS / MARIA AUGUSTA DE LUCENA. Diretora da Divisão de Tomada de Contas:

TCE50.indd 249 6/9/2011 12:14:09 PM

MARIA AMÉLIA CAVALCANTI. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária / Diretora do DAI: GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado

MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS (procurador geral) / EDGAR SMITH FILHO /

CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO

1976

Presidente - MANOEL DE MEDEIROS BRITO

Vice-Presidente - JOSÉ VINÍCIUS DANTAS

Colegiado de Conselheiros: ALDO MEDEIROS / LINDALVA TORQUATO FERNANDES / JOSÉ BORGES MONTENEGRO / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES / MORTON MARIZ DE FARIA

Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / TICIANO DUARTE / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO

Administração do Tribunal

Diretor Geral: SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA. Consultor Jurídico: FRANCISCO CANINDÉ AQUINO DE ANDRADE. Diretor Secretário: LUZARDO FERNANDES MONTEIRO / IARA BASTOS DA SILVA. Chefe de Gabinete: IARA BASTOS DA SILVA / LUZARDO FERNANDES MONTEIRO / MAURÍCIO RIBEIRO DANTAS. Diretor de Serviços Auxiliares: ÁUREA ESTELA DE MEDEIROS. Diretor da DAD: DOMICINA DA NÓBREGA LEITÃO. Diretor de Assuntos Municipais: IVANIZE CORREIA DE CASTRO. Diretor de expediente: JOÃO BATISTA XAVIER / MAURÍCIO RIBEIRO DANTAS. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: YVONNE FERREIRA BARBALHO. Diretora da Divisão de Tomada de Contas: MARIA AMÉLIA CARNEIRO CAVALCANTE. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: MARIA MARINETE DE MEDEIROS / GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO. DAI: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA.

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado

MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS (procurador geral) / EDGAR SMITH FILHO / CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES /

TCE50.indd 250 6/9/2011 12:14:09 PM

FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES /
MARIA BANDEIRA DE MELO

1977

Presidente - ALDO MEDEIROS
Vice-Presidente - LINDALVA TORQUATO FERNANDES
Colegiado de Conselheiros: JOSÉ BORGES MONTENEGRO (corregedor) / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES (presidente da 1ª Câmara) / JOSÉ PETRONILO FERNANDES (presidente da 2ª Câmara) / MANOEL DE MEDEIROS BRITO / JOSÉ VINÍCIUS DANTAS
Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / TICIANO DUARTE / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO
Administração do Tribunal
Diretor Geral: SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA. Consultor Jurídico: FRANCISCO CANINDÉ AQUINO DE ANDRADE. Diretor Secretário-Chefe de Gabinete: MAURÍCIO RIBEIRO DANTAS. Diretor de Serviços Auxiliares: REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretor da DAD: DOMICINA DA NÓBREGA LEITÃO. Diretora de Assuntos Municipais: MARIA DE LOURDES MEDEIROS DE AZEVEDO. Diretor de Expediente: JOÃO BATISTA XAVIER. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: DULCE LEITÃO GURGEL. Diretora da Divisão de Tomada de Contas: MARIA AMÉLIA CARNEIRO CAVALCANTE. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO. DAI: IVANIZE CORREIA DE CASTRO.
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS (procurador geral) / FRANCISO DE ASSIS DANTAS BARRETO / EDGAR SMITH FILHO / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES / MARIA BANDEIRA DE MELO

1978

Presidente - LINDALVA TORQUATO FERNANDES
Vice-Presidente - ALDO MEDEIROS
Colegiado de Conselheiros: MANOEL DE MEDEIROS BRITO (presidente da 1ª Câmara) / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES

TCE50.indd 251 6/9/2011 12:14:09 PM

(presidente da 2ª Câmara) / JOSÉ BORGES MONTENEGRO (corregedor) / JOSÉ PETRONILO FERNANDES
JOSÉ VINÍCIO DANTAS
Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / TICIANO DUARTE / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO
Administração do Tribunal
Diretor Geral: SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA. Consultor Jurídico: FRANCISCO CANINDÉ AQUINO DE ANDRADE. Diretor Secretário: LUZARDO FERNANDES MONTEIRO. Chefe de Gabinete: MAURÍCIO RIBEIRO DANTAS / DULCE LEITÃO GURGEL. Diretor de Serviços Auxiliares: REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretor da DAD: DOMICINA DA NÓBREGA LEITÃO. Diretora de Assuntos Municipais: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA. Diretor de Expediente: JOÃO BATISTA XAVIER / CARLOS LUIZ GUIMARÃES. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: DULCE LEITÃO GURGEL. Diretora da Divisão de Tomada de Contas: MARIA AMÉLIA CARNEIRO CAVALCANTE. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO.
DAI: IVANIZE CORREIA DE CASTRO.
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS (procurador geral) / EDGAR SMITH FILHO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO / CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES

Biênio 1979/1980
Presidente: JOSÉ PETRONILO FERNANDES
Vice-Presidente: JOSÉ VINÍCIO DANTAS
Colegiado de Conselheiros: JOSÉ BORGES MONTENEGRO (corregedor) / MANOEL DE MEDEIROS BRITO (presidente da 1ª Câmara) / LINDALVA TORQUATO FERNANDES (presidente da 2ª Câmara) / ALDO MEDEIROS / JOSÉ GOBAT ALVES / GENIBALDO BARROS / ULISSES BEZERRAPOTIGUAR / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES
Auditores: GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA / AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / TICIANO DUARTE / RAIMUNDO TORQUATO DE

TCE50.indd 252 6/9/2011 12:14:09 PM

FIGUEIRÊDO / JOSÉ SANDERSON DEODATO FERNANDES DE NEGREIROS
Administração do Tribunal
Diretor Geral: SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA. Consultor Jurídico: FRANCISCO CANINDÉ AQUINO DE ANDRADE. Diretor Secretário: MAURÍCIO FERNANDES CHAVES. Chefe de Gabinete: LUZARDO FERNANDES MONTEIRO. Diretor de Serviços Auxiliares: MARIA AMÉLIA CARNEIRO CAVALCANTI / REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretor da DAD: DOMICINA DA NÓBREGA LEITÃO. Diretora de Assuntos Municipais: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA. Diretor de expediente: JOÃO BATISTA XAVIER. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: DULCE LEITÃO CAMBOIM. Diretora da Divisão de Tomada de Contas: EULÁLIA FERNANDES CHAVES / REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO.
DAÍ: IVANIZE CORREIA DE CASTRO / MARIA HILDETTE DE ANDRADE REBOUÇAS
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS (procurador geral) / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO / EDGAR SMITH FILHO / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES / MARIA BANDEIRA DE MELO

1981/1982

Presidente - ULISSES BEZERRA POTIGUAR
Vice-Presidente - LINDALVA TORQUATO FERNANDES
Colegiado de Conselheiros: JOSÉ PETRONILO FERNANDES (presidente da 1ª Câmara) / JOSÉ GOBAT ALVES (presidente da 2ª Câmara) / JOSÉ BORGES MONTENEGRO (corregedor) / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES / GENIBALDO BARROS
Auditores: GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA / AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / TICIANO DUARTE / JOSÉ SANDERSON DEODATO FERNANDES DE NEGREIROS / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEREDO
Administração do Tribunal
Diretor Geral: SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA / MAURÍCIO

TCE50.indd 253 6/9/2011 12:14:09 PM

RIBEIRO DANTAS.
Diretor Secretário: MAURÍCIO RIBEIRO DANTAS. Chefe de Gabinete: LUZARDO FERNANDES MONTEIRO. Diretor de Serviços Auxiliares: REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretor da DAD: DOMICINA DA NÓBREGA LEITÃO. Diretora de Assuntos Municipais: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA. Diretor de expediente: JOÃO BATISTA XAVIER / MARIA DE LOURDES MEDEIROS AZEVEDO. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: DULCE LEITÃO CAMBOIM / ALBANIZE NÔGA DE FRANÇA LEITÃO. Diretora da Divisão de Tomada de Contas: EULÁLIA FERNANDES CHAVES COSTA. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO. DAI: MARIA HILDETE DE ANDRADE REBOUÇAS
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS (procurador geral) / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO / EDGAR SMITH FILHO / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO / CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES

1983/1984

Presidente - GENIBALDO BARROS
Vice-Presidente - OSCAR NOGUEIRA FERNANDES
Colegiado de Conselheiros: JOSÉ BORGES MONTENEGRO (presidente da 1ª Câmara) / JOSÉ PETRONILO FERNANDES (presidente da 2ª Câmara) / JOSÉ GOBAT ALVES (corregedor) / LINDALVA TORQUATO FERNANDES / PAULO GONÇALVES DE MEDEIROS / ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA
Auditores: GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO / JOSÉ SANDERSON DEODATO FERNANDES DE NEGREIROS / AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO
Administração do Tribunal
Consultor Jurídico: JOANILO DE PAULA RÊGO / FRANCISCO CANINDÉ AQUINO DE ANDRADE. Diretor Secretário: DOMICINA DA NÓBREGA LEITÃO / ELIZABETE

TCE50.indd 254 6/9/2011 12:14:09 PM

GOMES DE LIMA. Chefe de Gabinete: LUZARDO FERNANDES MONTEIRO / MARCO ANTÔNIO DE MORAES REGO MONTENEGRO. Diretor da Divisão de Serviços Auxiliares: REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretor da DAD: DOMICINA DA NÓBREGA LEITÃO / GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO. Diretora de Assuntos Municipais: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA. Diretor de Expediente: MARIA DE LOURDES MEDEIROS AZEVEDO. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: ELBANISE NÔGA DE FRANÇA LEITÃO / MARIA LAURA GURGEL. Diretora da Divisão de Tomada de Contas: EULÁLIA FERNANDES CHAVES COSTA. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO / MARIA JOSÉ DE MENDONÇA
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES (procurador geral do Ministério Público Especial) / CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES (procurador) / MARIA BANDEIRA DE MELO (procurador) / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO (procurador) EDGAR SMITH FILHO (procurador)

1985/1986

Presidente - ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA
Vice-Presidente - JOSÉ PETRONILO FERNANDES
Colegiado de Conselheiros: JOSÉ BORGES MONTENEGRO (Presidente 1ª Câmara) / PAULO GONÇALVES DE MEDEIROS (Presidente da 2ª Câmara) / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES (corregedor) / VAUBAN BEZERRA DE FARIA / JOSÉ GOBAT ALVES Auditores: GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO / AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / JOSÉ SANDERSON DEODATO FERNANDES DE NEGREIROS / MARIA ADÉLIA ARRUDA SALES DE SOUZA
Administração do Tribunal
Diretor Secretário: ELIZABETE GOMES DE LIMA. Chefe de Gabinete: MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO / REGINA COELI CAVALCANTI LEMOS. Diretor da Divisão de Serviços Auxiliares: REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS / ELBANISE NOGA DE FRANÇA LEITÃO.

TCE50.indd 255 6/9/2011 12:14:09 PM

Diretor Geral: SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA. Diretor da DAD: GILBERTA AZEVEDO DE AQUINO / TÂNIA MARIA DE MEDEIROS BEZERRA. MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA / MIRACY FERNANDES DE MELO. Diretor de Assuntos Municipais: MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO. Diretor da DAI: MARIA ALIETE DIAS DE MESQUITA / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO / FRANCISCO DAS CHAGAS RÊGO. Diretor de Expediente: MARIA DE LOURDES MEDEIROS AZEVEDO / MARGARIDA MARIA BEZERRA TURÍBIO. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: ELBANISE NÔGA DE FRANÇA LEITÃO / MARGARIDA MARIA BEZERRA TURÍBIO / ESCOLÁSTICA ARAÚJO DE MEDEIROS. Diretora da Divisão de Tomada de Contas: EULÁLIA FERNANDES CHAVES COSTA. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: MARIA JOSÉ DE MEDEIROS DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado

FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES (procurador geral do Ministério Público Especial) / MARIA BANDEIRA DE MELLO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO

1987/1988

Presidente - ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA

Vice-Presidente - JOSÉ GOBAT ALVES

Colegiado de Conselheiros: JOSÉ BORGES MONTENEGRO (presidente da 1ª Câmara) / PAULO GONÇALVES DE MEDEIROS (presidente da 2ª Câmara) / OSCAR NOGUEIRA FERNANDES (corregedor) / JOSÉ PETRONILO FERNANDES / VAUBAN BEZERRA DE FARIA / HAROLDO DE SÁ BEZERRA / GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA / NÉLIO SILVEIRA DIAS /JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ

Auditores: JOSÉ SANDERSON DEODATO FERNANDES DE NEGREIROS / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO /AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO

Administração do Tribunal

Diretor Geral: TÂNIA MARIA DE MEDEIROS BEZERRA. Consultor

TCE50.indd 256 6/9/2011 12:14:10 PM

Geral: FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES. Diretor Secretário: ELIZABETE GOMES DE LIMA / MARCO DE ALMEIDA EMERENCIANO. Chefe de Gabinete: REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretor da Divisão de Tomada de Contas: EULÁLIA FERNANDES CHAVES COSTA. Diretor da 1ª Câmara: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA. Diretor da DAD: TÂNIA MARIA DE MEDEIROS / ISA MARIA DE AMORIM GARCIA. Diretora de Contas Municipais: MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA / TEREZINHA FERNANDES DE MEDEIROS. Diretor da DAI / Diretor da 2ª. Câmara: FRANCISCO DAS CHAGAS RÊGO. Diretor de Expediente: MARGARIDA MARIA BEZERRA TURÍBIO. Diretor da Divisão de Serviços Auxiliares: ELBANISE NÔGA DE FRANÇA LEITÃO. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: ESCOLÁSTICA ARAÚJO DE MEDEIROS / TAREJA CHRISTINA SEABRA DE FREITAS MEDEIROS. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: MARIA JOSÉ MENDONÇA DE OLIVEIRA / ESCOLÁSTICA ARAÚJO DE MEDEIROS

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado

MÚCIO VILAR RIBEIRO (procurador geral do Ministério Público Especial) / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES / MARIA BANDEIRA DE MELO / EDGAR SMITH FILHO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO

1989/1990

Presidente - ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA

Vice-Presidente - JOSÉ GOBAT ALVES

Colegiado de Conselheiros: JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ (presidente da 1ª Câmara) /GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA (presidente da 2ª Câmara) / PAULO GONÇALVES DE MEDEIROS (corregedor) / HAROLDO DE SÁ BEZERRA / NÉLIO SILVEIRA DIAS Auditores: MARIA ADÉLIA ARRUDA SALES SOUZA / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO / AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO

Administração do Tribunal

Consultor Geral: KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO. Diretor Geral da

TCE50.indd 257 6/9/2011 12:14:10 PM

Secretaria: TÂNIA MARIA DE MEDEIROS BEZERRA / ÂNGELO JOSÉ VARELA / FRANCISCO DAS CHAGAS RÊGO / MARCO DE ALMEIDA EMERENCIANO. Chefe de Gabinete: REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: TAREJA CHRISTINA SEABRA DE FREITAS MEDEIROS. Diretora de Serviços Auxiliares: MARIA VILANY PINHEIRO DE ARAÚJO. Diretora da DAD: ISA MARIA DE AMORIM GARCIA. Diretor da DAI: FRANCISCO DAS CHAGAS RÊGO / TÂNIA MARIA DE MEDEIROS BEZERRA. Diretor da Primeira Câmara: HUMBERTO DE ARAGÃO MENDES NETO. Diretor de Expediente: MARGARIDA MARIA BEZERRA TURÍBIO. Diretora da Divisão de Tomada de Contas: EULÁLIA FERNANDES CHAVES COSTA /MANOEL DANTAS SOBRINHO. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: ESCOLÁSTICA ARAÚJO DE MEDEIROS.
Diretor Geral: FRANCISCO DAS CHAGAS RÊGO
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
MÚCIO VILAR RIBEIRO DANTAS (procurador geral do Ministério Público Especial) / CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO / EDGAR SMITH FILHO

1991/1992

Presidente - ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA
Vice-Presidente - JOSÉ GOBAT ALVES
Colegiado de Conselheiros: JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ (presidente da 1ª Câmara)
GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA (presidente da 2ª Câmara) / PAULO GONÇALVES DE MEDEIROS (corregedor) / HAROLDO DE SÁ BEZERRA / NÉLIO SILVEIRA DIAS / ANTÔNIO SEVERIANO DA CÂMARA FILHO
Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIREDO/ MARCO ANTONIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO
Administração do Tribunal
Consultor Geral: CLÁUDIO DANTAS MARINHO. Diretor Secretário:

TCE50.indd 258 6/9/2011 12:14:10 PM

SÉRGIO EDUARDO BEZERRA TEODORO. Chefe de Gabinete: REGINA COELI CAVALCANTE LEMOS. Diretor Geral: MARCO DE ALMEIDA EMERENCIANO.
Diretor da Divisão de Tomada de Contas: MANOEL DANTAS SOBRINHO. Diretor - DAD: ISA MARIA DE AMORIM GARCIA. Diretor DA DAM: HUMBERTO DE ARAGÃO MENDES NETO. Diretor - DAI: TÂNIA MARIA DE MEDEIROS BEZERRA. Diretor da Divisão de Expediente: MARGARIDA MARIA BEZERRA. Diretora de Serviços Auxiliares: MARIA VILANY PINHEIRO DE ARAÚJO / KÍVIA CUNHA PEREIRA CUNHA PEREIRA PINTO. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: TAREJA CRISTINA SEABRA DE FREITAS MEDEIROS. Diretora da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: ESCOLÁSTICA ARAÚJO DE MEDEIROS. Diretora de Assuntos Auxiliares: KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado EDGAR SMITH FILHO (procurador geral do Ministério Público Especial) / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO

1993/1994

Presidente - HAROLDO DE SÁ BEZERRA
Vice-Presidente - NÉLIO SILVEIRA DIAS
Colegiado de Conselheiros: JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ (presidente da 1ª Câmara) GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA (presidente da 2ª Câmara) / ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA (corregedor) / ANTÔNIO SEVERIANO DA CÂMARA FILHO / JOSÉ GOBAT ALVES Auditores: MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA / AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO
Administração do Tribunal
Consultor Geral: KERUBINO PROCÓPIO LÉLIO DE MOURA. Secretário Geral/ Diretor de Serviços Auxiliares: WALDA FÉLIX DA SILVA SOUZA. Chefe de Gabinete: MARCO DE ALMEIDA EMERENCIANO. Diretor da Divisão de Tomada de Contas:

TCE50.indd 259 6/9/2011 12:14:10 PM

ROMILDO VILAR RIBEIRO DANTAS JÚNIOR. Diretor - DAD: ISA MARIA DE AMORIM GARCIA. Diretor da DAM: HUMBERTO DE ARAGÃO MENDES NETO. Diretor - DAI: TÂNIA MARIA MEDEIROS BEZERRA. Diretor de Serviços Gerais: JORGE HENRIQUE LUCIANO DE ZEVEDO. Diretora Geral: ISA MARIA DE AMORIM GARCIA. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO DE AZEVEDO. Diretor da Divisão de Expediente: MARGARIDA MARIA BEZERRA TURÍBIO / MAYRA GOMES DE MEDEIROS GALVÃO PEREIRA. Diretor da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: MARIA DE LOURDES GADELHA SIMAS RIBEIRO DANTAS.
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
EDGAR SMITH FILHO (procurador geral do Ministério Público Especial) / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO

1995/1996

Presidente - NÉLIO SILVEIRA DIAS
Vice-Presidente - JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ
Colegiado de Conselheiros: TARCÍSIO COSTA (presidente da 1ª Câmara) / ANTONIO SEVERIANO DA CÂMARA FILHO (presidente da 2ª Câmara) / HAROLDO DE SÁ BEZERRA (corregedor) / ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA / GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA
Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUEIRÊDO / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA
Administração do Tribunal
Consultor Geral: KERUBINO PROCÓPIO LÉLIO DE MOURA. Secretário Geral: CARLOS EDUARDO JALES COSTA. Chefe de Gabinete: SÍLVIO ROBERTO PROCÓPIO. Diretor de Serviços - DAS: JORGE HENRIQUE LUCIANO DE AZEVEDO. Diretor da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: MARCO DE ALMEIDA EMERENCIANO. Diretor - DAD: ROMILDO VILAR RIBEIRO DANTAS JÚNIOR. Diretor - DAM: HUMBERTO DE ARAGÃO MENDES NETO. Diretor - DAI:

TCE50.indd 260 6/9/2011 12:14:10 PM

WALDA FÉLIX DA SILVA SOUZA. Diretor da Divisão de Pessoal e Material: KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO DE AZEVEDO. Diretor de expediente - DE: MAÍRA GOMES DE MEDEIROS GALVÃO PEREIRA. Diretor da Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: MARCO DE ALMEIDA EMERENCIANO.
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
EDGAR SMITH FILHO (procurador geral do Ministério Público Especial) / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO

1997/1998

Presidente - ANTÔNIO SEVERIANO DA CÂMARA FILHO
Vice-Presidente - HAROLDO DE SÁ BEZERRA
Colegiado de Conselheiros: NÉLIO SILVEIRA DIAS (corregedor) / ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA (presidente da 1ª Câmara) / TARCÍSIO COSTA (presidente da 2ª Câmara) / GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA Auditores: MARCO ANTONIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO / RAIMUNDO TORQUATO DE FIGUERÊDO / AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA
Administração do Tribunal
Consultor Geral: JALES COSTA. Secretário Geral: WALDA FÉLIX DA SILVA SOUZA. Chefe de Gabinete: MANOEL CARLOS BAIÃO. Diretor - ICE: JOÃO EDUARDO CORTÊS. Diretor - DAD: MARGARETH NÓBREGA PEREIRA DE MACÊDO. Diretor - DAM: SILVIO ROBERTO PROCÓPIO. Diretor - DAI: FRANCISCO DE ASSIS ROCHA CAVALCANTI. Diretora da Tesouraria: MARCIA DE SÁ LEITÃO GALVÃO.
Secretária das Sessões: SÍLVIA LINDSAY PESSOA DE ASSIS. Diretora da Divisão de Pessoal e Material: KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO DE AZEVEDO. Diretor de Serviços Auxiliares: JORGE HENRIQUE LUCIANO DE AZEVEDO
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
EDGAR SMITH FILHO (procurador geral do Ministério Público Especial) / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO

TCE50.indd 261 6/9/2011 12:14:10 PM

1999/2000

Presidente - JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ
Vice-Presidente - GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA
Colegiado de Conselheiros: HAROLDO DE SÁ BEZERRA (presidente da 1ª Câmara) / NÉLIO SILVEIRA DIAS (presidente da 2ª Câmara) / ANTÔNIO SEVERIANO DA CÂMARA FILHO (corregedor) / ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA / TARCÍSIO COSTA / PAULO ROBERTO CHAVES Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO
Administração do Tribunal
Secretário Geral: WELLINGTON MOREIRA DE AZEVEDO.
Consultor Geral:CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES.
Chefe de Gabinete: CARLOS EUGÊNIO PEREIRA DE OLIVEIRA.
Diretor - DAG: MARGARETH CRISTINA CAVALCANTI BERTO DUARTE. Diretor - ICE: HUMBERTO DE ARAGÃO MENDES NETO. Diretor - DAD: ROMILDO VILLAR RIBEIRO DANTAS JÚNIOR. Diretor - DAP: KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO. Diretora - DAM: LÚCIA ALMIRA DE MEDEIROS CHACON. Diretor - DAI: WALDA FÉLIX DA SILVA SOUZA. Diretor - DAE: JOÃO LACERDA DE LIMA. Coordenador de Comunicação: JOÃO BATISTA MACHADO.
Secretária das Sessões: ISA MARIA DE AMORIM GARCIA.
Diretor de Expediente: MAYRA GOMES DE MEDEIROS GALVÃO PEREIRA.
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
EDGAR SMITH FILHO (procurador geral do Ministério Público Especial) / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO

2001/2002

Presidente - GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA
Vice-Presidente - TARCÍSIO COSTA
Colegiado de Conselheiros: ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA (presidente da 1ª Câmara) / PAULO ROBERTO CHAVES ALVES

TCE50.indd 262 6/9/2011 12:14:10 PM

(presidente da 2ª Câmara) / JOSÉ FERNANDES DE QUEIROZ (corregedor) / HAROLDO DE SÁ BEZERRA / VALÉRIO ALFREDO MESQUITA / RENATO COSTA DIAS
Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA / MARCO ANTÔNIO DE MORAES REGO MONTENEGRO / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO
Administração do Tribunal
Consultor Geral: JOSÉ DANIEL DINIZ. Secretário Geral: GUSTAVO DIAS DA SILVA NETO. Chefe de Gabinete: JOÃO URURAHY NUNES DO NASCIMENTO. Diretor - DAG: MARGARETH CRISTINA CAVALCANTI BERTO DUARTE. Diretor - ICE: WELLINGTON MOREIRA DE AZEVEDO. Diretor - DAD: ROMILDO VILLAR RIBEIRO DANTAS JÚNIOR. Diretora - DAM: LÚCIA ALMIRA DE MEDEIROS CHACON. Diretor - DAI: WALDA FÉLIX DA SILVA SOUZA. Diretor - DAE:
JOÃO LACERDA DE LIMA. Coordenador de Comunicação: JOÃO BATISTA MACHADO. Secretária das Sessões: ISA MARIA DE AMORIM GARCIA. Diretor de Expediente: MAYRA GOMES DE MEDEIROS GALVÃO PEREIRA.
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
EDGAR SMITH FILHO (procurador geral do Ministério Público Especial) / FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES / MARIA BANDEIRA DE MELO / FRANCISCO DE ASSIS DANTAS BARRETO

2003/2004

Presidente - TARCÍSIO COSTA
Vice-Presidente - ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA
Colegiado de Conselheiros: GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA (corregedor) / PAULO ROBERTO CHAVES ALVES (presidente da 1ª Câmara) / VALÉRIO ALFREDO MESQUITA (presidente da 2ª Câmara) / HAROLDO DE SÁ BEZERRA / RENATO COSTA DIAS Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO

TCE50.indd 263 6/9/2011 12:14:10 PM

Administração do Tribunal
Consultor Geral: CARLOS EDUARDO JALES COSTA. Secretário Geral: LAÉRCIO SEGUNDO DE OLIVEIRA. Chefe de Gabinete: JOÃO BOSCO BARRETO DUCLERC PINHEIRO / NEUZA MARIA MESQUITA. Diretor - DAG: IONE MACÊDO DE MEDEIROS SALEM. Diretor - ICE: LÚCIA ALMIRA DE MEDEIROS CHACON. Diretor - DAD: ROMILDO VILAR RIBEIRO DANTAS JÚNIOR. Diretor - DAP: KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO. Diretora - DAM: JANDIRA BORGES DE OLIVEIRA. Diretor - DAI: CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES / JOÃO BOSCO BARRETO DUCLERC PINHEIRO. Diretor - DAE: FRANCISCO DE ASSIS ROCHA CAVALCANTI. Coordenador de Comunicação: JOÃO BATISTA MACHADO. Secretária das Sessões: TERESA CRISTINA ROCHA NASCIMENTO. Diretor de Expediente: MAYRA GOMES DE MEDEIROS GALVÃO PEREIRA. Diretor - DIN: PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE MELO.
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado
FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES (procurador geral do Ministério Público Especial) / CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES / LUCIANO SILVA COSTA RAMOS / FÁBIO ROMERO ARAGÃO CORDEIRO

2005/2006

Presidente - ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA
Vice-Presidente - PAULO ROBERTO CHAVES ALVES
Colegiado de Conselheiros: TARCÍSIO COSTA (corregedor) / VALÉRIO ALFREDO MESQUITA (presidente da 1ª Câmara) / RENATO COSTA DIAS (presidente da 2ª Câmara) / HAROLDO DE SÁ BEZERRA / GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA
Auditores: AÉCIO AUGUSTO EMERENCIANO / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES SOUZA / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO / CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO
Administração do Tribunal
Consultor Geral: CLÁUDIO DANTAS MARINHO. Secretário Geral: CARLOS DE MENEZES LIRA. Chefe de Gabinete: CÍCERO ANTÔNIO MOREIRA TORQUATO DE ALMEIDA. Diretor - DAG:

TCE50.indd 264 6/9/2011 12:14:10 PM

FRANCISCO OBERY RODRIGUES JÚNIOR. Diretor - ICE: JOSÉ MONTEIRO COELHO FILHO. Diretor - DAD: FRANCISCO NAZÁRIO DE ARAÚJO. Diretor - DAP: KÍVIA CUNHA PEREIRA PINTO. Diretora - DAM: JANDIRA BORGES DE OLIVEIRA. Diretor - DAI: JOSÉ DIAS MEDEIROS NETO. Diretor - DAE: JALMIR DE FREITAS NUNES. Coordenador de Comunicação: JOÃO BATISTA MACHADO. Secretária das Sessões: TERESA CRISTINA ROCHA NASCIMENTO. Diretor de Expediente: MAYRA GOMES DE MEDEIROS GALVÃO PEREIRA. Diretor - DIN: PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE MELO.

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado

CARLOS ROBERTO GALVÃO BARROS (procurador geral do Ministério Público Especial) /CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES / FÁBIO ROMERO ARAGÃO CORDEIRO / LUCIANO SILVA COSTA RAMOS / LUCIANA RIBEIRO CAMPOS / OTHON MORENO DE MEDEIROS ALVES

2007/2008

Presidente - PAULO ROBERTO CHAVES ALVES

RENATO COSTA DIAS (vice-presidente)

Colegiado de Conselheiros: VALÉRIO ALFREDO MESQUITA (corregedor) / TARCÍSIO COSTA (presidente da 1ª. Câmara) / GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA (presidente da 2ª. Câmara) / ALCIMAR TORQUATO DE ALMEIDA / MARIA ADÉLIA DE ARRUDA SALES DE SOUZA

Auditores: CLÁUDIO JOSÉ FREIRE EMERENCIANO / MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO

Administração do Tribunal

Consultor Geral: JOSÉ ARNO GALVÃO. Secretário Geral: GUSTAVO DIAS DA SILVA NETO. Chefe de Gabinete: FERNANDO DE ARAÚJO JALES COSTA. Diretor da Escola de Contas: LAÉRCIO SEGUNDO DE OLIVEIRA. Diretor - ICE: JAISON TAVARES PEREIRA. Diretor - DAG: JOSÉ EDUARDO FASSANARO DO MOTE. Diretor - DAE: MARCO DE ALMEIDA EMERENCIANO. Diretor - DAI: LUZENILDO MORAIS DA SILVA. Coordenador de Comunicação: JOÃO BATISTA MACHADO. Secretária das Sessões: TEREZA CRISTINA ROCHA NASCIMENTO. Diretor - DAP: KÍVIA

TCE50.indd 265 6/9/2011 12:14:10 PM

CUNHA PEREIRA PINTO OLIVEIRA. Diretora - DAM: JANDIRA BORGES DE OLIVEIRA. Diretora de Expediente: MAYRA GOMES DE MEDEIROS GALVÃO PEREIRA. Diretor - DIN: PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE MELO.

Coordenadora Técnica da Corregedoria: NEUZA MARIA MESQUITA

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Estado

CARLOS ROBERTO GALVÃO BARROS (procurador geral do Ministério Público Especial) / CARLOS THOMPSON COSTA FERNANDES / FÁBIO ROMERO ARAGÃO CORDEIRO / LUCIANO SILVA COSTA RAMOS / LUCIANA RIBEIRO CAMPOS / OTHON MORENO DE MEDEIROS ALVES / THIAGO MARTINS GUTERRES

TCE50.indd 266 6/9/2011 12:14:10 PM

TCE50.indd 267 6/9/2011 12:14:11 PM

Foto 1

Foto 2

Foto 3

Foto 1 - Primeira sede do TCE no momento em
que estavam sendo retirados os móveis, em 1967

Foto 2 - Sobrado na Rua Seridó, Petrópolis (em frente a uma
unidade educacional da UnP). Foi a segunda sede provisória do TCE.

Foto 3 - Terceira sede provisória do TCE na Avenida
Getúlio Vargas, 690, Petrópolis. Anteriormente, funcionou em
suas instalações a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte.

TCE50.indd 268 6/9/2011 12:14:11 PM

Foto 4

Foto 5

Foto 4 - Quarta sede provisória na Avenida Interventor Mário Câmara, na Cidade da Esperança, que serviu de sede à Companhia de Desenvolvimento Mineral do Rio Grande do Norte (CDM). Hoje funciona em suas instalações uma unidade da Secretaria de Tributação do Estado.

Foto 5 - Quinta e definitiva sede na Avenida Getúlio Vargas, 690, Petrópolis, com o nome de Edifício Sede Múcio Vilar Ribeiro Dantas, primeiro procurador-geral do Tribunal de Contas do Estado.

TCE50.indd 269 6/9/2011 12:14:13 PM

TCE50.indd 272 6/9/2011 12:14:14 PM